



# DIÁRIO da Assembleia da República

I LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1978-1979)

## SESSÃO SUPLEMENTAR

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 16 DE AGOSTO DE 1979

Presidente: Ex.º Sr. Teófilo Carvalho dos Santos

Secretários: Ex.ºs Srs. Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes  
 Carlos Alberto Coelho de Sousa  
 Maria José Paulo Sampalo  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

**SUMÁRIO:** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 35 minutos.

Iniciou-se o debate do Programa do V Governo Constitucional, tendo usado da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Cunha Simões (Indep.), Teresa Ambrósio (PS), Aida Nogueira (PCP), Manuel Monteiro (UDP), Cunha Leal (Indep.), Carlos Robalo (CDS), Carlos Carvalhas (PCP), Nuno Abecassis (CDS), Dieter Dellinger (PS), Sousa Marques (PCP), Carlos Brito (PCP), Ferreira Lima (PS), Carvalho Cardoso (CDS), Jerónimo de Sousa (PCP), Lopes Cardoso (Indep.), Amaro da Costa (CDS), Furtado Fernandes (Indep.), Salgado Zenha (PS), Vital Moreira (PCP), Magalhães Mota (Indep.), António Guterres (PS), Pedro Roseta (PSD), Helena Roseta (PSD), Abreu Lima (CDS), Rui Pena (CDS), Zita Seabra (PCP), Jorge Lemos (PCP), Igrejas Caeiro (PS) e José Niza (PS).

Por parte do Governo intervieram no debate os Srs. Ministros da Coordenação Económica e do Plano (Correia Gago), Adjunto para a Administração Interna (Costa Brás) e da Comunicação Social (João Figueiredo).

Entretanto foi apresentada, por Deputados do PSD e do CDS, uma moção de rejeição do Programa do Governo.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 22 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

## Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.  
 Agostinho Martins do Vale.  
 Álvaro Monteiro.  
 António Cândido Miranda Macedo.  
 António Carlos Ribeiro Campos.

António Chaves Medeiros.  
 António José Pinheiro da Silva.  
 Armando F. C. Pereira Bacelar.  
 Bento Elísio de Azevedo.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Carlos Justino Luís Cordeiro.  
 Dieter Dellinger.  
 Edmundo Pedro.  
 Eduardo Ribeiro Pereira.  
 Fernando Jaime Pereira de Almeida.  
 Fernando Reis Luís.  
 Florival da Silva Nobre.  
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.  
 Francisco Igrejas Caeiro.  
 João Joaquim Gomes.  
 Joaquim José Catanho de Menezes.  
 José Manuel Niza Antunes Mendes.  
 José M. de Lencastre de A. Leitão.  
 Ludovina das Dores Rosado.  
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.  
 Manuel Branco Ferreira Lima.  
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.  
 Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.  
 Maria Teresa Vieira Bastos R. Ambrósio.  
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.  
 Pedro Amadeu de A. dos Santos Coelho.  
 Teófilo Carvalho dos Santos.

## Partido Social-Democrata (PSD)

Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.  
 António José dos Santos M. da Silva.  
 António Neves Anacleto.  
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.

Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.  
 Jaime Adalberto Simões Ramos.  
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.  
 Joaquim Eduardo Gomes.  
 José Alves da Cunha.  
 Manuel Henriques Pires Fontoura.  
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.  
 Maria Élia Brito Câmara.  
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Alexandre Correia Carvalho Reigoto.  
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.  
 Carlos Martins Robalo.  
 João Gomes de Abreu de Lima.  
 João José M. F. Pulido de Almeida.  
 Joaquim A. da F. P. de Castelo Branco.  
 José Manuel Cabral Fernandes.  
 José Vicente J. Carvalho Cardoso.  
 Maria José Paulo Sampaio.  
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.  
 Rui Mendes Tavares.

**Partido Comunista Português (PCP)**

António Joaquim Navalha Garcia.  
 António Marques Zuzarte.  
 António Marques Pedrosa.  
 Cândido Matos Gago.  
 Carlos Alberto do Vale G. Carvalhas.  
 Carlos Alfredo de Brito.  
 Eduardo Sá Matos.  
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.  
 Fernanda Peleja Patrício.  
 Francisco Miguel Duarte.  
 Fernando de Almeida Sousa Marques.  
 Georgette de Oliveira Ferreira.  
 Hermenegilda Rosa C. Pacheco Pereira.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 Joaquim da Silva Rocha Felgueiras.  
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.  
 José Cavalheira Antunes.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 José Rodrigues Vitoriano.  
 Lino Carvalho de Lima.  
 Manuel Duarte Gomes.  
 Maria Alda Barbosa Nogueira.  
 Nicolau de Ascenção M. Dias Ferreira.  
 Raul Luís Rodrigues.  
 Severiano Pedro Falcão.  
 Victor Henrique Louro de Sá.  
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

**União Democrática Popular (UDP)**

Manuel Augusto Monteiro.

**Independentes**

Américo de Sequeira.  
 António Augusto Gonçalves.  
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.  
 João Manuel Ferreira.  
 Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota.  
 José Cunha Simões.  
 José Júlio Carvalho Ribeiro.  
 Júlio Maria Alves da Silva.

Manuel Valentim Pereira Vilar  
 Olívio da Silva França.  
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.  
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

**O Sr. Presidente:** — Responderam à chamada 96 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 10 horas e 35 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Vamos iniciar o debate sobre o Programa do V Governo Constitucional.

Informo a Câmara de que até ao momento ainda ninguém se inscreveu para interviri.

*Pausa.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Cunha Simões.

**O Sr. Cunha Simões (Indep.):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Felizmente que o País não poderá esperar muito para que as actuais formações políticas e partidárias tenham de prestar contas à Nação.

Organizar eleições quando 18% do Parlamento se desvincula partidariamente não parece tarefa de somenos importância e poderá ser o êxito que mais se deseja a este Governo, dado que o futuro da democracia e do País vão nesta linha e precisam de eleições claras e de resultados inequívocos.

Supcemos que o presente Governo não terá dúvidas neste exercício, uma vez que se declara convicto a dedicar ao sufrágio o melhor da sua atenção.

Apesar de tudo, a guerrilha partidária dos visionários políticos, agarrados a estruturas partidárias em ruínas, não perdem a oportunidade, opondo minifrentes de luta contra adversários que sempre os cercam eleitoralmente.

Seja quem for o Primeiro-Ministro que aqui venha a apresentar governo há sempre quem lhe descubra a lepra e a maleita, nem que para isso recorra à mentira e à calúnia.

Esta Assembleia nunca governou Portugal! Esta Assembleia nunca ajudou a governar Portugal! Esta Assembleia nunca deixou que ninguém o governasse!

**Vozes do PS:** — Não apoiado!

**O Orador:** — Não apoiado, mas é verdade.

**A Sr.<sup>a</sup> Emilia de Melo (PS):** — Não apoiado e é mentira!

**O Orador:** — É verdade, Sr.<sup>a</sup> Deputada, e o seu partido tem experiência disso.

Todos nos recordamos de como foi aqui tratado esse homem extraordinário que se chama Nobre da Costa, vítima do primarismo político de alguns portugueses. Depois foi Mota Pinto, atingido de outros ângulos, mas com redobrado furor. Agora são as últimas telhas do PSD arremessadas contra a Eng.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Pintasilgo e contra todos os membros deste Governo, os quais estão conscientes da ingratíssima missão para que foram chamados, num momento difícil e por um período curtíssimo. Tenho, pois, a certeza de que mesmo que Cristo aqui viesse havia de lhe ser pedido adiantado o dinheiro e o menu da Ultima Ceia.

Mas Portugal continuará, mau grado ter de passar sobre o cadáver político de alguns insubstituíveis de quem a História não vai falar.

Maria de Lurdes Pintasilgo vai governar sem milagres nem catástrofes e possivelmente sem a bênção desta Assembleia, que nunca deu nem tirou virtude a qualquer governo.

Para bem de Portugal e da democracia, só desejo que o próximo Parlamento seja de defensores indefectíveis dos interesses nacionais, ainda que isso obrigue a sacrificar posições partidárias.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, a Mesa continua sem inscrições e, caso elas não sejam feitas, terei de encerrar o debate.

*Pausa.*

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Teresa Ambrósio.

**A Sr.ª Teresa Ambrósio (PS):** — Sr. Presidente, Sr.º Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Em democracia não há actos inúteis quando a democracia é encarada como a participação activa de cada um e de todos os cidadãos, ou dos órgãos por eles criados, no traçado dos caminhos por onde se escorre e molda a vida em sociedade.

Neste sentido, ao discutirmos nesta Assembleia, representante do povo português, o Programa deste Governo, discorde-se ou não com o processo da sua formação, seja de 100 dias ou outros o prazo da sua existência, estamos cumprindo um acto do mais profundo significado democrático.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Não será a proximidade da dissolução desta Assembleia que nos fará abdicar da responsabilidade de que fomos investidos, nem nos perturbaremos com a mesquinha demagogia de quem nos acusa de estarmos gastando dinheiros públicos.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Ser capaz de definir o projecto deste país, nem que seja o projecto do dia-a-dia, é algo que nobilita os homens e as comunidades livres. E nós estamos aqui para nobilitar quem nos elegeu.

Sermos capazes de nos afrontarmos na tolerância e respeito mútuo de ideias e pontos de vista é corresponder ao desafio que nos põe a liberdade e a democracia verdadeiramente assumidas. E nós assumimos a liberdade e a democracia com todos os seus riscos.

Contribuir com uma parcela de diálogo para a correcção dos caminhos, para o entendimento dos problemas grandes ou pequenos deste país, num contexto e num horizonte mais largo no espaço e no tempo do que aquele que nos é dado por sistemas sociais e políticos já gastos, é o objectivo do nosso discurso hoje e aqui.

Não regatearemos esse contributo a quem, como nós, considera que o progresso reside na capacidade de se ser eficaz no que se faz, sem deixar de questionar a cada momento o sentido e o valor de cada gesto e de cada decisão.

Definir opções e objectivos de actuação, perguntar o porquê do que se faz ou pretende fazer é o contrário da abstracção e da vacuidade de que aqui já se falou a propósito do Programa deste Governo.

E pelo contrário a essência do acto político que orienta criteriosamente actos concretos e programa concisos.

E é tanto mais importante conhecer e discutir os critérios de operacionalidade deste Governo quanto o é o seu carácter transitório, a sua constituição à margem dos partidos, que em democracia estão vocacionados para assumir o poder governamental, que lhes é conferido pela escolha em eleições livres e universais do projecto de sociedade que os justificam.

Este V Governo de iniciativa presidencial, de condução transitória da máquina governamental, por maioria de razão, não pode deixar de ser interrogado sobre os critérios de decisão política e os objectivos que o impulsionam; o que em outros programas de governos partidários poderia parecer redundante torna-se aqui essencial.

Queremos acreditar, mas com convicção e objectividade, que este Governo contém mais em si do que a bondade política, o espírito de missão ou a linguagem da acalmia. Queremos verificar que, como diz no seu Programa, se destina a consolidar as instituições democráticas, a revitalizar os mecanismos da vida colectiva portuguesa com os quais construiremos a sociedade futura perspectivada em 25 de Abril.

Se tal for, e só por isso, porque visa uma sociedade futura mais livre, justa e solidária, que é o objectivo da nossa luta partidária, terá o nosso contributo de diálogo. Diálogo que, no entanto, exige a dialéctica da dúvida, o empenho do esclarecimento devido, a crítica aos actos discordantes.

Na vida política ou dos indivíduos não há paragens ou interregnos que se justifiquem a não ser para tomar novo balanço. Numa sociedade como a nossa, em mudança, o balanço tem de ser sempre em prol da concertação nacional, em ordem à realização das aspirações do povo português. A acalmia é quando muito reflexão, mas nunca cedência ou sujeição tática.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Sr.º Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo: Ao ler o condensado Programa do V Governo procurámos descortinar nele a coerência entre os vectores fundamentais que perspectivavam a actuação global e os objectivos de algumas áreas sectoriais. Na enumeração de alguns desses vectores fundamentais registamos o que em anteriores programas de governos socialistas já se afirmava, nomeadamente de que não há democracia sem liberdade e esta não se alcança. será palavra vã, sem a satisfação das necessidades básicas do povo português, e que tal implica, numa nova concepção do que são essas necessidades básicas, a busca de novas formas de as satisfazer, em respeito absoluto pela dignidade e singularidade de cada cidadão e em clima de responsabilidade e solidariedade colectiva.

Estes são pontos assentes e fundamentais do nosso projecto, donde decorrem, em consequência, a valorização do associativismo e da vida das comunidades de base, a urgência da reorganização do aparelho

estatal, de acordo com os princípios da descentralização política e da desconcentração administrativa, a compreensão num outro contexto das regras da vida económica e a necessidade de um planeamento democrático e participado.

Aqui, Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro, agrada-nos ver relembrados, ainda que com linguagem própria e porventura com discurso político menos estafado, estes princípios de orientação da vida política, apanágio de sociedades que, sem falsos exibicionismos mas conscientes da dinâmica da História, se colocam no *élan* do progresso da civilização e do humanismo.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Mas desçamos então à coerência destes princípios com os objectivos da área cultural e social de que me ocuparei de seguida.

É evidente que não esquecemos aqui de que o V Governo tem a duração de 100 dias. Mas as tarefas a realizar são tão grandes e urgentes e os 100 dias de que o Governo dispõe situam-se precisamente num período fundamental do ano para alguns sectores, como seja o da educação, período em que se traçam decisões e orientações que influenciarão a marcha do ano lectivo, que, se o Governo não quer, como diz, pecar por incúria ou desleixo face a Governos futuras, então urge que mostre que 100 dias são suficientes para ser eficaz, menos na gestão, que essa, embora defeu-tuosa, já entrou na rotina administrativa com uma certa ordem, mas eficaz no cumprimento de alguns objectivos que se propõe. Poderá desbloquear assim muitos problemas cujas soluções se arrastam e na medida em que se arrastam são sujeitas a pressões deste ou daquele grupo, ao receio de enfrentar obstáculos à sua execução e perdem deste modo a dimensão integrada a que deviam corresponder.

A situação económica, as dificuldades de emprego, de habitação, a sobrevivência, são sem dúvida a preocupação do dia-a-dia da grande maioria dos portugueses e suas famílias, e geram conflitos e tensões a nível social e individual, que só compreendemos que não tenham ainda atingido nunca expressão mais forte, o que se tem verificado noutras países por bem menos, porque ainda resta ao povo português uma grande capacidade de iniciativa individual e colectiva para fazer face às dificuldades que se lhe depara. Exemplo mais patentes é a forma como os portugueses vindos das ex-colónias se inserem a pouco e pouco em todos os níveis de vida portuguesa, e ainda a cooperação de pais e professores para cuidar e educar crianças deficientes, as creches e jardins-de-infância criadas pelas autarquias, mesmo sem a aplicação da Lei das Finanças Locais, e tanta, tanta outra coisa desconhecida que não chega às bancadas desta Assembleia. Mas elas aí estão a demonstrar que as soluções políticas não são só espectáculo, não só este espectáculo, mas que residem fundamentalmente na iniciativa e no esforço de comunidades, na dimensão humana.

No entanto esta dimensão social da vida tem sido minimizada. Mas estamos certos de que, embora sem agruras e ressentimentos violentos, que não são apanágio do povo português, os conflitos e tensões sociais não estão só associados à crise económica, cuja origem não pode ser buscada apenas no interior do País, mas

têm também a sua génese em rupturas culturais profundas, que estão na origem do deflagrar de angústias e inquietação que agitam a sociedade portuguesa.

A pressão dos meios de comunicação de massa, sobretudo os meios áudio-visuais, a televisão, o cinema, a difusão de produtos de consumo de tecnologia de produção em série, a visão de outro mundo trazido pelos emigrantes retornados; a intensa urbanização (ou se preferirem a desruralização), acarretando o abandono de valores tradicionais ligados à terra; o próprio esforço incipiente de alfabetização, mas a procura em massa do ensino; a crescente corrente turística, etc., são factores que puseram, parte graças ao 25 de Abril parte não, o povo português em choque frontal com os valores em que tinha sido habituado a crer. A ruptura cultural e os subsequentes conflitos que se manifestam a nível político, no trabalho, nas escolas, entre sexos e gerações ter-se-iam tornado realidade mesmo se a economia não tivesse entrado em colapso.

**O Sr. Ferreira Lima (PS):** — Muito bem!

**A Oradora:** — E é a eles que se tem de fazer frente com uma política social integrada inspirada pela cultura e com o planeamento global do desenvolvimento económico e social.

Neste contexto seja-me permitido colocar algumas perguntas seleccionadas do rol de muitas outras que dariam decerto para outro tipo de debate aos Srs. Ministros mais responsáveis desta área.

Comecemos pela educação, porque daqui podemos partir para tudo.

É com gosto que vemos a referência ao empenhamento deste Governo na execução de três leis aprovadas por esta Assembleia, e repare-se da sua exclusiva responsabilidade, a do combate ao analfabetismo e a educação de Base de Adultos a da Educação Especial e a do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo. Cremos que a execução destas leis, segundo o espírito em que foram votadas por esta Assembleia, darão já por si numa possibilidade de se prosseguir numa política educativa que ultrapasse a clássica concepção de escolaridade, de ensino rígido e programado, e permitirão ir readequando o sistema segundo a concepção de educação permanente, recorrente, aberta e simultaneamente individualizante.

Mas a realidade nua e crua, e que aqui devemos afirmar uma vez mais, é a de que continuamos a ter um sistema educativo dualista, aberto em princípio a todos, sim, mas só beneficiando dele uma parcela estreita dos que a ele ascendem. E a ascensão e prossecução a níveis de educação mais elevados tem-se tornado ultimamente mais difícil para os económicas e culturalmente mais desfavorecidos. São só factos isolados ou particulares que apanhamos aqui ou ali que nos dão esta certeza. Como explicar por exemplo, Sr. Ministro, o decrésoimo de inscrições registado este ano no ciclo preparatório, e mesmo no secundário, em zonas, por exemplo nas Beiras, onde nem o grupo etário correspondente, nem emigração, nem nada o justificam, a não ser a descrença no rendimento, no valor escolar ou, quem sabe, nas dificuldades económicas das famílias? Como explicar as altas taxas de

insucesso no ciclo complementar, no propedêutico — este por sua vez desgastante das energias dos jovens e negócio lucrativo de instituições privadas?

**O Sr. Ferreira Lima (PS): — Muito bem!**

**A Oradora:** — Sr. Ministro, pode investigar isto, pois é algo que nos fará bem em 100 dias.

Que interessa que as escolas abram a tempo e horas, que os professores sejam satisfeitos nas suas legítimas reivindicações, que sejam colocados a tempo, que se racionalize a gestão, etc., etc. ..., se é o fulcro do próprio sistema educativo que está errado, se não corresponde à evolução do conhecimento, à mentalidade e interesse dos jovens, ao progresso cultural e técnico da sociedade, ao desenvolvimento do espírito crítico e democrático, ao desejo de mobilidade social, se não existe correspondência ao querer mais saber sem ser para de imediato fazer profissionalmente, ou então se existe aqui acolá desaparece.

Sr. Ministro, que pensa fazer para, pelo menos, conhecermos objectivamente esta realidade concreta? A quem, como, onde vai mandar investigar, explicar estas rupturas graves do sistema educativo? Ou será que vai continuar a gerir a grande máquina do Ministério da Educação, aperfeiçoando organigramas e estruturas, formando professores, criando escolas onde as necessidades imediatas saltam à vista, mas esquecendo que o problema não reside aí, é anterior, está na concepção do sistema, está no seu conteúdo, está na sua prática pedagógica, está no seu alheamento do ambiente social, cultural, regional dos alunos, está fora das preocupações de uma política de recursos humanos, não para agora, 1979, onde temos mais de 200 000 jovens desempregados e muitos deles diplomados, mas para o futuro, quando chegarmos e abrirmos fronteiras à CEE, um sistema que está longe da preocupação do progresso técnico científico de que o nosso sector produtivo clássico-moderno necessita e que até nem sabemos bem nem como nem onde.

*Aplausos do PS e do Deputado independente Vasco da Gama Fernandes.*

Sr. Ministro da Educação, não precisamos mandar vir mais especialistas lá de fora. Somos nós, nós próprios, que temos de conhecer as dimensões, o onde, o porquê destes graves condicionamentos sociológicos, culturais e educativos que afectam o nosso sistema educativo. Será que o Sr. Ministro vai aproveitar departamentos, pessoas que tem vocacionados para o efeito no seu Ministério e vai nas ligações tão íntimas que existem entre a investigação e a cultura desenvolver a investigação aplicada das ciências de educação em Portugal, decididamente? Se não, para que serve formar professores? Em função de quê? Para quem?

E será que vai incrementar o planeamento quantitativo e qualitativo do sistema escolar a todos os níveis, integrado com outros planos de infra-estruturas, sociais, da saúde, dos transportes, com o emprego, a descentralização regional, para que finalmente possamos ver tudo em grande, claro, numa perspectiva de futuro e não nos limites da preocupação diárias? É que o planeamento não se faz apenas para apresentar um relatório a esta Assembleia, é contínuo.

E no campo do ensino superior — é por aqui que se tem de começar a reforma educativa —, que pensa o Sr. Ministro fazer para evitar a falsa dicotomia entre ramos que deveriam ser complementares e coordenados do ensino universitário e politécnico precisamente no tal conceito de educação permanente e progressiva de que fala o seu programa? Quanto maior for o peso esses dois ramos mais o politécnico será rejeitado pelas populações e pelos alunos, como estamos a ver, e todos quererão e com toda a legitimidade ir para a Universidade, ou querer uma Universidade na sua região, e não é por medidas coercivas ou por frustrações individuais que se formarão os quadros do futuro. E como pensa o Sr. Ministro — e tudo isto que lhe digo são coisas que tem sobre a sua secretaria de 100 dias — regionalizar o acesso, o aproveitamento dos recursos, enfim os benefícios do actual ensino superior? E vai dar início à construção de escolas de ensino politécnico, ainda que tenham já projectos muito bem feitos sob o ponto de vista arquitectónico e civil, sem nos mostrar primeiro, não a nós, porque esta Assembleia vai ser dissolvida, o plano global a que obedece esse plano de construção de escolas, isto é, os fluxos de alunos, de diplomados, tipos destes, custos, a sua integração regional nos planos de desenvolvimento, o estatuto da carreira docente é próprio ou tem alguma ligação com o estatuto da carreira docente universitária?

E, a propósito, o estatuto da carreira universitária?

Como vai V. Ex.<sup>a</sup> equacionar a autonomia da Universidade, as responsabilidades e competência do Conselho dos Reitores, do Conselho Nacional do Ensino Superior, recentemente criado, com a tal concepção de política educativa, científica e cultural integrada? Pensa para o efeito V. Ex.<sup>a</sup> criar, o que por lei já o MEC deveria ter feito, o conselho sectorial de planeamento integrado na orgânica de planeamento aprovada por esta Assembleia?

Sr. Ministro, o seu Programa fala ainda muito de desporto. Muito bem, mas, e a medicina escolar? Onde e quando vamos nós encontrar equipas não apenas de enfermeiros ou médicos que colocam os pensos ou curam as pernas partidas, mas a equipa dos psicólogos, dos terapêuticas, que, esses sim, têm de acompanhar e são parte integrante dos agentes educativos?

No que respeita à investigação muito haveria também a perguntar, mas deixo apenas uma pergunta: mantém o V Governo o Alto Comissariado para a investigação científica criado pelo IV Governo?

Srs. Membros do Governo: fico por aqui, pois que nem é meu intuito fazer muitas perguntas nem obter respostas a todas elas. Mas da forma de equacionar estará à vista a orientação política, os seus grandes parâmetros e sobretudo o legado que nos deixarão.

Nem eu dou muito valor aos resultados dos exames com muitas respostas certas, mas antes, ainda que erradas, ao grau inteligência, de responsabilidade, de compreensão dos direitos individuais e colectivos que revelam.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Alda Nogueira.

**A Sr.<sup>a</sup> Alda Nogueira (POP):** — Sr. Presidente da Assembleia da República; Sr.<sup>a</sup> Primeira-Ministra, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Antes de iniciar esta intervenção, a primeira do meu grupo parlamentar sobre o debate do Programa do Governo, desejo, como mulher, saudar a Sr.<sup>a</sup> Primeira-Ministra. Estando eu ligada de há muito como estou à luta das mulheres democratas e progressistas, não é sem emoção que vejo uma mulher à frente do Governo, em Portugal.

E estou convicta de que a grande parte das mulheres portuguesas sentem como eu, vêem com agrado e simpatia a sua nomeação e apreciam as suas palavras, que lhes suscitam motivos de esperança.

Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Primeira-Ministra, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Inicia-se este debate do Programa do V Governo ao cabo de longos meses de uma ofensiva global do Governo Mota Pinto/PPD/CDS contra as conquistas democráticas dos trabalhadores e do povo português, em vários campos — desde a comunicação social, às relações de trabalho, aos interesses e direitos dos trabalhadores, à Reforma Agrária, passando pelo sector nacionalizado, intervencionado e pelo sector das pequenas e médias empresas.

Vendo gorados os seus intentos golpistas e inconstitucionais para manter no poder o Governo Mota Pinto, a direita lançou-se, após a queda deste, numa desenfreada actividade desestabilizadora de que a greve dos médicos, as ameaças da FLA e certos acontecimentos ocorridos na zona da Reforma Agrária são apenas alguns exemplos.

O que se passou ontem em Avis, no Alentejo, com José Luís Correia da Silva, presidente da Câmara local e membro do Comité Central do Partido Comunista Português, que na sequência de uma questão levantada entre a Câmara Municipal e o destacamento local da GNR foi atraído ao posto da GNR, preso durante horas e espancado, insere-se, a nosso ver, em práticas provocatórias, que urge eliminar, vindas do Governo Mota Pinto, e indignas do Portugal democrático. Procedimento inqualificável este contra um cidadão e ainda mais contra um eleito do povo.

**O Sr. João Morgado (CDS):** — Vai ser julgado!

**A Oradora:** — Espera-se que o Governo tome medidas prontas para inquirir do que se passou, para apurar os factos e punir os responsáveis, pois trata-se de uma grave ofensa à legalidade, à segurança, à liberdade e direitos dos cidadãos, ao respeito pelos eleitos do povo e pelas autarquias locais e que se reflecte necessariamente de forma negativa no prestígio das forças de segurança.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Primeira-Ministra, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: As consequências desastrosas de toda a política do Governo Mota Pinto/PPD/CDS traduziram-se num amontoado de ilegalidades, arbitrariedades e violências, degradando de tal forma as condições de vida

dos Portugueses que urge tomar medidas que atenuem os factores de tensão desencadeados por tal política.

Salienta o Programa do V Governo que é sua intenção criar um clima de calma e serenidade para proporcionar as condições necessárias para que o acto eleitoral se realize com correcção e dignidade que lhe são próprias.

Tal calma e serenidade só são possíveis se for posto fim às actividades desestabilizadoras através de uma política adequada do Governo.

Outra condição para a realização de eleições democráticas e livres é o respeito, em todo o território nacional, pelas liberdades e pelas instituições democráticas, que o Governo Mota Pinto/PPD/CDS violou e desrespeitou grosseiramente.

Se bem que o que no Programa se afirma neste aspecto tenha o nosso apoio, como concilia o Governo o que afirma no Programa com o que se passou em Avis ontem?

Na área económica o Programa deste Governo não pode deixar de nos suscitar interrogações.

É certo que o Programa apresenta algumas formulações, define alguns objectivos e anuncia algumas intenções que, a serem levadas à prática, corresponderiam em boa medida aos interesses do povo português. É o caso da diminuição do desemprego, do combate à inflação e do apoio às pequenas e médias empresas.

Por isso mesmo, tais formulações, objectivos e intenções têm o nosso apoio.

Sempre defendemos e continuaremos a defender que essas medidas — a par de muitas outras — são necessárias, são urgentes, são possíveis!

O que está omisso no Programa — e por isso este nos suscita dúvidas — é a maneira como o Governo pensa concretizar tais intenções e objectivos quando se sabe que o Programa aparece marcado por compromissos políticos assumidos por anteriores governos e relativamente aos quais são conhecidos os seus efeitos e a nossa oposição, designadamente em relação ao FMI e à adesão à CEE.

Com efeito, como já o temos afirmado e a vida vem mostrando, a subordinação da nossa política económica ao FMI, política de travagem do desenvolvimento económico e do progresso, da produção e do consumo interno, de desvalorização do escudo, tem levado ao aumento do desemprego, à subida vertiginosa do custo de vida, ao aumento da dívida externa e do deficit da balança comercial, ao agravamento da situação económica das pequenas e médias empresas, a uma crescente dependência externa da nossa economia.

As restrições de crédito e as elevadas taxas de juro têm vindo a sufocar e a estrangular as empresas portuguesas, tornando-as fácil presa das multinacionais.

A partir do pretexto das imposições do FMI, o Governo Mota Pinto/PPD/CDS actuou não no sentido da limitação dos lucros especulativos, mas sim da diminuição dos salários reais e das pensões de reforma, do agravamento do custo de vida, um aspecto central da recuperação capitalista que tem levado à redução do mercado interno e ao aumento das dificuldades de escoamento de mercadorias das pequenas e médias empresas.

E a desvalorização do escudo, acordada com o FMI, além de ter constituído um fracasso, tem servido no fundamental o grande capital e as multinacionais, que

dessa forma vêm os seus lucros aumentados e facilitada a exportação de mais-valia para o estrangeiro.

Daí as nossas interrogações e dúvidas sobre as possibilidades de atingir alguns objectivos do Programa, quando se mantém o enquadramento negativo do FMI.

Estas interrogações não podem deixar de aumentar com a perspectiva de aceleração do pagamento das indemnizações, medida que consideramos incompatível com a difícil situação económica e financeira que o País atravessa, tanto mais que — é bom que se recorde e sublinhe — a própria Lei das Indemnizações, no seu artigo 42.º, prevê a suspensão dos pagamentos em caso de graves dificuldades.

O Programa avança também apenas intenções, sem as concretizar, em relação à política de preços, o que é tanto mais incompreensível quanto é certo ser este um campo em que muito concretamente as consequências negativas da política económica dos últimos governos se tem vindo a fazer sentir de uma forma mais preocupante. Aumentos para mais do dobro nos preços dos produtos alimentares entre Junho deste ano e de 1976, salários congelados neste período (no nível máximo dos 15 %, 18 % e 20 %), custo de vida insuportável para centenas de milhares de famílias, falsificação impune de produtos alimentares, grandes manobras especuladoras impunes — são alguns dos traços de tal política.

E quanto aos sucessivos «cabazes de compras», que apenas têm servido para aumentar os preços dos bens essenciais, incentivando subidas de preços dos outros e para encher os bolsos dos grandes intermediários à custa dos subsídios no âmbito do «cabaz», como aconteceu com a pescada congelada e carne de porco e está a acontecer com o leite — consideramos positivo que o Governo no seu Programa aponte a necessidade de rever o referido «cabaz de compras». Mas em que termos pensa fazê-lo, uma vez que, como é sabido, a actuação demagógica do Governo Mota Pinto deixou o Fundo de Abastecimento numa difícil situação?

O Programa do Governo não impõe, e como sucede com o do Governo Mota Pinto/PPD/CDS, condições desastrosas para o funcionamento e gestão, bem como para os investimentos das empresas nacionalizadas. Mas não concretiza medidas realistas, como é necessário, quer em relação ao aumento de capital, quer em relação ao saneamento financeiro e gestão correcta. Reconhece-se a necessidade de assegurar a operacionalidade do sector público com a extensão e a natureza de que actualmente este se reveste, o que representa um passo no sentido de garantir uma dinâmica económica que tenha como principal motor os sectores público e nacionalizado. Esta realidade, que é patente nas indústrias de base, também não pode ser negada quando examinamos a questão dos transportes, cuja grave situação poderia ter sido evitada. Era porém inevitável as empresas do sector de transportes verem a sua situação agravar-se dia a dia, enquanto perdurar a falta de apoio à rentabilização económica das empresas, enquanto se mantiverem paralisados os planos de investimento indispensáveis, enquanto se acelerarem as manobras de desmembramento da Rodoviária Nacional, enquanto vigorar ao fim e ao cabo a política desastrosa de que o Governo Mota Pinto, apoiado pela aliança reaccionária, foi o expoente máximo.

Reflexo e consequência da política económica de recuperação capitalista, o desemprego tem vindo a agravar-se nos últimos anos, atingindo em cheio e em primeiro lugar as mulheres e a juventude. Não bastam para combater este flagelo medidas supletivas que tentam limitar as suas consequências.

O papel dos investimentos no sector nacionalizado, o papel da administração local e de iniciativa cooperativa (combatida e desapoiada) não se opõem antes se completam, se interligam e dinamizam com o papel dos investimentos privados em especial nos sectores prioritários da economia.

Também a formação profissional deve ter decisivo impulso. Mais de 1400 postos de aprendizagem disponíveis e cerca de 100 estagiários apenas, é uma situação que exige a mais rápida e eficaz correcção e que não existiria certamente se os mais interessados, os trabalhadores, tivessem os seus representantes na gestão do Instituto do Emprego e Formação Profissional, como sucede em quase todos os países.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Isso é co-gestão.

**A Oradora:** — Reafirmando mais uma vez a nossa oposição à estratégia geral, em que a política do Governo fica enquadrada, reafirmamos também o nosso apoio às medidas que pensamos deviam ser postas em prática, bem como às intenções que tenham em vista atenuar ou reagir em relação às consequências desastrosas de tal política de compromissos ruinosos.

Duas questões ainda.

A primeira respeitante à zona das finanças locais. Saudamos os objectivos propostos pelo princípio da descentralização que perpassam no Programa e que implicam a aplicação integral da Lei das Finanças Locais e não a sua aplicação progressiva, como se diz no mesmo Programa.

Acresce que a Assembleia da República aprovou recentemente legislação que completa esta lei e cuja aplicação exige urgente empenhamento do Governo.

Gostaríamos de conhecer qual a posição do Governo a propósito desta nova legislação, em torno da qual se decidirá no nosso país a questão da descentralização.

Outra questão reporta-se ao anunciado «lançamento dos trabalhos preparatórios para a definição de uma política nacional de segurança interna», cujo sentido se não apreende e que, dada a delicadeza da matéria, importaria tratar com mais detalhe, conhecidas como são as objecções levantadas pelo meu grupo parlamentar e por outros relativamente a orientações que confundem defesa nacional com segurança interna.

**Sr. Presidente, Sr.ª Primeira-Ministra, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:** Com esta intervenção foi nosso propósito colocar ao Governo algumas das questões essenciais que a apreciação do Programa nos suscitou.

Num caso ou outro insistimos em perguntas que já havíamos feito. Com isso queremos significar que entendemos ser para nós fundamental o seu esclarecimento para definirmos a atitude final a tomar pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Teremos ocasião, em intervenções dos meus camaradas, de abordar outros aspectos relevantes do Programa do Governo. Por agora queremos salientar que nos manteremos numa posição de expectativa positiva, prontos a apoiar o que este Governo anunciar de positivo e prontos também a combater francamente tudo o que a nosso ver prossiga uma linha de desastre.

É assim que entendemos desempenhar as responsabilidades que assumimos para com os trabalhadores e com o povo português.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Monteiro.

**O Sr. Manuel Monteiro (UDP):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Programa do V Governo, em discussão nesta Assembleia, apresenta-se como o resultado da mistura de um conjunto de vagas e imprecisas intenções com os aspectos determinantes da política que vinha sendo seguida pelos governos anteriores, e que neste Programa são reafirmados. Acontece, porém, que as intenções expressas não passarão disso mesmo, enquanto a política anterior, sob novas roupagens, irá prosseguir.

A UDP esteve na primeira linha de combate à chantagem feita pelo Fundo Monetário Internacional, pronunciando-se abertamente contra a celebração dos acordos com essa agência do imperialismo e contra os compromissos que tais acordos continham. Eram os interesses populares ameaçados seriamente pelo cumprimento dos ditames imperialistas que nos impunham essa posição. A evolução da situação económica e acima de tudo a degradação acelerada das condições de vida dos trabalhadores e do povo deste país aí estão a atestar a justeza dessas tomadas de posição.

A UDP votou contra o Orçamento Geral do Estado para 1979 aprovado nesta Assembleia, justificando na altura o sentido do seu voto nas ilações retiradas de uma análise detalhada ao conteúdo do mesmo. Manifestámo-nos contra a repartição das verbas que aí era feita e que apontava para cortes sensíveis em despesas directamente voltadas para a satisfação de necessidades básicas das nossas populações, enquanto privilegiava rubricas que nada tinham a ver com os interesses populares, como sejam, por exemplo, o aumento das verbas com as forças repressivas e com o pagamento de encargos da dívida pública. Igualmente nos pronunciámos abertamente contra a política fiscal aí apontada que faria os trabalhadores pagarem em impostos, durante o corrente ano, cinco vezes mais que os capitalistas.

Os compromissos assumidos com o FMI e que este Governo pretende perpetuar, bem como o Orçamento Geral do Estado para 1979, constituíram as traves mestras sobre as quais estava sendo desenvolvida a política ultra-reaccionária do Governo Mota Pinto. Qualquer governo que não esteja disposto a cortar com a situação herdada terá necessariamente de condicionar o seu Programa ao conteúdo desses acordos e desse Orçamento. Por mais voltas que dê e promessas que faça, o essencial desse Programa é, pois, determinado por aquilo que a UDP tanto tem combatido e denunciado.

No breve tempo de que dispomos apresentaremos algumas contradições entre os objectivos gerais enunciados e as medidas apontadas para os atingir.

Depois de afirmar a sua fidelidade à política de austeridade dos governos anteriores, expressa o Governo ser sua intenção atenuar os efeitos desastrosos de tal política. No entanto, a própria formulação desta intenção escamoteia uma realidade que as próprias estatísticas oficiais não desmentem. É que, com a desculpa de ser necessária a austeridade no nosso país, tem-se vindo a encher os bolsos aos capitalistas à custa da degradação dos níveis de vida dos trabalhadores, dos reformados, dos desempregados e de outros sectores da população portuguesa.

De facto, os ganhos dos capitalistas, isto é, o conjunto dos lucros, dos juros e das rendas, que já haviam aumentado em 51% em 1977, voltaram a crescer 44% em 1978, enquanto os salários dos trabalhadores subiram em média 14% nesses dois anos, ficando assim muito aquém do aumento do custo de vida registado e reduzindo o seu poder de compra aos níveis de 1968.

É esta a dura realidade deste país que o actual Governo teria de inverter. A UDP não acredita, no entanto, que o faça, pois isso exigiria um corte radical com a política que vem sendo prosseguida, a anulação de muita legislação antipopular em vigor e sobre-tudo exigiria que o Governo legislasse a favor dos interesses populares com medidas que naturalmente iriam contra as pretensões expressas pelo patronato. E nisso não acreditamos. Ainda mais quando este Governo e, nos sectores fundamentais, constituído por responsáveis directos pela política seguida pelos Governos Nobre da Costa e Mota Pinto.

Promete o Governo o combate à inflação que tem devorado os magros aumentos dos salários e acentuado a miséria em milhares de famílias do nosso país. Esse combate teria de assentar em primeiro lugar em medidas que poriam em causa os interesses do patronato. Na verdade, tem sido o crescimento acelerado dos ganhos dos capitalistas o mais importante factor de inflação no nosso país. O Programa nada contém que ponha termo a tal situação. No que respeita à inflação, o Programa refere apenas a continuação da política de desvalorização do escudo e do aumento dos preços de bens e serviços das empresas públicas. Neste campo a demagogia vai ao ponto de pretender combater a inflação com novos aumentos de preços...

O saneamento dos circuitos comerciais em 100 dias é uma dasquelas promessas que, por demasiado gasta, só nos podem merecer um sorriso de lábios...

De facto, não nos parece que em período tão curto o afrontamento deste Governo com a CAP, a CIP, o PPD e o CDS venha a assumir tão elevadas proporções. Ainda mais com um governo com estas características e com esta composição... o que a verificar-se mereceria o nosso aplauso.

O desenvolvimento da política seguida por governos anteriores tem acentuado a austeridade nos lares dos trabalhadores portugueses. A legislação aprovada, os compromissos assumidos e as medidas tomadas determinaram essa austeridade por forma a elevar os lucros do capital. Atenuar os efeitos dessa austeridade e

inverter a situação anterior exigiria da parte do Governo a não aplicação do conjunto de leis e medidas que vêm originando essa austeridade.

No entanto, que verificamos? Que é ponto de honra deste Governo a aplicação de toda a legislação anterior, independentemente do seu sentido e significado. A contradição é, pois, evidente.

Promete o Governo repor o poder de compra dos trabalhadores. Mas com que meios e medidas? Neste momento estão congelados vários processos de negociação colectiva, aproximando-se o termo de vigência de muitos acordos e convenções colectivas, que abrangem largas centenas de milhares de trabalhadores.

Significará a promessa do Governo que vai obrigar as entidades patronais a reporem o poder de compra dos trabalhadores nas próximas actualizações salariais e tomar medidas no sentido de impedir a sabotagem e adiamentos nas negociações da contratação colectiva por parte do patronato, obrigando, por outro lado, ao cumprimento nas ilhas dos contratos de âmbito nacional? E significará essa promessa que vai o Governo actualizar o salário mínimo nacional e as reformas, de acordo com o aumento do custo de vida?

Cabe aqui também perguntar ao Governo se está na disposição de tomar medidas no sentido de obrigar à reintegração nas suas empresas dos trabalhadores injustamente despedidos por discriminação política ou por motivos sindicais.

E que dizer de um governo e das suas proclamadas boas intenções quando não assume perante esta Câmara e o País a responsabilidade explícita de anular o «pacote laboral» decretado pelo governo anterior?

A saúde, a assistência social, a habitação, o desemprego, os reformados, os deficientes, tudo é objecto de considerações cujo cumprimento ultrapassaria claramente os limites estreitos de um Orçamento Geral do Estado, abertamente antipopular, cuja aplicação por este Governo é ponto assente. Não estarão estes objectivos de ordem moral em flagrante contradição com outras medidas preconizadas no Programa do Governo e, designadamente, a aceleração do processo de pagamento das indemnizações aos capitalistas e latifundiários parcialmente expropriados, a concessão de apoios materiais a certos industriais exportadores e a criação de incentivos ao aumento do investimento por parte da iniciativa privada.

Nós entendemos que sim. De facto, este Programa enferma de uma contradição flagrante: por um lado, proclama-se a intenção de melhorar as condições de vida das massas trabalhadoras e implantar uma política de justiça social, e por outro lado, afirma-se expressamente a intenção de prosseguir a política anterior nos seus aspectos determinantes; mantém-se os compromissos assumidos face ao FMI, mantém-se o mesmo Orçamento Geral do Estado, afirma-se a intenção de cumprir a legislação em vigor, mesmo aquela que é mais abertamente lesiva dos interesses dos trabalhadores.

Mas as boas intenções quando não são orientadas para a concretização em factos têm um nome: demagogia.

A UDP considera que o aspecto principal do Programa do Governo, no que toca à política econó-

mica e social, apresenta-se, pois, como um conjunto de intenções demagógicas que não devem iludir, e não iludirão, os trabalhadores.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, a sessão vai ser interrompida durante alguns momentos.

Convido os representantes dos partidos para uma reunião a realizar no meu gabinete.

Está interrompida a sessão.

*Eram 11 horas e 30 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, ficou acordado na reunião que acabou de ter lugar que esta sessão fosse interrompida neste momento, sendo reaberta às 15 horas. Informo ainda os Srs. Deputados de que a ordem dos oradores a intervir no debate do Programa do Governo ficou desde já estabelecida.

Está interrompida a sessão.

*Eram 12 horas e 30 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Está reaberta a sessão.

*Eram 15 horas e 25 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Cunha Leal.

**O Sr. Cunha Leal (Indep.):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A ninguém passou, por certo, despecebido que o Governo da Eng.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Pintasilgo começou a ser alvo de forte contestação pelos sectores conservadores da direita portuguesa bem antes ainda de ser conhecido o seu programa e a sua exacta composição.

Deste modo e em pura lógica seria de esperar, se de facto a proclamada coerência fosse verdadeira, que o PSD e o CDS em aliança — aliança essa, de resto, só possível por não estarem em causa uns quantos lugares nas listas que, afinal, parecem interessar àqueles mesmos que mais «desinteressados» diziam ser —, tivessem logo no dia inicial do debate e na sua primeira intervenção apresentado uma moção de rejeição do Programa do Governo.

É certo que, a não convencerem das suas razões outro qualquer grupo parlamentar que lhes assegurasse a maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções, a rejeição que propusessem estaria sempre inevitavelmente condenada por força do artigo 195.<sup>º</sup>, n.<sup>º</sup> 4, da Constituição.

Mas também não é menos certo que a Aliança, por mais que pretenda convencer-se de si própria, não tem mais força nem peso do que o do seu próprio convencimento. E agora ainda tem menos força e menos peso.

E isto porque, por um lado, o projecto que se apregoava mobilizador de Portugal inteiro, ou pelo menos de bipolizadora e esmagadora maioria, não conseguiu sequer mobilizar os próprios adeptos, como o malogrado caso das listas separadas sobremaneira o evidencia. Por outro lado, porque não tem, ao menos, o peso e a força que a frontalidade e a coerência de atitudes sempre costumam assegurar. E a prová-lo está o fenómeno da agregação do PPM, que, a despeito de possuir uma doutrina programática que se não pode considerar nem social nem culturalmente

retrógrada, não conseguiu nas eleições que se sucederam ao 25 de Abril trazer até esta Casa um único Deputado.

Fundamentalmente ficou-se isso devendo à circunstância de ser um partido que não defende o ideal republicano, ideal este que está tão entranhado na alma nacional que, tendo nós sido governados durante 48 anos por monárquicos ...

#### *Risos do PS e do PCP.*

... nunca estes ousaram reimplantar, entre nós, a monarquia. Ora, a inclusão do PPM na Aliança em causa vai facultar-lhes o acesso à Assembleia da República, o que, só por si, basta para colocar a mesma Aliança sob suspeição, em última análise até porque o mais representativo dos maiorais do referido partido protestou, há dias, dela se retirar se candidatos seus não viessem a integrar listas do PSD e do CDS, sustentando que nem sequer consentiria, a verificar-se essa hipótese, que os seus técnicos pudessem participar de eventuais futuros governos destes dois partidos políticos. Tal demonstra à saciedade simultaneamente que não é o espírito de isenção e de amor à causa pública que anima o PPM e que, ao contrário do que afirmam, a carência de técnicos é manifesta nos segundos. Isto pelo menos ...

Mas virá ainda a moção de rejeição? É bem possível que sim. Todavia, se tal acontecer, não passará então já de um vago expediente tão sem significado e atrasado no tempo como a própria prática política da Aliança.

Continuemos, porém.

Deixando de lado o estilo de denúncia pública e inquisitorial e a rotulagem de pessoas que são o estranho e singular personalismo e o não menos estranho e singular *modus faciendi* de quem de democrata e cristão se autoproclama e até se esquece da sua nova e camiliana edição de *A Queda de Um Anjo*, que se criticava ao Governo?

Em primeiro lugar, o simples facto de o ser, esquecendo-se comodamente que foi um dos parceiros da Aliança quem, ao não votar o Orçamento e ao retirar a confiança política ao anterior Governo, permitiu, facilitou e ajudou a sua queda, mau grado todas as benesses recebidas e de, ao menos nalguns sectores, o Governo em questão ter executado fielmente o que dele poderia esperar a direcção política do PSD, que, como é por de mais manifesto, o preferiria — e muito naturalmente — a qualquer outro como «governo de gestão», sem *contrôle* parlamentar, até por estarem a vir ao de cima os frutos e os modos dessa «gestão» ...

Sustentou-se depois ser o governo de mera gestão.

A Constituição é de tal forma falada pelos conservadores e pela direita que seria de admitir que muito bem a conhecesssem. Mas não: falam dela como de um «mar tenebroso» a que nunca se aventuraram, pese isso embora ao líder do PSD, que, em momento azaigo, proclamou ser a mesma uma Constituição social-democrata.

#### *Risos do PS e do PCP.*

Ora, só na hipótese do n.º 4 do seu artigo 189.º, ou seja, no caso de demissão do governo, o governo que permanece em funções até à posse do novo ex-

utivo é de mera gestão. Fora este caso, a Constituição apenas prevê governos *tout court*, sem quaisquer adjetivações, que o mesmo é dizer, na plenitude das suas funções e atribuições.

Nestas claras condições, que significado poderá ter o desejo manifestado pela Aliança e, muito em particular, pelo PSD de terem um «governo de gestão»?

Será esta a forma de se traduzir o remorso de se ter retirado a confiança a Mota Pinto, que, bem vistas as coisas, até mesmo a merecia? Será apenas pura hipocrisia isto de se chorar um governo para cujo derrube se contribuiu?

Ou, porventura, Srs. Deputados, não estará antes em causa uma coisa bem mais importante e, por isso mesmo bem mais escondida, qual seja a que consiste no desejo de fazer desaparecer qualquer referência doutrinal, qualquer proclamação de princípios para que se não possa perceber que todo e qualquer programa implica valores e um projecto de aliança pudesse, assim, sem a denúncia do contraste, ser a renúncia disfarçada ao programa de um partido social-democrata?

Que medite nisto quem quiser.

Mas o que é, ao fim e ao cabo, este Governo?

Pois é, precisamente, Srs. Deputados, o Governo que resultou da incapacidade manifestada ao longo destes anos de os partidos políticos — ou melhor, as suas direcções — se entenderem.

Terminada a fase do sobranceiro isolacionismo do PS, passou a ser o PSD quem impede o diálogo e, mesmo agora, celebrada uma aliança, luta aí dentro pelo poder. Não pretende um governo, mas sim um governo que domine.

A intolerância, o fanatismo e o sectarismo são apenas sequelas de um *l'état c'est moi* de via reduzida.

As sucessivas propostas presidenciais, desde o Governo Nobre da Costa, a todas o PSD inviabilizou. Queria eleições. Tão-somente se esqueceu que não há eleições sem governo ...

#### **Vozes dos Deputados independentes social-democratas: — Muito bem!**

**O Orador:** — E porque este Governo, como acabo de acentuar, tem de existir, aí o temos com todos os inconvenientes que resultam dos condicionalismos a que tem de se submeter, limitado, como está, no tempo, como limitado, outrossim, se encontra na acção e nos seus meios de agir.

Impossibilitado, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, de legislar em relação a tudo quanto seja reserva de competência legislativa da Assembleia da República, *qua tale* se encontra definida pelo seu artigo 167.º, carece ele, para que o País, sem estagnar, possa ser governado, das chamadas autorizações legislativas que o subsequente artigo 168.º contempla, autorizações essas que, de harmonia com o seu n.º 3, caducam automaticamente, dentre outras causas, «com a dissolução da Assembleia da República».

Nisto, contudo, ao que parece, ainda os da Santa Aliança não devem ter meditado quando se insurgem, *verbi gratia*, contra a não dissolução imediata do Parlamento, sobretudo se se pensar que, sem a concreti-

zação de determinadas dessas autorizações, a situação do País, já de si tão dramática, em muito mais se poderá vir a agravar.

**Sr. Presidente:** Este não é para nós, Deputados sociais-democratas independentes, o governo apetecido. Não temos responsabilidades directas na criação do estado de coisas que ao mesmo conduziu. Não apoiamos, na sua globalidade, o seu programa, nem nos confinamos, de modo algum, no papel de garantes da sua difícil execução.

Mas, nem por isso, deixaremos, como já aqui afirmou Magalhães Mota, de lhe darmos o público testemunho do nosso respeito pelo modo como ele encara a sua tarefa não prioritariamente como um sacrifício — que o é, de facto —, mas, sim, como um desafio que enfrenta e um compromisso que, livremente, assume.

Daí que não possa nem deva, aos olhos de ninguém, ser equiparado a um desses governos de expediente que costumam, sem responsabilidades nem riscos, estender a sua esterilidade na placidez dos dias calmos.

Acreditamos na sua boa-fé e fazemos votos para que ela, a despeito dos impecilhos com que vai, forçosamente, deparar na sua efémera existência, não venha a ser iludida, para escarmento dos seus adversários e para bem e proveito desta «fermosa estrebaria» do Cavaleiro de Oliveira em que vivemos. E que, terminada seja a sua missão, do Governo, de todos os governantes que o constituem, se possa vir a dizer o que, à guisa de epitáfio, os Espartanos gravaram sobre as campas rasas dos defensores das Termópilas: — «cumpriram o seu dever».

São estes os nossos votos.

*Aplausos dos Deputados independentes sociais-democratas.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não pedi a palavra para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Cunha Leal, mas sim, se o Sr. Presidente me permite, para lhe dar um esclarecimento. De facto, o Sr. Deputado Cunha Leal definiu toda a estratégia ou actuação táctica que devia competir ao CDS e ao PSD. Pelo CDS agradeço-lhe a estratégia que V. Ex.<sup>a</sup> referiu, concretamente no que se refere à apresentação ou não de uma moção de rejeição ao Programa do Governo, dizendo-lhe que, ainda que eu tenha ouvido com todo o interesse a sua intervenção, não necessitamos de tutores para definirmos a nossa estratégia nem as nossas actuações tácticas.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sentimo-nos capazes de pensar nas mesmas e de actuar em consonância com os nossos princípios, com as nossas orientações e com as nossas responsabilidades.

Sobre o «mar tenebroso» a que chamou a Constituição, queria recordar ao Sr. Deputado Cunha Leal que o CDS, como partido democrático que é, votou, como entendeu, contra a Constituição, por considerar que ela não é adequada para este país.

**Vozes do PCP:** — Não apoiado!

**O Orador:** — É a nossa posição, Srs. Deputados. Sr. Deputado Cunha Leal, sempre entendemos que em democracia não era necessária ou conveniente a unanimidade. O que em democracia caracteriza os partidos, é o respeito pelas leis aprovadas pela maioria. Sendo assim, pergunto ao Sr. Deputado Cunha Leal: já nos viu violar a Constituição?

**Risos do PCP.**

Se há partido que não pode falar em Constituição é o Partido Comunista Português, porque foi este partido quem sequestrou a Assembleia Constituinte ...

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**Vozes do PCP:** — Não apoiado!

**O Orador:** — ..., quem apelidou essa Assembleia de «circo» ...

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**Protestos do PCP.**

**O Orador:** — ... e que só quis a Constituição quando verificou não ter possibilidades de impor a sua ditadura pelas armas.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**Protestos do PCP.**

**O Orador:** — Só nesse momento é que o PCP quis a Constituição.

*Aplausos do CDS e protestos do PCP.*

**O Orador:** — Esta Constituição não é do Partido Comunista.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Srs. Deputados, não se esqueçam que todos nós temos memória e que todos nós conhecemos — e disse-o há dias — a formalidade da democracia do PCP, mas também conheço a sua verdadeira democracia.

Sr. Deputado Cunha Leal, V. Ex.<sup>a</sup> já viu este partido ou esta bancada desrespeitar a Constituição, ainda que tenha votado contra ela e a considere como não sendo uma Constituição para este país?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Cunha Leal.

**O Sr. Cunha Leal (Indep.):** — Sr. Presidente, ainda bem que no encerrar deste nosso ciclo legislativo nos podemos entender com afabilidade. É que desta vez o Sr. Deputado Carlos Robalo não estava «escamado».

**Risos.**

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Só espero é que não se «escame» o Sr. Deputado!

**O Orador:** — Mas ainda bem que assim é.

No tocante ao primeiro dos aspectos por V. Ex.<sup>a</sup> focados, sempre lhe quero dizer o seguinte: quando

V. Ex.<sup>a</sup> me imputa, erradamente, a qualidade de tutor, devo dizer-lhe que aos tutores se confere sempre o direito de estes poderem escolher os seus pupilos.

**Vozes do CDS:** — Nós não o queremos para tutor!

**O Orador:** — Ah não?

**O Sr. Cabral Fernandes (CDS):** — Era o que faltava!

**O Orador:** — Bem, era o que faltava para aquele Sr. Deputado, mas não é o que falta para mim!

Quanto ao segundo dos aspectos por si focados, quero esclarecer a Câmara do seguinte: eu nunca disse, nem ninguém me ouviu dizer no decurso desta minha intervenção, que o CDS tinha violado a Constituição. Efectivamente nunca o disse. Eu disse apenas e tão-somente que havia pessoas — e, concretamente, quase passei pela rama sobre o CDS — que pareciam não conhecer a Constituição.

Mas, já agora que V. Ex.<sup>o</sup> me põe concretamente essa questão, também lhe retribuo com uma outra pergunta: está V. Ex.<sup>a</sup> em condições, respeitador como é da Constituição e dos princípios que na mesma se encerram, de me explicar o problema do referendo? Se V. Ex.<sup>a</sup> me for capaz de fazer isso, pois então dar-me-ei por inteiramente satisfeita.

*Aplausos dos Deputados independentes sociais-democratas.*

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Sr. Deputado Cunha Leal, naturalmente que V. Ex.<sup>a</sup> não necessita desse esclarecimento e não vou recordar posições tomadas e nas quais, diria, havia uma determinada solidariedade.

O que lhe posso dizer é o seguinte: se não está prevista claramente na Constituição essa inconstitucionalidade, qual a razão por que o povo não pode pronunciar-se, se essa soberania reside precisamente no povo?

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — V. Ex.<sup>a</sup> encontra alguma limitação na Constituição ou referendo?

**O Sr. Cunha Leal (Indep.):** — Encontro, sim!

**O Orador:** — Então esse problema é seu.

O CDS entende que a soberania popular se sobrepõe aos vazios da lei ou ao que não se encontra legislado. Foi esse o nosso entendimento.

Como o Sr. Deputado vê, não consideramos isso como sendo um desrespeito pela Constituição. E digo-lhe mais, Sr. Deputado Cunha Leal; este esclarecimento não é para V. Ex.<sup>a</sup>, até porque sei quanto V. Ex.<sup>a</sup> é capaz, mas é para esclarecer algum cariz hilariante de alguns dos Srs. Deputados, que talvez melhor fizessem se equacionassem os problemas com mais realismo.

**Vozes do CDS:** — E com mais inteligência!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vou passar a ler um documento que acaba de dar entrada na Mesa, do seguinte teor;

«Considerando que o Primeiro-Ministro e o seu governo não oferecem garantias políticas de isenção e imparcialidade para conduzirem o nosso país nesta fase pré-eleitoral;

**Vozes do PS:** — Não apoiado!

Considerando que da composição do Governo, das declarações do Primeiro-Ministro e do seu Programa resulta claramente um apoio indisfarçado ao PS, ao PCP e seus satélites, apoio que estes mesmos partidos reconheceram e com o qual se congratularam:

**Vozes do PS:** — É falso!

Considerando que o interesse actual de Portugal não é consentâneo com a metodologia utilizada na formação deste governo, com a sua subsistência, nem com as alterações que ilegitimamente e à revelia da Assembleia da República pretende introduzir na sociedade portuguesa;

Os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS, certos de que assim defendem a democracia e os interesses internos e externos dos Portugueses, apresentam a seguinte

#### Moção de rejeição

A Assembleia da República rejeita o Programa do Governo presidido pela Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> D. Maria de Lurdes Pintassilgo.

Lisboa e Palácio de S. Bento, 16 de Agosto de 1979. — Pelo Grupo Parlamentar do PSD: Sá Carneiro — Pedro Roseta — Pelo Grupo Parlamentar do CDS: Freitas do Amaral — Rui Pena.»

**Vozes do PS:** — E pelo PPM quem assina?

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Coordenação Económica e do Plano.

**O Sr. Ministro da Coordenação Económica e do Plano (Correia Gago):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Procurarei, nesta intervenção, explicar as razões que levam o Governo, no seu Programa de gestão da economia durante o curto período em que deve assegurá-la, a considerar «estarem reunidas condições para, sem comprometer a continuidade das tendências estabilizadoras já conseguidas [...] começar a atenuar alguns dos seus efeitos negativos com prioridade para os que comprometem o desenvolvimento a médio prazo e os que mais afectam o actual nível de vida e de emprego dos Portugueses».

Esta é, com efeito, a mensagem essencial que o Programa neste domínio contém. Importa esclarecer a Câmara e os Portugueses sobre os sinais que a situação económica global nos transmite no sentido de iniciar, com prudência, uma inflexão na rigorosa austeridade em que temos vivido, para dela

começar a colher os frutos que, anunciadamente, a justificaram, uma vez obtidos alguns dos resultados estabilizadores que se visaram e que importa, obviamente, preservar.

Não ireis ouvir, portanto, mais uma variação sobre a litania da crise. É que a crise, se assim quisermos continuar a chamar-lhe com algum tradicionalismo vocabular, já durou o suficiente para vermos que se tornou num referencial praticamente estável do universo económico de que o nosso país faz parte. Importa mais analisar diferencialmente a nossa situação, a nossa crise, se quisermos, e interpretá-la no que tem de especificamente remediável. E não é pouco, se quisermos fazê-lo, se quisermos trabalhar.

Lembremos primeiro que a partir de 1975 a produção nacional tem regularmente crescido, e com taxas que se situam acima da média dos países da OCDE. Mesmo com o contributo nulo por parte do sector primário, a economia portuguesa conseguiu crescer, não obstante a sua reconhecida vulnerabilidade externa e os efeitos fortemente depressores que as medidas de austeridade interna lhe impuseram. Que se visava, e visa, com essas medidas de austeridade? Que se conseguiu?

Antes de mais, travar e inverter a alarmante tendência para o aumento do *deficit* externo de transacções correntes; depois, conter a inflação e moderar o consumo, confinando-o à dura realidade da nossa dependência externa — por isso se desvalorizou e desvaloriza o escudo, se aumentaram e mantêm altas as taxas de juro, se controlaram as actualizações salariais.

Pois bem, quanto a estes aspectos, conseguiram-se os resultados visados, excedendo-os em alguns casos. O *deficit* de transacções correntes, desceu quase para metade de 1977 para 1978, e pode beneficiar de nova redução, da ordem dos 50%, este ano, se se mantiveram as tendências neste momento conhecidas. Vinte ou trinta milhões de contos de *deficit* externo a financiar estão claramente dentro das nossas possibilidades de endividamento.

A inflação, que atingira 27,5% em 1977, pode descer para os 22% em 1978. É provável que em 1979 esta tendência decrescente se não mantenha e se registe mesmo uma subida de 2 ou 3 pontos. Assim mesmo, e se atendermos às razões explicativas do fenómeno, é legítimo dizer que ele está controlado, e será, de qualquer modo, utópico pensar-se que, a taxa de inflação possa, a prazo de vista, ser substancialmente reduzida. Talvez seja preferível não afrouxar o controlo sobre este fenómeno e aprendermos a viver melhor com ele controlado.

O consumo privado praticamente estacionou, como se pretendia, mantendo-se os aumentos salariais aquém da subida dos preços e obtendo-se a prática estacionaridade das importações, medidas em dólares. O consumo público, esse continua a pôr problemas com incidência na situação financeira interna, condicionante poderosa com que teremos de contar, como o Sr. Ministro das Finanças decerto referirá.

E, em todo o caso, justo dizer aos Portugueses que os sacrifícios que lhes foram pedidos e que individualmente vêm sentindo com a degradação do poder de compra, dos rendimentos do trabalho e com a manutenção de uma elevada taxa de desemprego estão

surtindo, em termos nacionais, os principais efeitos que era indispensável obter em prazo curto. Dizer ao povo português que esses sacrifícios não foram inúteis, sentimo-nos à vontade para o fazer, pois não foi nossa a coragem de impor essa indispensável austeridade, nem, portanto, o mérito dos resultados conseguidos. Nossa é, cremos, a responsabilidade de começar a fazê-la render, tornando-a mais selectiva nos reflexos negativos sobre o desenvolvimento e sobre a própria justiça social que necessariamente teve.

Sem dúvida que o mais grave dos efeitos da austeridade, do ponto de vista do desenvolvimento a prazo, são os baixíssimos níveis de investimento que se vêm registando. A taxa de crescimento da formação de capital baixou de 12 para 4 % de 1977 para 1978, e, a manter-se a tendência até agora registada pode ser negativa em 1979. Eis a razão por que o primeiro dos objectivos do Governo na área económica é aumentar a propensão para investir por parte dos sectores privado, cooperativo e público.

Procuraremos, na declarada abertura ao diálogo com os parceiros sociais que manteremos, identificar as razões que continuam a determinar este retraimento para investir a níveis adequados. Podem essas razões ser de natureza variada, inclusivamente psicológica, inclusivamente política. No plano puramente económico, todavia, há condições inegáveis de encorajamento, como são uma procura interna por satisfazer, ou satisfeita em forte medida por importações substitutivas por produção nacional; uma competitividade externa da indústria que neste momento é talvez imbatível na Europa, no tocante à evolução comparativa dos custos de mão-de-obra, competitividade essa que é favorecida também pela desvalorização do escudo; uma estabilidade política que, nomeadamente no que concerne à propriedade empresarial, torna completamente anacrónica a imagem de risco político que ainda possa ser invocada pelos investidores, internos ou externos.

Decerto que estas condições favoráveis não são tudo e não dispensarão o Governo de introduzir maior selectividade no sentido de encorajar esta componente da despesa interna, por exemplo recorrendo em maior escala às bonificações, incrementando outras formas de apoio ao investimento em empresas válidas de pequena e média dimensão, desonerando, na medida do possível, as condições em que as grandes empresas em sectores básicos da economia estão financiando os seus investimentos, tornando mais transparentes e conhecidas as condições oferecidas ao investimento estrangeiro. São intervenções a complementar, convergentemente, com medidas de natureza financeira global a que o meu colega Sousa Franco naturalmente se referirá. Permito-me, todavia, mencionar desde já os efeitos positivos que podem esperar-se, sob este aspecto, da dinamização do processamento das indemnizações, se, como é intenção do Governo, ele for regulamentado em termos que condicionem a uma autêntica formação de capital as mobilizações que venham a facultar-se.

Entretanto, mesmo sem novo investimento — que só justificará em aumentos de produção a médio prazo —, considera o Governo possível obter incrementos sensíveis, mesmo a curto prazo, em certos domínios, como na agricultura, onde existem recursos

sub aproveitados ou mal utilizados e onde importa começar a fazer render as intervenções sobre a estrutura fundiária, como na pesca, onde há capacidades por empregar, como em certos ramos da indústria, designadamente exportadora, onde o aparelho produtivo pode ser mais intensamente aproveitado, nomeadamente trabalhando por turnos.

As intervenções hão-de ser, aqui, de grande pragmatismo e adequação aos casos específicos, portanto variadas, indo desde uma política de preços estimuladora das produções primárias até ao apoio à exportação, passando, talvez, por maior flexibilidade na legislação laboral, no claro entendimento de que serão sempre positivas, em situação de elevado desemprego, as possibilidades de o diminuir, ainda que com certa mobilidade parcial da mão-de-obra sem ocupação. Sob este aspecto, não esquecerá o Governo a reserva de criação de empregos em que se encontrava a dinamização da construção, nomeadamente habitacional, cuja evolução decepcionante se acentuou recentemente.

Melhorar a utilização de capacidades disponíveis significará para numerosas empresas e explorações aumentar a produtividade e, do mesmo passo, a possibilidade de remunerar melhor o trabalho. Assim se poderá conter a tendência para a deterioração do poder de compra dos salários e inverter a progressiva perda de posição dos rendimentos do trabalho na distribuição funcional do rendimento nacional, posição que se encontra hoje na pouco brilhante situação que tinha em 1973/1974 — cerca de 51 %.

Aí está o que de essencial vamos tentar no domínio económico. Julgo tratar-se de orientação clara e indiquei-lhe as principais razões de oportunidade. O início da retoma não pode diferir-se, face à perspectiva de escassos 2 % de crescimento do produto este ano, de uma diminuição em termos reais, do investimento, do desemprego, que tende a subir ainda mais, tudo isto face a reservas disponíveis, a recursos por explorar, a necessidades por satisfazer.

Algumas palavras ainda sobre o Plano que não temos.

É este um dos domínios em que mais tipicamente o Governo procurará abrir caminho a quem vier a seguir, como referiu a Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro.

É um dos paradoxos mais gritantes e uma das lacunas mais graves a forma como tem funcionado o nosso sistema económico e social, a perda, praticamente total, de perspectivas de evolução a médio prazo, traduzindo escolhas nacionais — nacionais porque ratificadas por esta Câmara — susceptíveis, também por isso, de orientarem a acção governativa para além da sucessão dos executivos. A inexistência dessas travessas mestras, que balizariam a política económica e social, agrava desnecessariamente os riscos de descontinuidade governativa, contribui para a sensação de insegurança dos investidores, a qual importa combater, convida ao improviso e à intuição desconcertados, inviabiliza as optimizações globais.

Grave em qualquer circunstância que requeira, como é o nosso caso, um esforço de recuperação tão eficaz e convergente quanto possível, torna-se esta lacuna inadmissível numa economia disposta de um sector público com as dimensões e a natureza do que hoje existe em Portugal.

Com essas dimensões amplas e natureza o sector empresarial do Estado é, inevitavelmente, o motor da actividade económica, restando saber se funciona como motor de aceleração ou de travagem. Mas será motor sempre, pela própria natureza das coisas.

Assumindo o Plano para este sector do aparelho produtivo carácter de execução imperativa, vê-se bem o desperdício de oportunidades, que acarreta a indisponibilidade de um plano a médio prazo, dentro do qual se programasse anualmente, com continuidade e com coerência.

O que podemos fazer nestas circunstâncias é, por um lado, lançar de imediato, e com base na orgânica de planeamento que existe e é para isso que serve, a preparação dos elementos necessários à definição oportuna dos planos de investimento do sector empresarial do Estado e do sector público não empresarial para 1980. Por outro lado, rever a própria orgânica de planeamento existentes, com vista a robustecê-la para as missões que decreto a esperam, quer aos níveis central e sectorial quer ao nível regional.

Ac rever a orgânica de planeamento, não deixará o Governo de clarificar, simplificando-os, os circuitos de ligação dos serviços e das empresas a essa orgânica e, por via dela, às tutelas. Esses circuitos têm vindo a complicar-se e a enovelar-se a um ponto que acarretou já evidente descrédito junto dos operadores económicos, massacrados por uma multiplicidade de pedidos de informação sobre as mesmas matérias, e sempre com matizes personalizados, que lhes chegam de uma constelação de comissões, grupos *ad hoc*, estados-maiores de gabinetes, por debaixo dos quais se vêm estiolando as estruturas formais da Administração Pública — direcções-gerais, gabinetes sectoriais de planeamento, Departamento Central de Planeamento —, estruturas estas que seria antes elementar dignificar e robustecer.

Prefiro não esbater o relevo, que julgo singelo mas nítido, dos nossos objectivos fundamentais ficando por aqui. Os meus colegas e eu próprio, dentro do escassíssimo tempo de que dispomos, responderemos às questões de maior especialidade que os Srs. Deputados queiram pôr.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro da Coordenação Económica e do Plano: Ouvi com toda a atenção as suas palavras, e gostaria de lhes formular algumas questões.

Não estamos de acordo quanto à interpretação que fez de alguns resultados, nomeadamente quanto à inversão do *deficit* da balança comercial, porque, quanto a nós, isso deve-se mais ao facto da regularização do escudo em relação ao dólar e da melhoria das cotações internacionais. Mas, passando por cima desta questão, o que é certo é que estamos de acordo com as afirmações que fez acerca da diminuição da formação bruta do capital fixo, resultante de uma política que, no fundo, se traduz na política dos «pacotes», na política do Fundo Monetário Internacional.

No entanto, a questão que queria colocar é a seguinte: o Sr. Ministro entende que as indemnizações, se forem regulamentadas no sentido de irem ao encon-

tro da formação bruta de capital fixo, serão positivas. Porém, o que é certo é que, nesse caso, quem investe é o Estado com dinheiro do povo, e quem vai ficar titular desses investimentos são os grandes capitalistas e agrários, que, como sabe, foram a base e o sustentáculo do regime fascista.

Acresce ainda que, em termos de justiça, quanto a nós, não têm qualquer defesa tais indemnizações a grandes capitalistas e agrários quando se diz que há falta de recursos para habitação, para aumentar as pensões, que há falta de recursos para resolver as carências e os grandes problemas do povo português.

Assim, a pergunta que lhe queria pôr era a seguinte: dadas as condições graves do nosso país — a situação económica e a situação financeira —, não seria de aplicar o artigo 41.º, já referido pela minha camarada Alda Nogueira, que diz respeito à Lei da Regulamentação e que permite a suspensão destas? Era apenas esta a questão que lhe queria colocar.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis, também para pedir esclarecimentos.

**O Sr. Nuno Abecasis (CDS):** — Sr. Ministro, como é natural, a pergunta que lhe vou pôr é diametralmente oposta àquela que acaba de ser formulada.

Assim, eu gostaria de saber se está de facto relacionado com a convicção que o Sr. Ministro manifestou de que o sector público produtivo continua a ser o motor do nosso desenvolvimento o facto de no Programa do Governo pouco ou nada se dizer, além de intenções piedosas, sobre o apoio ao desenvolvimento do sector privado, para além da dinamização do processamento das indemnizações e da sua canalização para o investimento, como, aliás, nós temos requerido, desde o princípio, nesta Assembleia.

Gostaria também de saber se o Governo tem intenção de alguma forma, de igualizar, ou pelo menos atenuar, as diferenças escandalosas que existem entre o incentivo ao investimento estrangeiro e o incentivo e o apoio ao investimento nacional em Portugal.

Penso que não é realista falar-se em motor relativamente ao sector público, pelo menos nesta altura, enquanto o Governo não tiver capacidade de sanear financeiramente todas as empresas públicas — e estou convencido de que a isso se deve grande parte dos prejuízos que continuamos a sofrer —, e, assim, enquanto tal acontecer, penso que é perfeitamente irrealista falar em motor do desenvolvimento quando se faz referência ao sector público.

Felizmente que o Sr. Ministro teve a prudência de dizer que o sector empresarial do Estado é o motor, mas talvez «motor de travagem», e aí, sim, estou de acordo, pois é o que tem sido efectivamente, e penso que a ele nada se deve quanto à melhoria da nossa balança de pagamentos, mas sim a um sector privado que não tem sido beneficiado e que, apesar de tudo, contribui de uma forma decisiva para o valor das nossas exportações.

Portanto, Sr. Ministro, fundamentalmente, eu gosto de saber o que é que o Governo pensa fazer para que os investidores portugueses não sejam discriminados, em relação aos investidores estrangeiros, na sua própria terra.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, igualmente para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Dieter Dellinger.

**O Sr. Dieter Dellinger (PS):** — O Sr. Ministro referiu a necessidade de incentivar o investimento, e, efectivamente, uma política de austeridade é sempre uma política temporária e só o facto de termos tido um Governo como foi o Governo do Prof. Mota Pinto, que praticamente não aplicou qualquer medida económica, tanto de austeridade, de retracção, como de expansão, tendo deixado as coisas tal como estavam, explica que não tenha ainda sido feita a passagem necessária do período de retracção para o período de expansão.

Ora todos nós sabemos que um período de expansão é absolutamente necessário num futuro próximo para a economia portuguesa e que ele implica uma descida da taxa de juro.

Assim, o que eu queria saber era se o Governo prevê ou propõe a descida da taxa de juro num futuro próximo.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, também para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Sousa Marques.

**O Sr. Sousa Marques (POP):** — O Sr. Ministro referiu a crise económica que se vive não só no nosso país mas num contexto muito mais vasto, no contexto do mundo capitalista, e o meu camarada Carlos Carvalhas já aqui referiu um aspecto particular dessa crise no nosso país como consequência de acordos firmados, nomeadamente com o Fundo Monetário Internacional. Assim, em relação às indemnizações, eu gostava de lhe pôr uma questão muito concreta, que é a seguinte: será considerado como investir adquirir — com as mobilizações que são possíveis a curto prazo — empresas intervencionadas ou desintervencionadas ou, ainda, empresas que pertenciam ao universo do IPE e que agora não pertencem?

Esta é uma questão particular, até porque todos sabemos que, já depois de demitido, o Governo Mota Pinto, através de um despacho, reduziu o universo do IPE a pouco mais de quatro dezenas de empresas, e já que o Programa do Governo não é claro e as palavras do Sr. Ministro também não o foram neste campo — embora no Programa se diga alguma coisa de refrescante em relação ao Instituto de Participações do Estado, referindo-se concretamente a sua dinamização e reestruturação —, nós gostaríamos de saber, nesta matéria, quais os projectos do Governo, nomeadamente em relação ao já referido despacho do Governo Mota Pinto.

Por último, Sr. Ministro, uma questão muito concreta: é referido no Programa do Governo — e o Sr. Ministro também aqui a referiu — a necessidade de promover a habitação no nosso país. Passará essa incrementação pelo reforçar das verbas e capacidades de intervenção do Fundo de Fomento da Habitação para apoio a esse sector, e nomeadamente para apoio ao sector cooperativo da habitação?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, ainda para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Carlos Robalo.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Sr. Ministro, posso dizer-lhe que nos aspectos analíticos da sua intervenção concordei com a sua quase totalidade e concordei, em especial, quando referiu que o motor do desenvolvimento compete ao sector público. Simplesmente discordo da dicotomia que fez, pois até hoje o sector público tem sido o motor do desenvolvimento com um efeito profundo de travagem, até porque um dos problemas graves da nossa economia é o desequilíbrio da balança de pagamentos.

Aliás, como o Sr. Ministro sabe, o sector público tem uma participação de cerca de 5% nas exportações portuguesas e a maioria do sector empresarial do Estado é um sector que reduziu a sua rendabilidade e que, além do mais, tem acumulado prejuízos, salvo alguns casos que não estão muito clarificados.

Nesse sentido, não percebo muito bem como é que V. Ex.<sup>a</sup> consegue entender o sector empresarial do Estado como motor do desenvolvimento, um desenvolvimento em aceleração.

Como admito perfeitamente que o rigor de que se revestiram as suas análises é o mesmo de sempre — e refiro-me, naturalmente, às análises que fazia quando o conheci no Departamento Central de Planeamento, então dito Secretariado Técnico da Presidência do Conselho —, vai com certeza chegar à conclusão de que o sector empresarial do Estado é um travão ao desenvolvimento português. E o sentido da palavra desenvolvimento por mim empregue não é apenas o económico, mas o seu verdadeiro sentido, ou seja, o sentido que nós nesses tempos, no dito Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, lhe dávamos.

Se chegar à conclusão de que efectivamente o sector empresarial do Estado é um travão, pensa este Governo tomar medidas para evitar esta situação? Muito concretamente, pensa o Governo, inclusivamente, desmembrar um conjunto de empresas que são aglomerados de tal ordem que são ingovernáveis e que, sendo dominados por indústrias de ponta, vendem simultaneamente tapetes? Pensa V. Ex.<sup>a</sup> tomar medidas nesta área, se chegar a esta conclusão?

Outro aspecto sobre o qual queria fazer perguntas é o seguinte: referiu o Sr. Ministro o incentivo ao investimento nas pequenas e médias empresas. Nós encontramo-nos já saturados do nosso complexo de pequeno e médio e mais saturados ficamos ainda de pequeno e médio quando sabemos que, de facto, temos empresas no sector empresarial do Estado que têm dimensões bastante grandes, algumas já de dimensão a nível europeu.

Tendo nós tomado já uma medida de adesão ao Mercado Comum — que esperamos e consideramos irreversível, porque foi aprovada pela maioria desta Câmara, concretamente pelos votos do Partido Socialista, do Partido Social-Democrata e do CDS — e estando perante uma posição irreversível, entende V. Ex.<sup>a</sup> que para a nossa entrada na CEE a política a seguir é a de incentivar apenas o investimento nas pequenas e médias empresas?

Uma terceira pergunta ainda. Referiu V. Ex.<sup>a</sup> aspectos da orgânica de planeamento, algumas das suas deficiências, algumas das suas vicissitudes. E aqui não estou a pôr em causa a capacidade técnica, porque tenho a certeza que existe, simplesmente V. Ex.<sup>a</sup> apenas se referiu aos aspectos organizativos a nível central e a nível sectorial.

**O Sr. Ministro da Coordenação Económica e do Plano:** — Creio que não ouviu bem o que eu disse.

**O Orador:** — Sendo assim, Sr. Ministro, fico encantado, pois, como sabe, sou fã do desenvolvimento regional e não gostaria de que este Governo se esquecesse do artigo da Constituição que prevê esse nível. Assim, eu gostaria que se repensasse de uma vez por todas uma orgânica de planeamento regional e que esse desenvolvimento regional, esse ordenamento do território, deixasse de ser um *slogan* para ser uma realidade, e como não lhe ouvi essa referência, eu gostaria que o Sr. Ministro me esclarecesse sobre as suas intenções neste campo.

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — E a moção de rejeição?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ouvimos com toda a atenção a intervenção do Sr. Ministro da Coordenação Económica e do Plano, e devo dizer que foi com agrado que ouvimos o tom de confiança com que falou. No entanto, lamentamos não partilhar do ponto da situação que aqui nos trouxe.

Contudo, não queríamos, ainda assim, deixar de pôr em relevo que o Sr. Ministro teve o cuidado de não silenciar as consequências muito negativas, no plano económico e social, da política de austeridade que tem sido seguida, do plano de estabilização que tem vigorado, isto é, do cumprimento das exigências do Fundo Monetário Internacional. O Sr. Ministro anunciou medidas que considero de todo necessárias para minorar as consequências graves destas exigências do Fundo Monetário Internacional.

Queria, porém, perguntar se, na verdade, o Sr. Ministro pensa que são compatíveis e realizáveis as medidas que anunciou com essas exigências do Fundo Monetário Internacional e como pensa o Governo, uma vez que foi muito vaga a sua intervenção, pôr em prática essas medidas.

Gostaria de lhe colocar a seguinte questão de fundo: podemos contar, e conta este Governo, com a possibilidade da adopção de medidas que conduzam a uma inflexão na estagnação económica do País, na situação extremamente difícil em que se debate o maior número das empresas portuguesas, invertendo a tendência para o agravamento do desemprego e, em geral, a tendência para a degradação das condições de vida dos Portugueses?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Ferreira Lima..

**O Sr. Ferreira Lima (PS):** — Sr. Ministro, a bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, através do meu camarada António Guterres, fará uma intervenção de fundo sobre política económica.

Porém, desde já gostaria de acentuar o nosso acordo em relação a três pontos da exposição do Sr. Ministro. Em primeiro lugar, é grato ouvir, conforme o Sr. Ministro aqui afirmou, os resultados positivos da política económica global. Nós já o sabíamos, e ainda bem que vem aqui publicamente dar testemunho da certeza dessa política.

Em segundo lugar, tem também o nosso apoio o ponto de vista do Sr. Ministro sobre a inteira necessidade que existe neste país de no mais curto espaço de tempo, dispormos de um plano de médio prazo. É algo por que nos temos batido, é algo em que o Governo poderá ter a certeza de que contará com o apoio do Partido Socialista, na medida em que tal for possível, para que o plano de médio prazo seja o quadro de referência, nos termos em que referiu, para o desenvolvimento económico deste país.

Por último, Sr. Ministro, queria também dizer-lhe que tiveram ressonância para nós as referências que fez em relação ao sector empresarial do Estado, sector esse que, por mais de uma vez, tem merecido aqui, nesta Assembleia, por parte da bancada do Partido Socialista, os maiores cuidados.

Com efeito, e neste domínio, gostaria de lhe fazer concretamente algumas perguntas: em primeiro lugar, aprovou esta Assembleia um Orçamento Geral do Estado com dotações precisas para aumentos de capital estatutário das empresas públicas e subsídios de exploração. Conforme o Sr. Ministro sabe, e ao contrário do que aqui foi dito pelo anterior Governo, no sector dos transportes e comunicações existe uma nítida diminuição dos subsídios globais, quer de exploração quer, o que é mais grave, dos aumentos de capital estatutário, assunto sobre o qual já tive ocasião de transmitir, particularmente, ao Sr. Ministro as nossas preocupações, o que agora faço publicamente.

Pensa este Governo remediar a situação? E se assim é, como? É evidente que estando aprovado o Orçamento, só por via do crédito externo será possível solucionar o assunto. É essa a intenção do Governo?

E em segundo lugar, que pensa este Governo fazer em política tarifária? Apenas por demagogia o Governo Mota Pinto se recusou a tomar medidas óbvias nesse domínio. Quais são, pois, as intenções concretas deste Governo? Cem dias não é muito, mas são suficientes para tomar as medidas corajosas que a consolidação do sector empresarial do Estado implica.

Em terceiro lugar, que pensa este Governo em matéria de consolidação do sector empresarial do Estado no domínio dos chamados contratos de saneamento económico e financeiro? Foi com verdadeiro espanto que assistimos — depois de a política ter sido equacionada neste domínio, mediante o Decreto-Lei n.º 353-C/77, pelo I Governo Constitucional e de o II Governo ter desenvolvido e aplicado essa política — ao facto de os governos subsequentes meterem na gaveta tal política. Mas, pior, não propuseram nada em alternativa. Evidentemente que o decreto é melhorável, certamente que haverá outras alternativas — não está isso em causa.

Quais são, pois, Sr. Ministro, as suas intenções nesta matéria? Dar seguimento a estes estudos? Está presente na bancada do Governo o Sr. Ministro dos Transportes e Comunicações, que pode pessoalmente testemunhar o que tem sido o drama nos TAP quanto a esta matéria e quanto à marinha mercante. Se tal não se fizer, a consolidação do sector empresarial do Estado está posta em causa. E estando posta em causa por esta via de não se fazerem aumentos de capital estatutário e não se garantir um adequado nível de

tarifas, depois, naturalmente, vem o CDS dizer que o sector empresarial do Estado não funciona.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por último, Sr. Ministro, em matéria de manutenção dos postos de trabalho nas empresas públicas, é intenção deste Governo manter os postos de trabalho ou, pelo contrário, pretende este Governo enveredar por uma linha de declaração de empresas em crise? Se assim for — e admito, inclusivamente, que seja ainda cedo para este Governo se pronunciar concretamente sobre este ponto, pois compreenderei que me diga que ainda não tem ideias definidas sobre este assunto —, a minha pergunta é esta, concretamente, Sr. Ministro: como resolver o problema de determinados sectores onde obviamente existem largos excedentes de mão-de-obra?

Evidentemente que tenho presente que, agora sim, os cem dias não serão suficientes para alterar profundamente uma política que vem de trás. Mas, de qualquer forma, o Ministro da Coordenação Económica e do Plano certamente poderá abrir, e bem, o caminho para os que vêm a seguir.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carvalho Cardoso.

**O Sr. Carvalho Cardoso (CDS):** — Sr. Ministro, a minha pergunta vai ser muito curta e muito concreta.

Disse o Sr. Ministro, na sua intervenção, que era a altura de tirar partido da reestruturação fundiária agrícola em curso. A minha pergunta é, pois, a seguinte: poderá especificar quais as medidas que vão ser tomadas pelo Governo nesse sentido, numa altura em que praticamente não existe em Portugal crédito agrícola?

A segunda parte da pergunta era se a disposição do Governo é de tratar em igualdade de circunstâncias o sector privado, o sector cooperativo e o sector público.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro para responder, caso o queira fazer.

**O Sr. Ministro da Coordenação Económica e do Plano:** — Srs. Deputados, tenho escassíssimo tempo para responder às numerosas perguntas que foram postas, e compreenderão, sem mais explicações, que algumas omissões significam que alguns dos meus colegas das pastas venham a ocupar-se dos pontos de detalhe, tendo a minha exposição versado fundamentalmente sobre a área de coordenação que no Governo me compete, com os meus colegas da Agricultura, Indústria e Comércio.

Quanto à questão das indemnizações, se não seria mesmo de as manter suspensas, apenas lembrei que elas estão suspensas há tempo demais e que este Governo não pode ter outra atitude perante a questão que não seja a de começar a satisfazer compromissos que o Estado reconheceu e esta Assembleia ratificou. Falo, evidentemente, pensando também nos efeitos positivos que essa medida pode ter no aumento da propensão para investir. Está escrito nas minhas pala-

bras, que poderão ser relidas, que neste particular a formação de capital é um conceito perfeitamente claro e que não inclui aquisição de activos.

Em resposta ao Sr. Deputado Nuno Abecasis, sobre a questão de o sector público produtivo ser ou não motor, eu procurei pôr as coisas em termos perfeitamente factuais. O sector público português, neste momento, com as dimensões que existem, pela própria natureza das coisas, pelo seu simples efeito de presença, é determinante na evolução económica. Está, evidentemente, nas mãos de quem o utiliza que ele funcione como motor de aceleração ou como motor de travagem, e não posso concordar quando o Sr. Deputado diz que está no sector público a raiz de muitos dos nossos problemas. A medida pelas exportações não é única e convidaria o Sr. Deputado Nuno Abecasis e quem está interessado nisso a tentar saber o que teria sido deste país durante os últimos três ou quatro anos, em termos de desemprego e em termos de trabalho para muitas empresas do sector privado, se o sector público tivesse paralisado o seu esforço de investimento.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quanto ao facto de ser um sector que acumula prejuízos, apenas recordarei que no sector público produtivo — produtivo de bens, nomeadamente — as condições em que tem vindo a ter de financiar o seu investimento, na esmagadora maioria da percentagem por recurso ao crédito — o sector público produtivo tem remunerado os capitais que nele são empregues a taxas da ordem dos 20% — não são propriamente prejuízos.

**O Sr. Nuno Abecasis (CDS):** — Sr. Ministro, dá-me licença que o interrompa?

**O Sr. Ministro da Coordenação Económica e do Plano:** — Faça favor.

**O Sr. Nuno Abecasis (CDS):** — O Sr. Ministro ouviu-me dizer que, enquanto o Estado não estivesse em condições de sanear financeiramente as empresas públicas, elas continuariam a ser um prejuízo para o Estado. Foi isso o que eu disse, e nada há na minha pergunta de discriminatório em relação ao sector público.

**Vozes do PS:** — Ah!...

**O Orador:** — Reconheço, como aliás já o reconheci muitas vezes nesta Assembleia, embora os Srs. Deputados do Partido Socialista tenham fraca memória...

**Vozes do PS:** — Temos muita! Temos muita!

**O Orador:** — ..., que o sector público é importante, o que não quer dizer que seja determinante para o nosso desenvolvimento e muito menos o seu motor principal.

**O Sr. Ministro da Coordenação Económica e do Plano:** — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Contudo, o ponto que queria deixar claro é que não há na posição deste Governo nenhuma posição discriminatória, como afinal parece também não haver no espírito do Sr. Deputado. O sector público e o sector privado interpotenciam-se e é necessário tirar cada vez mais partido dessa malha de relações que entre ambos se estabelece.

Uma parte da pergunta do Sr. Deputado Carlos Robalo também já está referida. Quanto à questão, da taxa de juro, que é efectivamente um instrumento neste contexto, bem como quanto às intervenções sobre a construção habitacional, deixarei para os meus colegas das pastas.

O Sr. Deputado Carlos Brito perguntou se serão compatibilizáveis os compromissos com o Fundo Monetário com as medidas inflectoras. Julguei ter ficado claro que entendimos que sim, não só porque aquilo a que chamou as imposições do Fundo Monetário, e que no fundo eram imposições da situação da economia portuguesa, em grande parte melhorou nos aspectos que mais preocupavam o Fundo, como também pelo facto de, mesmo sem recurso ao novo investimento, ser possível, a nosso ver, obter acréscimos importantes da produção a curto prazo. Procuraremos, pois, valorizar o mais possível essas possibilidades.

Quanto à pergunta mais concreta que o Sr. Deputado Ferreira Lima me colocou sobre a política tarifária deste Governo, dir-lhe-ei muito brevemente que este Governo não virará a cara às suas responsabilidades e que, infelizmente, terá de, em prazo muito curto, rever as tarifas de numerosos serviços de transportes e comunicações.

Feita essa necessária intervenção, veremos o que resulta no panorama dos recursos orçamentais, nas suas modalidades de subsídio e de aumento de capital. As empresas do sector público esperaram até Agosto para ver o seu horizonte financeiro, este ano, definido. Está neste momento definido, e, em meu entender, só em último caso o Governo o irá alterar profundamente neste momento. De qualquer forma, as alterações nunca poderiam melhorar de uma forma muito evidente a situação, decerto muito preocupante, das empresas de transportes. Quanto à possibilidade de recurso ao crédito externo, o meu colega Sousa Franco poderá comentá-la.

Quanto à manutenção de postos de trabalho, a posição deste Governo, liminarmente, é de manter os postos de trabalho, salvo em casos perfeitamente caracterizados, em que outra solução não seja possível; sobretudo no sector público tudo faremos para não extinguir esses postos de trabalho.

Quanto ao Sr. Deputado Carvalho Cardoso, peço-lhe também que aguarde pela intervenção do meu colega da Agricultura para responder à sua pergunta.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

**O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP):** — Sr. Presidente, Sr.º Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Hoje já ninguém desconhece que a política de restauração dos privilégios do grande capital empreendida pelos anteriores governos constitucionais, com o apoio e o aplauso de toda a direita e

odiosamente agravada pelo Governo Mota Pinto /PPD/CDS, conduziu a uma política social assente na insegurança no trabalho, na redução progressiva dos salários reais dos trabalhadores, na restrição dos seus direitos e dos direitos das suas organizações de classe.

Manejada por um executivo sem escrúpulos, assente no medo e na repressão, uma tal política tinha forçosamente que causar, como causou, pesados sacrifícios para todos os trabalhadores portugueses. Tratou-se, no fundo, de uma política que foi e continua a ser uma política inconsistentemente reclamada pelas associações patronais, pelo capital nacional e estrangeiro e pelo Fundo Monetário Internacional.

Até ao último instante da sua acção governativa, Mota Pinto tentou destruir os direitos conquistados pelos trabalhadores e minar a resistência daqueles que mais dignamente se têm empenhado na sua defesa.

Basta recordar, por exemplo, as medidas de escandalosa protecção de certos patrões, como os do Pão de Açúcar, com penosos sacrifícios e negação de direitos dos trabalhadores; a perseguição e repressão contra trabalhadores em luta, como nos TLP; o bloqueamento administrativo da contratação colectiva; a liberalização dos despedimentos; a resolução que proibia as comissões de trabalhadores na função pública; a liberalização dos preços; o agravamento dos impostos sobre os rendimentos do trabalho assalariado, para já não falar mais largamente nesse escândalo político que é o de um Governo exonerado, e sem a confiança da maioria desta Assembleia, ter-se permitido aprovar um conjunto de leis antioperárias na derradeira sessão do Conselho de Ministros.

Nunca no Portugal de Abril o grande patronato se sentiu tanto à vontade para reprimir e despedir de forma arbitrária e violenta; nunca os grandes capitalistas e o imperialismo viram as portas tão escancardadas para se apossarem do poder económico e submeter o nosso país à sua dependência. Consciente de que, para alcançar os seus tenebrosos planos de recuperação capitalista, era necessário destruir o poderoso movimento sindical, o Governo Mota Pinto/PPD/CDS procurou por todos os meios levar a cabo uma política de afrontamento e de arbitrio, que afinal o levaria precisamente à derrota, acabando por ser banido da cena política portuguesa devido à luta e à resistência do movimento operário e popular, conjugada vitoriosamente com a acção de todas as outras forças democráticas.

Repetidas vezes afirmámos que uma tal política não servia os interesses nacionais, não superava a crise económica, nem contribuía para a consolidação da jovem democracia portuguesa. O Partido Comunista Português não se militou a prever os resultados de uma tal política, previu também as forças democráticas e os trabalhadores em geral contra os riscos de uma tal política, combateu-a firmemente pelos meios constitucionais ao seu alcance e apresentou as necessárias alternativas.

A política do PPD e do CDS prosseguida nos últimos meses pela mão subserviente de Mota Pinto, Vaz Portugal, Proença de Carvalho e outros agravou ainda mais a situação e transportou para este Governo problemas e suas consequências a que urge dar solução. O Governo do PPD e do CDS, que teve Mota Pinto como Primeiro-Ministro, foi bem o exemplo de uma

política que o povo português condenou, porque foi a política de restauração do poder económico e político do grande capital contra a esmagadora maioria do povo, a política dos latifundiários contra os trabalhadores rurais e os camponeses, dos especuladores contra os consumidores, das forças do retrocesso contra as forças do progresso.

### Vozes do PCP: — Muito bem!

**O Orador:** — Nós, comunistas, compreendemos que o Programa deste Governo não poderia deixar de reflectir as consequências de uma política tão desastrosa. Os compromissos assumidos com o FMI, a prossecução dos interesses da CIP e da CAP, a submissão ao capital nacional e internacional conduziram a situações que, sem resolverem, antes pelo contrário, os problemas da área económica, agravaram os problemas da área social. A intenção de reagir contra tais resultados, atenuando os seus efeitos mais dramáticos e patente em vários pontos do Programa do V Governo. Para me circunscrever apenas aos que mais directamente afectam a vida dos trabalhadores, referirei as preocupações de melhorar as condições de vida dos que não chegam sequer a ascender aos níveis mínimos de subsistência, o reconhecimento de que a afirmação das liberdades vai de par, em democracia, com a prioridade atribuída à satisfação das necessidades básicas de cada povo, a subordinação da política de produção de riqueza e a sua distribuição à satisfação das necessidades que condicionam o dia a dia da vida nacional, a atenuação de alguns dos efeitos mais negativos da política anterior, a defesa do poder de compra das remunerações do trabalho, a não degradação do nível de vida dos Portugueses e a revisão apropriada do conceito do «cabaz de compras», o empenhamento na resolução de processos de regulamentação colectiva pendentes no Ministério do Trabalho, a preocupação de diminuir o desemprego, etc.

Confiamos em que a política desastrosa do bloco reaccionário, com condimentos monárquicos, do PPD e CDS, levada a efeito pelo Governo de Mota Pinto não seja prosseguida e sofra uma acentuada inflexão. Nisso nos empenhámos sempre e nisso continuaremos a empenhar-nos. Mas não deixaremos de advertir e sublinhar que os compromissos assumidos pelos anteriores governos, que os diplomas da contra-revolução legislativa aprovados pelo PS e pela direita e que a ruinosa e, nalguns casos, criminosa política do Governo Mota Pinto condicionam e pedem comprometer o sucesso desejado das intenções a que atras aludímos, tal como não deixaremos de advertir de que nem todas as medidas preconizadas neste Programa se compatibilizam com algumas dessas mesmas intenções, e, nessa medida, não terão obviamente o nosso apoio.

Aliás, no sector do trabalho as medidas de intervenção previstas no Programa são extremamente escassas, mesmo para um Governo de curta duração, como este. Com efeito, com a mesma frontalidade com que manifestamos o nosso apoio à intenção de defesa do poder de compra das remunerações de trabalho e ao empenhamento na resolução de processos de regulamentação colectiva que o Ministro do Trabalho do Governo Mota Pinto escandalosamente deixou acumular, prestando assim mais um serviço servil ao

patronato, manifestamos sérias reservas, e até apreensões, por muitas omissões do Programa neste importante sector.

É que, Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro, e, em especial, Sr. Ministro do Trabalho, o que hoje se passa no mundo laboral é verdadeiramente preocupante.

O boicote patronal à contratação, os despedimentos arbitrários, as perseguições movidas contra dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores, o clima de intimidação que o patronato mais arrogantemente reaccionário introduziu em numerosas empresas, a violação flagrante dos direitos sindicais e do direito à greve, a desobediência de algumas entidades patronais às decisões judiciais, etc., são questões que o Programa do Governo não pode pura e simplesmente silenciar, sobretudo este Governo, que coloca como «primeira condição para o exercício do seu mandato a criação de um clima de acalmia e serenidade».

O clima de acalmia e serenidade exigem, naturalmente, que se reduzam os focos de tensão e estes não se reduzem com o tipo de actuação patronal atrás descrito e que teve no Governo anterior um parceiro complacente e colaborante, e nos partidos da aliança, apoiantes entusiastas.

Na verdade, que acalmia pode haver naquelas empresas, como na Jacinto, em que o patrão recorre a uma espécie de política privada para intimidar e até agredir os trabalhadores?

Que acalmia pode haver na Standard Eléctrica (ITT), onde o Governo Mota Pinto escandalosamente permitiu, por despacho, que a multinacional possa despedir de forma arbitrária e ilegal cerca de 300 trabalhadores?

Que acalmia pode haver na Corame, onde os trabalhadores em greve procuram impedir a entrada do ex-patrão, perseguido pela Interpol por causa dos crimes e roubos que cometeu e a quem o Governo Mota Pinto ofereceu à pressa as empresas que lhe serviam de cobertura aos seus negócios escuros, que envolvem centenas de milhares de contos?

Que acalmia se pode exigir aos trabalhadores da Cabos Ávila, quando o patronato procura implantar um ambiente de terror na empresa, recusando-se a reconhecer a comissão de trabalhadores, ou reconhecendo-a apenas para a informar de despedimentos e suspensões arbitrárias que pretende executar?

Sr<sup>a</sup> Primeiro-Ministro, se o tempo me sobrasse descreveria as razões que levam os trabalhadores da Francisco Sanches, da Sorefame, da Lusalite, da Intermobel, da Luso-Alemã, da Molaflex, da Sugal e de tantas e tantas outras empresas, onde os trabalhadores lutam contra os despedimentos selectivos ou colectivos onde os trabalhadores lutam pelos seus direitos mais sagrados, que querem acalmia, mas não a repressão, nem a paz dos cemitérios.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A política de recuperação capitalista já demonstrou ao longo dos últimos anos os seus efeitos no plano social.

A aceitação das receitas do Fundo Monetário Internacional e do imperialismo só pode resultar em mais desemprego e mais miséria. A aceitação (explicita ou

implicita) das exigências da CIP e dos grandes capitalistas resulta necessariamente no aumento dos lucros à custa da maior exploração dos trabalhadores. Das manobras e chantagens dos partidos da direita só se podem esperar tentativas de desestabilização social, de enfraquecimento do movimento dos trabalhadores.

Uma alternativa democrática para a saída da crise concretiza-se com os trabalhadores e não contra eles, realiza-se na defesa dos seus direitos e interesses e nunca na degradação das suas condições de vida, na dramática insegurança do desemprego, na ameaça da retaliação e do despedimento e outras sanções abusivas e ilegais.

A alternativa democrática para a saída da crise — para cuja formulação e divulgação o PCP tem dado uma contribuição decisiva — exige a mobilização e participação criadora dos trabalhadores, que o Governo Mota Pinto rejeitou e tentou silenciar.

Urge corrigir os erros e crimes praticados pelo anterior Governo. A política de salários e preços deve ser — terá de ser — encaminhada com toda a firmeza para defender os salários reais dos trabalhadores não só através da contenção dos preços e medidas eficazes contra a especulação, mas também no desbloqueamento da contratação colectiva, impedindo a sabotagem dos contratos colectivos de trabalho.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Urge reconsiderar as desintervenções arbitrárias executadas apressadamente e que resultam em novas e graves dificuldades para as empresas e para os trabalhadores.

Os despedimentos colectivos e individuais, o desemprego, têm de ser combatidos, designadamente pela adopção de uma nova política que ponha o acento tónico no aumento da produção nacional, no apoio às pequenas e médias empresas, na consolidação do sector nacionalizado e da Reforma Agrária.

Os reformados, os trabalhadores rurais, as empregadas domésticas, os mineiros e os pescadores, que pertencem aos sectores mais desfavorecidos da população portuguesa, devem ser objecto de medidas especiais de protecção, não só através de adequada regulamentação legal como por uma adequada protecção social.

Ouvir os trabalhadores, atender as suas justas reclamações, respeitar a independência das suas organizações, são traços fundamentais de uma política que sirva os interesses do povo e do País.

**Uma voz do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Muitas foram as vezes em que elas demonstraram que não pouparão esforços para defender a democracia e que sabem e saberão lutar dentro da democracia para a consolidar. Não se receie pedir sacrifícios aos trabalhadores, porque o trabalho não assusta quem trabalha; o que não se pode exigir nunca são sacrifícios para beneficiar que nos explora e reprime.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Que o V Governo conte com a participação criadora dos trabalhadores, respeite e cumpra

a Constituição e prossiga o caminho aberto em 25 de Abril!

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Lopes Cardoso (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.º Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Seja-me permitido, antes de entrar exactamente na matéria que aqui nos trouxe, e porque é seguramente a última vez que no decurso desta legislatura subo a tribuna, seja-me permitido, como dizia, e porque não tive oportunidade de fazê-lo por razões de ordem regimental e em altura que seria possivelmente mais apropriada, dirigir na pessoa do Sr. Presidente uma saudação a todos quantos aqui, por vontade livre e democraticamente expressa do eleitorado português, representam a vontade do nosso povo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se algum motivo de orgulho tenho na minha actividade política é o de ter sido Deputado à Assembleia Constituinte e de ter podido participar nos trabalhos desta Assembleia.

Procurei exercer o meu mandato no respeito por aquilo que, no meu entendimento, era o compromisso que assumi perante os meus eleitores. Procurei exercê-lo também aqui dentro num espírito de tolerância e de abertura e respeito pelas opiniões contrárias, viesssem elas de que sector viesssem deste hemicycle.

Não o terei conseguido sempre, mas julgo em consciência que o terei conseguido a maior parte das vezes.

Disso, no entanto, não sou eu o juiz, serão os Srs. Deputados e será seguramente em breve e de novo o eleitorado português.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.º Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Governo de gestão ou de transição — não vou entrar numa polémica em que, embora sendo claro o significado das palavras, são muitos os que as interpretam ao jeito dos seus argumentos, como não vou entrar numa discussão que deliberadamente se procura arrastar para o confronto formal de conceitos que cada um usa como melhor lhe convém e que serve apenas para esconder as questões de fundo —, governo de gestão ou de transição, dizia, o governo surge por desejo e decisão do Presidente da República, constituído à margem desta Assembleia, porque constituído à margem dos partidos que aqui têm assento.

Surge como um Governo do Presidente destinado a preparar eleições intercalares que permitam ultrapassar o que seria — e sublinho aqui a expressão «o que seria» — uma situação de impasse resultante da impossibilidade de um entendimento no seio desta Assembleia e que torne viável a formação de um governo susceptível de governar com a nossa investidura até 1980.

Fico no entanto por demonstrar, em meu entendimento, a existência real de uma situação de impasse e creio que é legítima a dúvida sobre se essa situação, a ter existido, não terá sido muito mais o resultado da vontade do Presidente da República que o resultado da responsabilidade real de encontrar nesta Assembleia uma base de apoio maioritária para a formação de um V Governo.

É, aliás, minha convicção que o decurso deste debate e o seu resultado virão a constituir uma prova — tardia e ineficaz embora — de que tal terá sido possível.

**O Sr. Vital Rodrigues (Indep.): — Muito bem!**

**O Orador:** — Só que a investidura deste mesmo Governo ou de um governo semelhante nas condições actuais ou no quadro de uma solução normal sem recurso a eleições antecipadas não teria, obviamente, o mesmo significado estratégico.

Daí que também legitimamente se possa olhar este Governo como peça de uma estratégia de cariz presidencialista, em que o descrédito das instituições parlamentares é um elemento fundamental. E isto para além da vontade e do entendimento do próprio Governo. Aliás, só à luz de uma estratégia se pode entender a lógica e a coerência das atitudes, aparentemente contraditórias, assumidas pelo Presidente da República em relação aos sucessivos governos constitucionais e o sentido de muitas das palavras que, em circunstâncias várias, ele próprio aqui mesmo pronunciou.

Não basta contudo que nos apercebamos da lógica que está por detrás de certas atitudes e certas decisões, não basta entender a estratégia em que se enquadram. Importa ir mais longe e entender também em que condições tal estratégia se pode revelar eficaz, a quem cabe a responsabilidade pelo facto de ter sido possível que tantos passos se tenham dado já no sentido de alcançar os objectivos dessa estratégia.

E aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é impossível ignorar a responsabilidade assumida pelo Partido Socialista ao longo destes anos, ao concretizar nesta Assembleia não uma maioria de esquerda, que nunca existiu senão como argumento de propaganda utilizado ao sabor das circunstâncias, mas uma maioria de direita à qual se ficaram devendo as mais importantes decisões aqui tomadas em matéria legislativa.

Mas, se a convocação de eleições intercalares e a formação do V Governo nestas circunstâncias surgem como peça de uma estratégia que visa pôr em causa as instituições parlamentares, a resposta terá de se encontrar não tanto na atitude assumida perante este Governo neste momento, mas na resposta que através do voto aqueles que acreditam na democracia venham a dar ao desafio que lhes foi lançado. Resposta que não poderá ser a repetição do quadro parlamentar existente, repetição que seria não o manter de uma maioria de esquerda — que todos sabem —, e por de mais, nunca ter existido —, mas o manter do permanente balancear entre uma maioria de direita e o impasse em que vivemos desde 1976. Impasse em que apostam os que sonham com soluções de índole presidencialista. Resposta que tem necessariamente de passar, se quisermos que seja uma resposta útil, pela renovação do quadro parlamentar, em termos de pôr fim à bipolarização das forças que, afirmando-se de esquerda, aqui estão representadas neste hemicycle.

Colocada a questão nestes termos, confrontados com a inevitabilidade de eleições intercalares por força da atitude assumida pelo Presidente da República, deste Governo se exige antes de tudo que se

assuma como um governo destinado a preparar aquelas eleições e a garantir o seu carácter verdadeiramente democrático.

Do assumir claro dessa atitude dependerá a nossa posição e dela deve depender também, no nosso entendimento, a atitude de quantos se reclamam, pelo menos, do quadro democrático institucional traçado pela Constituição da República.

Mas garantir o carácter verdadeiramente democrático das próximas eleições não significa apenas — é óbvio — garantir uma correcta e isenta contagem dos votos, significa também garantir que o Governo, situando-se no quadro estrito das leis existentes e da Constituição e no seu respeito inequívoco, seja capaz de evitar situações de confronto social que deliberadamente foram criadas por anteriores governos — com particular relevo para o Governo Mota Pinto — nos domínios da comunicação social, da reforma agrária e das relações laborais.

Dai que, embora o programa do Governo não possa ser apreciado sem ter em conta o seu limite temporal, se não possa passar sobre ele como matéria despiccienda e irrelevante, porque é um projecto de intenções que importa ver em que condições poderá ser cumprido, pois nele se contêm algumas das respostas às questões que levantei, no quadro das quais se torna legítimo esperar o empenhamento do Governo na rápida promulgação das leis recentemente aprovadas por esta Assembleia, tanto no domínio da reforma agrária como no da comunicação social.

Governo constituído à margem da Assembleia, Governo formado para servir uma estratégia presidencialista — disse-o já e é esta a minha convicção. Mas Governo que não pode ser julgado apenas a partir destes dados — seria uma atitude, no meu entender, de estreito sectarismo —, Governo que tem de ser julgado sobretudo em função da situação concreta com que nos defrontamos, do seu Programa, das pessoas que o constituem, das garantias que ofereça para tornar possível uma resposta democrática à estratégia que o justifica e impõe aos olhos do Presidente da República.

Tendo em conta estas condicionantes, diríamos que o Governo pelo seu Programa, e não por todas mas por muitas pessoas que o constituem, entre as quais me permito referir a Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro e os Ministros do Trabalho, da Agricultura, da Comunicação Social e da Administração Interna — e esta referência deve-se aos sectores-chaves que por estes Ministros são encabeçados —, este Governo, pela sua composição, oferece-nos as garantias necessárias ao desenrolar democrático das próximas eleições. Mas seja-me também permitido dizer que não sou eu, não somos nós que fazemos aqui o elogio de alguns Ministros, sobretudo do da Comunicação Social, depois de nos termos oposto à sua participação noutros Governos.

Terminaria, assim, Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados, dizendo que o Governo, de momento, e até ao final do debate, pode contar com bastante mais de nossa parte do que o simples benefício da dúvida a que a Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro em tempos se referiu.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para os reformados que aguardam dos Poderes Públicos maior eficácia na gestão da economia para melhorarem as suas magras pensões; para muitos trabalhadores do campo que continuam a esperar o dia em que possam dar aos seus filhos um futuro igual ao das gentes da cidade; para os desempregados que esperam o dia em que o direito ao trabalho não seja apenas um artigo da Constituição, mas o resultado do pleno emprego alcançado; para os pobres, em geral, que vivem com ansiedade o amanhã sem saber o que ele será ou o que lhes dará ...

*Risos.*

...; para os jovens que se perguntam onde poderão encontrar uma casa onde habitar, um emprego para viver e um futuro para esperar ...

**Uma voz do PS:** — É só demagogia!

**O Orador:** ...; para as mulheres e, em geral, as donas de casa, para os funcionários públicos que se interrogam sobre o modo de esticar o orçamento familiar ...

*Risos.*

...; para as famílias que sofrem com a educação que é dada aos seus filhos nas escolas e que persistem em legar-lhes os valores de um povo de oito séculos; para os doentes, os desprotegidos, os marginalizados que questionam a sociedade sobre o que faz por eles; para todos os trabalhadores que já perceberam a ilusão das promessas pseudolibertadoras dos vários vanguardismos marxistas ...

*Risos.*

...; para os intelectuais que compreenderam que a liberdade na cultura é inseparável da liberdade na vida e da liberdade na economia ...

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Para todos os eleitores!

**O Orador:** --- ... para os empresários que continuam denodadamente a lutar pelo aumento da produção sem que os Poderes Públicos sejam capazes de definir com clareza as regras da economia ...

**O Sr. Carvalho Cardoso (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** --- ... Para os que anseiam pela justiça e por maior igualdade e sabem que o seu desejo não tem resposta nas políticas burocratizadas dos vários socialismos; para todos os portugueses que reconhecem que o 11 de Março e aqueles que o dominavam não podem oferecer ao País soluções diferentes das da miséria e da opressão ...

*Protestos do PS e do PCP*

...; para todos os que querem que a democracia política em Portugal seja um verdadeiro meio para assegurar as liberdades, o Estado de direito, a estabilidade governativa, o progresso social e o desenvolvimento da economia; para os que, vivendo aqui ou vindos de África, continuam a sofrer a injustiça e a imoralidade

de não ver compensada a expropriação desordenada das suas poupanças, dos seus bens, das suas casas ou do seu trabalho ...

O Sr. Carlos Laje (PS): — Oh, oh! ...

O Orador: — ...; para todos os que rejeitam a ambiguidade na posição de Portugal no mundo e defendem que a Europa é o nosso espaço próprio de civilização e de partida para o ecumenismo que nos está no sangue e na história; para todos os que amam a clareza, a frontalidade, o pragmatismo, a competência e querem um Portugal redignificado, senhor de si e da sua identidade; para todos esses o presente debate não oferece motivos suficientes de interesse.

*Protestos do PS e do PCP.*

Será em três meses que este Governo, mesmo que fosse capaz disso, iria resolver os problemas de todos esses portugueses?

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Pelo País corre a incompreensão deste debate. Participamos nele porque o nosso dever de Deputados nos obriga a responder perante o povo pelo mandato que dele recebemos. Estamos aqui para que não se nos diga que em nós faltava a coragem para no Parlamento defender aquilo que afirmamos lá fora. Levamos até ao fim a nossa função por exigência de rigor e frontalidade, por imperativo ético e político, por respeito à ordem jurídica e à convivência democrática.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Mas nada disso diminui a convicção do CDS sobre a inutilidade profunda e substancial do presente debate. Este Governo prometido para três meses passa-nos ao lado.

O Sr. Carlos Laje (PS): — Qual lado?...

O Orador: — Se for investido pelo Parlamento, será um Governo politicamente livre para, nos limites constitucionais, fazer o que muito bem entender sem dar satisfações a ninguém, a não ser, talvez, ao Presidente da República. Para quê, então, discutir o seu Programa? Eis a questão a que ninguém nos sabe responder. Consentir um programa que não se pode fiscalizar é coisa que só pode fazer quem tenha suficiente confiança nos méritos e nos objectivos do Governo, mesmo na perspectiva da dissolução do Parlamento.

Haverá, decerto, quem nesta Assembleia da República se sinta com tal disposição. A julgar pelas extraordinárias expressões de simpatia política pelo Primeiro-Ministro e pelo seu discurso introdutório, provenientes das bancadas comunista e socialista, podemos concluir que o PS e o PCP se encontram animados desse espírito. A figura política do Primeiro-Ministro Lurdes Pintasilgo é do agrado do PS e do PCP. O Governo ganha progressivamente a imagem de ser um Governo LP/PS/PCP ...

Risos.

Perante a inutilidade substancial deste debate, aí está um aspecto formalmente útil da sua realização, embora carregado de perspectivas negativas para o nosso futuro colectivo, em especial para o clima eleitoral em que o País vai entrar. Ficamos, na verdade, a saber que o PS e o PCP encontram idênticos motivos de regozijo e agrado políticos perante este Governo. Ficamos a saber que o Governo, por seu turno, tem como base política de apoio objectivo o PS e o PCP. É útil que isso seja esclarecido.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Orador: — O País deverá ficar consciente de que vai ser chamado a pronunciar-se, nas urnas, sobre os destinos de Portugal, tendo à sua frente o Governo LP/PS/PCP.

*Vozes de protesto do PS e do PCP.*

O País deverá meditar nos novos desafios políticos que daí resultam. De uma forma subtil, parece poder-se iniciar, em Portugal, um original processo de «allendização».

*Protestos do PS e do PCP*

Esse processo, a verificar-se, não augura nada de bom para o futuro da democracia portuguesa e de Portugal. Impedi-lo ou travá-lo é um imperativo democrático e patriótico. E ele só poderá ser impedido ou travado eficazmente através do voto popular, através da soberania do povo.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Orador: — É, pois, útil que o eleitorado se possa dar conta da realidade, sem dramatismo, nem angústia, mas com serenidade e firmeza. A força cívica e democrática dos Portugueses vai ser, de novo, chamada a actuar. Para nós, como já dissemos, os fantasmas de Pinochet existem sempre perante as realidades de Allende. Uma e outras só são possíveis pela demissão ou pelo erro dos democratas. Pelo nosso lado, não nos demitiremos e oxalá sejam poucos os que errem.

*Protestos do PS e do PCP e aplausos do CDS.*

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O CDS discordou do modo escolhido pelo Presidente da República para formar este Governo e do perfil político da personalidade seleccionada para o chefiar.

Mas a forma como tudo acabou por se passar, permite dizer que estamos a assistir, no nosso país, neste momento, a uma profunda tentativa de modificação qualitativa do modo de funcionamento do regime político.

Entrou-se, de facto, na terceira fase do exercício político do Sr. General Ramalho Eanes como Presidente da República.

Na primeira, que durou até Julho de 1978, o País conheceu governos de base partidária e da responsabilidade fundamental do Partido Socialista.

Na segunda fase, que terminou com a queda do IV Governo, o País teve dois Governos de iniciativa presidencial e modesta convivência parlamentar. Em nenhum desses casos, porém, o nome dos Primeiro-

-Ministros nomeados merecerá a recusa política dos partidos que apoiaram a candidatura do general Ramalho Eanes e a metodologia adoptada contou, quanto ao IV Governo, com a aceitação desses mesmos partidos.

Na terceira fase, que agora se abre, o Presidente da República optou por formar um governo que, quanto ao método e quanto à figura do Primeiro-Ministro, suscita a divergência do PSD e do CDS, partidos que, legitimamente, reivindicam a representação partidária da maioria daqueles que fizeram eleger o general Ramalho Eanes.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não nos anima o propósito de fazer processos de intenção. Mas o País haverá de reconhecer que esta nova fase do exercício presidencial merece cuidadosa meditação. Ela está, na verdade, recheada de consequências políticas para o futuro de Portugal.

Porque é que o Presidente da República, em matéria de governo de gestão, resolveu seguir um caminho tão frontalmente divergente da opinião daqueles que constituem o grosso da coluna dos seus eleitores? Porque está arrependido de ter recebido o seu apoio? Porque considera que já não é útil para ele ou para o País continuar a prevalecer-se desse apoio? Porque pensa, geometricamente, que entre a decisão das eleições intercalares e a decisão de formar este Governo se consente a si próprio um lugar de bissecção artificial? Ou porque julga que aqueles que, tendo votado no PSD e no CDS e tendo-o escolhido a ele para Presidente, já não se consideram representados pelos partidos da sua preferência?

Como eleitor de Ramalho Eanes, quero dizer-lhe com clareza, sinto-me traído pelo gesto gratuito que o Sr. Presidente da República praticou.

**Aplausos do PSD e do CDS.**

Digo-o sem acrimónia, mas com clareza. Digo-o sem espírito acusador e com todo o respeito que a chefia do Estado me merece. Mas digo-o com frontalidade magoada.

O meu partido sempre procurou evitar qualquer ruptura política de sua iniciativa com o actual titular do cargo de Presidente da República, mesmo nos momentos em que as suas atitudes concretas nos mereciam discordância. Pelo contrário. Sempre procurámos manter-nos fiéis à eleição de Eanes. Em assunto de tanta gravidade como é a Presidência da República a fidelidade é um valor político fundamental, em termos nacionais.

Prevaleço-me, pois, da autoridade política e moral do meu partido, nesta matéria, para dar público testemunho de um sentimento que é, neste momento, porventura, o de muitos portugueses.

O Presidente da França é presidente de todos os franceses. Mas, apesar disso, em França, o Partido Comunista não se sente politicamente inclinado a colar-se às decisões presidenciais. Por que é que em Portugal as coisas não se passam da mesma maneira?

**Risos do PS e do PCP.**

Algo de grave e estranho está, na verdade, ocorrendo no nosso país.

A terceira fase do mandato presidencial inicia-se de modo muito sombrio, ao contrário do que aconteceu com a primeira e a segunda fases. E desde já haveremos de formular votos, a bem do País e da democracia, de que essa fase, a prosseguir assim, seja tão curta quanto possível.

Insisto: o CDS não fez processos de intenção, nem baseia o seu comportamento político em preconceitos.

**Risos do PS e do PCP.**

Mas os factos são o que são. Os rumos políticos do Sr. General Ramalho Eanes não parecem passar pela opinião do CDS. Esperar-se-á que o CDS considere que os seus rumos políticos futuros passem pelo Sr. General Ramalho Eanes?

Decerto, esperamos que, no futuro, as coisas se poderão encaminhar de modo diferente daquele que neste momento entrevemos. O bom senso e o patriotismo obrigam-nos a esta atitude. Mas o mal que foi feito, está feito.

Olhemos, porém, mais para diante.

O Governo que se encontra perante nós apresentou-se ao País para palmilhar uma marcial «marcha de 100 dias».

**Risos.**

A Srª Primeiro-Ministro, no entanto, considera que só subjectivamente se encontra vinculada a ceder o seu lugar depois da eleição da nova Assembleia.

Ninguém acreditará, na verdade, que a subtileza da Sr.ª Primeiro-Ministro ao salientar o carácter subjetivo do seu compromisso de saída seja uma figura de retórica. Ela traduz, muito simplesmente, a disponibilidade para ficar palmilhando quantas «marchas de 100 dias» sejam necessárias e, naturalmente, possíveis.

E assim se traduz, igualmente, a vontade política objectiva de quem a nomeou: a vontade de preparar o terreno para a hipótese de, como defende com indisfarçável interesse o PS, tudo ficar substancialmente na mesma, em termos parlamentares, depois das eleições. Estará, aí, porventura, um tema adicional de reflexão para os socialistas: se, por singular ocorrência, tudo corresse ao sabor dos seus interesses e o novo Parlamento tivesse uma composição análoga à de Abril de 1976, o PS ver-se-ia então confrontado com nova exigência presidencial de só aceitar governos de raiz partidária com apoio parlamentar, maioritário, estável e coerente. E, coerentemente com as suas posições de hoje em face do presente Governo, haveria de ser companheiro mais ou menos feliz, mas afastado, de mais algumas «marchas de 100 dias» e daquilo que se lhe seguisse ...

**O Sr. Rui Pena (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — O futuro, porém, não será assim, e o PS poderá evitar os sobressaltos destas reflexões. O próximo Parlamento será, na verdade, diferente e nele existirá uma nova maioria.

**Risos.**

**Aplausos do CDS.**

Por isso, também, as subtilezas dialécticas da Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro não merecem excessiva preocupação, a não ser no ponto em que são indício de um projecto que a compromete objectivamente a ela, como ao Sr. Presidente da República. Projecto ou possibilidade que parece identificável no início desta terceira fase do mandato presidencial e que, por isso mesmo, não pode passar desapercebida. A verdade é que, mesmo afirmando o contrário, o Governo é, neste momento, uma correia de transmissão entre o Presidente da República e esta Assembleia. E só deixará de o ser porque um desses dois pólos, justamente o nosso, será, como esperamos, dissolvido.

Mas podemos ir ainda mais longe.

No Governo que se encontra perante nós figuram elementos que, politicamente, dispõem da solidariedade política associativa de um grupo de Deputados independentes desta Assembleia. A sua presença no elenco ministerial não é despida de significado político. Não podemos, na verdade, considerar que é apenas por coincidência que no Governo se encontram Ministros que saíram do PSD sem que o mesmo Governo integre dissidentes do PS.

Sem entrar em seara alheia, mas prevalecendo-me também da solidariedade que une o CDS ao PSD na Aliança Democrática, adiantarei que esse facto reflecte manifestamente um acto discriminatório de hostilidade em relação a um dos partidos concorrentes às próximas eleições. O enviesado rodeio da Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro a propósito desta questão e do seu significado político, quando directamente interpelada, é mais esclarecedor que quaisquer outras palavras.

Não recusamos a ninguém o direito político e moral democrático de tentar a formação de novos partidos. Mas será inócuia e correcta essa pretensão quando publicamente alimentada por quem pertence a um governo destinado a preparar, com isenção, eleições gerais? Será inócuia e correcta a atitude de quem chama ou nomeia para o seu Governo personalidades empenhadas na formação de um novo partido, quando esse Governo é suposto presidir com isenção e imparcialidade a eleições gerais?

Decerto que não é. E em termos claros, teremos de dizer, a este propósito, que a terceira fase do mandato presidencial se inicia também com o patrocínio objectivo à tentativa de lançamento de um partido que, pela sua génese, só poderá ser um partido de fidelidade política e pessoal ao Presidente da República. Por isso mesmo, será um partido clientelista em tudo alheio à dinâmica de estímulo à criatividade de base e popular que o Programa do Governo afirma desejar promover.

Por esse lado, igualmente, a terceira fase do mandato presidencial nasce com tons sombrios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Coerentemente com a sua análise sobre as características e os riscos para o País deste Governo, os partidos da Aliança Democrática neste Parlamento propõem conjuntamente uma moção de rejeição da investidura do executivo presidido pela Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Lurdes Pintasilgo.

Tendo-se entendido entre si sobre o programa eleitoral de Governo que apresentarão ao País nas próximas eleições, era lógico que convergissem numa posição comum acerca do significado e dos perigos desta experiência governamental do Sr. Presidente da República. Não o fazem apenas para demonstrar a

sua profunda unidade de objectivos estratégicos com vista à derrota da maioria de esquerda, embora este gesto seja, inequivocamente, mais um sinal nesse sentido. Fazem-no sobretudo porque assim o exige a defesa das liberdades e de verdadeiras perspectivas de justiça para os Portugueses e da dignidade, da estabilidade e da vocação europeia de Portugal.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Fazem-no porque entendem dar testemunho público da sua visão sobre o interesse nacional, dando também testemunho de que há partidos no nosso país que, para além dos seus legítimos interesses partidários, sabem pôr de lado diferenças que impeçam a apresentação ao eleitorado de propostas conjuntas, fortes e claras de esperança e de mudança.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Para além do modo de formação e do perfil político geral do Governo, as posições do seu Primeiro-Ministro, a sua estrutura e o seu Programa justificam e legitimam esta nossa atitude.

Na primeira sessão deste debate, o CDS colocou ao Primeiro-Ministro numerosas questões de natureza política. O CDS não ignorava que o Chefe do Executivo poderia com facilidade escusar-se a responder a questões de natureza mais sectorial, remetendo-as para os seus Ministros. Por isso, limitou-se a abordar alguns temas políticos ou de Estado que naturalmente deveriam ter tido, desde logo, a conveniente réplica

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não foi isso, porém, que aconteceu. A Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro não nos quis honrar com respostas directas à maioria das nossas questões, refugiando-se num silêncio hermético de mais do que duvidosa qualidade política. Estava no seu direito de o fazer. Estamos, nós e o País, agora, no direito de comentar os seus silêncios e as suas esquivas.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — É o que faremos brevemente, sem esquecer, todavia, aquilo que disse e as ameaças que adiantou, bem como o pensamento constante do seu intríngue Programa.

Este Governo foi nomeado para gerir o País ate ao momento de eleições. O seu mandato está substancialmente limitado no tempo e na natureza. Já sabemos que essa limitação temporal é, para o Primeiro-Ministro e talvez para alguns dos membros do seu Governo, uma questão subjectiva. Por isso se fala no Programa, uma vez de «duração limitada» e outra vez de «horizonte temporal previsível» do Governo. Vale a pena, agora, sublinhar as nossas divergências quanto à natureza do Governo.

Para nós, este Governo só poderia ser um Governo de simples gestão constitucionalmente limitado. Entende, porém, o Chefe do Executivo que não é assim e apresenta o Governo como um governo de transição, uma espécie de governo de férias parlamentares, «investido -- como diz -- de todas as prerrogativas constitucionais».

Desde logo, o artigo 194.º da Constituição estabelece que o Primeiro-Ministro é «responsável politicamente perante o Presidente da República e, no âmbito da responsabilidade governamental, perante a Assembleia da República». Como pode ser exercida essa responsabilidade se o Parlamento é dissolvido? Claro que, em certa passagem do Programa, se fala, aliás com total impropriedade de linguagem, na elaboração de «projectos de lei». Projectos de lei só os Deputados e os grupos parlamentares os podem apresentar. E propostas de lei o Governo não os poderá submeter à Assembleia logo que ela esteja dissolvida. Por essa mesma razão, o Parlamento não poderá exercer os seus poderes de fiscalização e de controlo do Governo que são o seu instrumento privilegiado para corresponder à «responsabilidade governamental» que perante ele é devida pelo Primeiro-Ministro, nos termos da Constituição.

A confusão ou a ignorância do Governo vão mesmo ao ponto de citar o artigo 191.º da Constituição no seu Programa. Diz, na verdade, o Governo dever «propor à Assembleia da República» medidas legislativas para serem por esta debatidas e votadas. Como irá fazê-lo se ela não vai, pura e simplesmente, funcionar? Poder-se-ia, talvez, admitir que se trataria de autorizações legislativas a propor em mais um eventual período suplementar de funcionamento da Assembleia, especialmente consagrado para o efeito. Mas nesse ponto, que talvez fosse do interesse do Governo, o Programa é totalmente omisso e por aquilo que aqui ouvimos do Primeiro-Ministro o problema não está sequer amadurecido pelo Governo. Para além do mais, todos sabemos que essas autorizações a serem dadas caducariam no mesmo momento em que a Assembleia fosse dissolvida.

A teimosia do Primeiro-Ministro em pretender que o seu Governo é um governo normal, ainda que de transição, contraria o que está disposto na Constituição. Mas, mais significativamente, contraria, no plano político, aquilo que se deveria esperar de um Governo encarregado de preparar com isenção e imparcialidade as eleições.

**O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!**

**O Orador:** — Pelos seus silêncios às nossas perguntas directas sobre a matéria e pelo que consta do Programa podemos esperar que o Primeiro-Ministro se prepara para adoptar um comportamento político caracterizado, entre outros, pelos seguintes elementos: o Primeiro-Ministro pronunciar-se-á crítica ou apologeticamente sobre questões que excedam os problemas concretos do Governo e da Administração e não pensa que isso fere a isenção do seu Governo; o Primeiro-Ministro considera útil e benéfico, do ponto de vista da isenção, contribuir, ao lado dos partidos e por cima deles, «para a reflexão colectiva que nos permitirá descobrir caminhos novos»; o Primeiro-Ministro julga positivo, do ponto de vista da isenção, ser um piloto que nos guie para a conclusão de que «a civilização actual está em confronto com uma total modificação dos seus pontos de referência e das suas certezas»; o Primeiro-Ministro não recusa dar inclusivamente a conhecer as suas preferências ideológico-partidárias; o Primeiro-Ministro não rejeita a possibilidade de, oportunamente, explicitar as suas

críticas àquilo a que chama a «democracia parlamentar clássica»; o Primeiro-Ministro actuará, dentro dos limites constitucionais, sem qualquer outro condicionamento político que não seja o próprio critério colegial do Governo, desde que, no seu entendimento subjectivo, isso sirva «para preparar e facilitar a tarefa dos que vierem a seguir»; o Primeiro-Ministro não subscreve o princípio geral de que, em matérias politicamente mais sensíveis, será conveniente aguardar pela realização de eleições, embora alguns dos seus Ministros adiram a esse princípio, implicitamente, no Programa; o Primeiro-Ministro julga que lhe basta afirmar, também com evidente carga subjectiva, que será sua preocupação «evitar condicionamentos negativos à acção dos governos futuros», esquecendo que o que pode ser negativo para uns pode ser positivo para outros; o Primeiro-Ministro não reconhece a existência de um grave problema de unidade e autoridade do Estado no Alentejo, resumindo a sua leitura política sobre ele a uma fórmula vaga e teórica de abordar o cumprimento da Lei da Reforma Agrária.

**O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!**

**O Orador:** — Este retrato-robot do que podem ser algumas das coordenadas do comportamento político do Primeiro-Ministro e, portanto, do seu Governo são coerentes — verdade se diga — com a natureza que lhe é dada. Mas descobrir nesse retrato o traço de uma isenção de fundo, ainda que mínima, é tão complicado como descortinar uma agulha num palheiro.

**Vozes do CDS: — Muito bem!**

**O Orador:** — Reconhece certamente o CDS que a tarefa proposta, em princípio, ao Governo não é fácil. Mas teremos de convir que o método escolhido e a forma algo arrogante que o Primeiro-Ministro adoptou para caracterizar o seu Governo, tornam essa tarefa bem mais difícil. Nem sempre é quem muito fala de humildade democrática quem melhor a pratica. E a Sr.º Primeiro-Ministro deixou-se claramente embalar por sonhos mais altos do que aqueles que a realidade permite. No termo do seu mandato, poderá de novo dar público testemunho da sua desilusão subjectiva, como já teve ocasião de fazer, uma vez, na televisão, a propósito da sua passagem pelo Ministério dos Assuntos Sociais. Houve quem pensasse, nessa altura, que a lição fora aprendida e que um pouco de realismo fora adquirido. Não foi, como vemos. Mas Portugal não tem nenhuma obrigação de pagar as desilusões políticas da Sr.º Primeiro-Ministro do Sr. Presidente da República ou de qualquer outro dos nossos compatriotas.

**Aplausos do CDS.**

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Não são apenas a génese, a fórmula e a composição deste Governo, ou o perfil político e as posições do Primeiro-Ministro, ou a natureza proposta para o Executivo que nos provocam discordâncias.

Também a estrutura e o Programa do Governo nos suscitam sérias reservas. Uma e outro revelam, claramente, o propósito intervencionista e transformador

do Governo para além daquilo que seria de esperar de um governo de gestão e, mesmo, de um governo de transição. Não há intervencionismos neutros, mas há intervencionismos que podem aproximar-se mais ou menos da isensão. E este Governo, por exemplo, inventou uma nova estrutura governamental, com três superministros coordenadores, cujas consequências estão longe de ser indiferentes para o futuro da Administração Pública.

Singularmente, o Ministério das Finanças, de tão relevante influência na vida económico-financeira do País, aparece desgarrado, como se tivesse sido concebido como uma pagadoria geral do Estado. Essa mesma concepção — fruto de uma exagerada preocupação estrutural em detrimento de um realista e ponderado equacionamento dos problemas da conjuntura — aparece reflectida na concepção geral do Programa. O critério do Primeiro-Ministro é tão discutível, e tanto mais discutível, quanto é certo — digo-o à vontade — serem justamente os capítulos sobre gestão financeira aqueles que, no Programa e apesar de alguns defeitos, reflectem uma mais equilíbria, sensata e operacional visão dos problemas. E essa visão está longe de se traduzir em muitas outras passagens e capítulos do Programa.

Insistiu-se, por exemplo, em autonomizar a coordenação económica e o Plano. O Governo propõe-se mesmo adiantar as «bases de definição a prazo, das políticas orientadoras sectoriais que o Plano haverá de fixar oportunamente, como escolhas nacionais». Mas haverá matéria que esteja mais estudada do que esta? Deliciar-se com o planeamento do Plano continua a ser uma tentação de certa tecnocracia portuguesa. E para quê? Será que o Plano não é, por essência, o fruto de uma escolha política, de uma escolha do eleitorado?

Os três superministros vão passar o tempo do seu mandato a resolver os novos conflitos que as novas estruturas lhes irão apresentar. Ocupados a coordenar e a discutir o método da coordenação, vão acabar por consumir e diminuir tempo e energias da gestão efectiva, sem que o seu esforço possa sequer frutificar devido à limitação temporal do mandato.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Se o Governo tivesse assumido plenamente o seu papel de Governo de gestão poder-se-ia evitar ao País mais esse desperdício. A preocupação pelas questões estruturais é tão grande e exagerada no Governo, para o tempo de que vai dispor, que se arrisca a não resolver nada. Provar-se-á, infelizmente, que em vez de, como pretende, legar aos governos futuros menos dificuldades, deixar-lhes-á mais problemas, mais compromissos difíceis de resolver.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Programa do Governo reflecte, por seu lado, e igualmente, este sentido teoricamente estrutural, o primado das ideias gerais e simpáticas dos compêndios, a subjectividade das análises de gabinete, o irrerealismo furioso que olha mais as coisas do lado do como deviam ser do que na perspectiva daquilo que elas, efectivamente, são. Depois, descendo ao concreto, pouco há de novo ou de mais dinâmico ou de

mais competente do que tem sido feito ultimamente em Portugal. E bem pelo contrário. Em matéria das relações externas de Portugal, por exemplo, este Programa é lamentável.

A referência à CEE contém-se na área económica, como se o problema da integração de Portugal nas Comunidades Europeias não fosse, como é, uma opção política global da maior importância para o nosso país, de irrecusável carácter prioritário.

**Uma voz do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A Europa surge, no contexto do Programa, como mais um elemento a integrar nas questões económicas, e não como o elemento principal e decisivo de uma sólida política de relações internacionais, a partir do qual todos os outros elementos devem ser ajustados.

Ninguém pretende amputar Portugal da sua dimensão universalista e é ridículo que haja quem sobre o tema tenha dúvidas. O problema está, porém, no lugar realista que, à luz dos nossos interesses internos e externos mais fundamentais pode e deve ser dado à componente mundialista da nossa relação externa. Não se trata, apenas, com efeito, e do nosso ponto de vista, de que «cabe a Portugal ocupar com inteireza o lugar que lhe compete na construção da unidade da Europa e do espaço geoestratégico em que se insere». Trata-se, isso sim, de recusar que Portugal seja, na CEE ou na NATO, o que a Roménia pretende ser ou fazer crer que é no COMECON ou no Pacto de Varsóvia.

**O Sr. Carvalho Cardoso (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Falo da NATO, e com justa razão. A nossa presença na NATO também não é, na nossa opinião, a decorrente de uma restrita política de defesa nacional, como o Programa do Governo parece dar a entender. É uma opção política fundamental em termos de civilização democrática. Para nós é, na verdade, claro — e sobre isso não temos dúvidas — que os «pontos de referência» e as «certezas» da civilização democrática não estão em crise. O mesmo não se dá com o Governo que nos exorta a acompanhá-lo nas suas dúvidas e nas suas inquietações. A NATO, sobretudo agora que é composta por regimes democráticos, é, na nossa opinião, um pilar fundamental de uma política externa que queira servir os interesses nacionais: não é apenas um tratado que respeitamos e honramos.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por que o Governo não pensa assim é que a CEE e a NATO são organizações multilaterais omitidas do capítulo da política externa, enquanto à ONU e suas agências é reservado um espaço privilegiado.

Se o Governo for coerente com aquilo que se parece entender do seu Programa em matéria de política externa, Portugal vai assumir, para admiração e desnorteamento dos nossos amigos tradicionais e até dos novos interlocutores, uma política de relações in-

ternacionais caracterizada pelo aventureirismo, pelo experimentalismo e pela confusão.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Para os portugueses o resultado da operação será muito caro. E não ganharemos na Europa, nem ganharemos no Mundo; nem seremos influentes junto dos nossos aliados tradicionais, nem ganharemos nova influência no diálogo Norte-Sul; nem avançaremos mais depressa para uma presença internacional mais forte, nem teremos melhor diálogo com os novos Estados de expressão portuguesa.

*Aplausos do CDS.*

A revolução que o Primeiro-Ministro dá a entender que deseja fazer nas necessidades, contrapomos nós a necessidade de não deixar que o Governo a faça.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O CDS teria preferido não ter que adiantar tantas críticas, reservas e discordâncias relativamente a um Governo que deveria ser de apaziguamento e serenidade. A culpa não é nossa.

Mantemo-nos, pelo nosso lado, fiéis àquilo que sempre defendemos. O Primeiro-Ministro e o Presidente da República terão outras fidelidades. Do choque entre nós e eles resulta o ponto aonde chegámos. Mas Portugal e a sua democracia sobreviverão para além de mais este acidente de percurso.

*Aplausos do CDS, de pé, e do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vamos proceder agora ao intervalo, para recomeçarmos daqui a trinta minutos.

**Vozes do PS:** — E os pedidos de esclarecimento, Sr. Presidente?

**O Sr. Presidente:** — Fá-lo-samos depois do intervalo, Srs. Deputados. É que, se vamos fazer já os pedidos de esclarecimento, não saímos para o intervalo senão lá para as 18 ou 19 horas.

**Vozes do PS:** — Preferimos fazê-los agora, Sr. Presidente.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Sr. Presidente, se os pedidos de esclarecimento não fossem muitos, eu preferiria, se a Câmara não me leva a mal, que as respostas fossem dadas já.

**O Sr. Presidente:** — Há cinco Srs. Deputados inscritos para pedir esclarecimentos.

Se os Srs. Deputados querem de facto, que se proceda agora aos pedidos de esclarecimentos, fá-lo-emos de imediato.

**Vozes do CDS:** — Sim, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Tem então a palavra o Sr. Deputado Furtado Fernandes.

**O Sr. Furtado Fernandes (Indep.):** — Sr. Deputado Amaro da Costa, ouvindo a primeira parte da sua intervenção, fiquei, a dada altura, perplexo. De facto, o Sr. Deputado fez uma catilinária contra os vários tipos de socialismo — saliento: contra os vários tipos de socialismo.

Sendo certo — e o Sr. Deputado naturalmente não o ignora — que o PSD se reclama abertamente no seu programa do socialismo democrático, fico sem saber, e daí a minha perplexidade, se efectivamente o Sr. Deputado também envolve neste conceito dos vários socialismos o socialismo democrático que o PSD diz defender, e fá-lo reiteradamente no seu programa. Tudo leva a crer que assim é, porque várias vezes o CDS tem usado o *slogan* de que é o único partido não socialista representado na Assembleia da República. Isto leva-me a crer que o PSD será, pelo menos para o CDS, um partido socialista.

**Vozes dos Deputados Independentes Sociais-Democratas:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas então caímos no círculo da contradição. Será que o CDS vai renovar todo o País, como propõe? Será que vai lutar contra todos os males, aliando-se exactamente com um partido que, afinal, também é socialista, e que é o PSD, na Aliança Democrática.

*Risos.*

A menos que o Sr. Deputado Amaro da Costa entenda que o PSD não tem vocação de cumprir o seu Programa! Mas isso já será uma outra questão, que também desejava ver esclarecida. Mas por agora era apenas isto o que lhe queria perguntar.

**Vozes dos Deputados Independentes Sociais-Democratas:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Amaro da Costa, responde já ou no fim?

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Respondo já, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Então faça favor.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Sr. Deputado Furtado Fernandes, a resposta será breve, como naturalmente requer a natureza da pergunta.

O Sr. Deputado Furtado Fernandes é, naturalmente, especialista em matéria de socialismos, eu não sou. Simplesmente, em Portugal é público e notório que quem tem feito pregação publicitária do valor redentor do socialismo são, a saber: as organizações de extrema-esquerda; o Partido Comunista; o Partido Socialista, e, mais recentemente, a União da Esquerda Democrática Socialista. Ora, são esses os partidos que se têm feito arautos da defesa do socialismo, encontrando entre si, pelos vistos, pontos de encontro e afinidades que levam o Deputado Lopes Cardoso, com a inteligência e o brilho que lhe são próprios, a fazer

o discurso que há pouco acabou por fazer, procurando demonstrar que nunca teria havido nesta Assembleia uma maioria de esquerda.

É portanto a estes socialismos que me refiro, Sr. Deputado Furtado Fernandes. Se o Sr. Deputado ou o seu futuro partido são socialistas...

**O Sr. Furtado Fernandes (Indep.):** — Não é isso que está em causa!

**O Orador:** — Ainda não terminei, Sr. Deputado. Por favor, não esteja nervoso.

Se o Sr. Deputado ou o seu futuro partido são socialistas, se o Partido Social-Democrata se reclama ou não do socialismo democrático, a verdade é esta: perante o País é público e notório que o Partido Social-Democrata se encontra em Portugal na posição de defensor...

*Risos do PS e do PCP.*

...da social-democracia.

*Protestos do PS e do PCP.*

Como ia dizendo, é público e notório que o Partido Social-Democrata se apresenta em Portugal como um defensor da social-democracia, considerando que essa é uma via para a construção de um socialismo democrático, personalista e humanista.

*Risos do PS e do PCP.*

É evidente que o Partido Social-Democrata não tem estado no Poder, e o Sr. Deputado sabe perfeitamente que perante o País a realidade do socialismo de miséria e de opressão do 11 de Março é maioritariamente algo que pertence ao palmarés de «grandiosas liberdades e vitórias» do Partido Comunista e, naturalmente, depois do seu III Congresso, também do Partido Socialista.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Sr. Aboim Inglês (PCP):** — Hoje está infeliz!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

**O Sr. Lopes Cardoso (Indep.):** — Sr. Deputado Amaro da Costa, na sua intervenção o Sr. Deputado manifestou uma preocupação quanto à isenção do Governo que presidirá aos destinos deste País até às próximas eleições. É uma preocupação legítima, é uma preocupação que seguramente é partilhada por todos nós. Afirmou também que, em seu entendimento, o actual Governo não dava garantias de isenção — o Sr. Deputado tem todo o direito de assim pensar. Mas como o CDS reivindicou, até ao momento da posse do actual Governo, a manutenção em funções do Governo Mota Pinto, gostaria de lhe perguntar se de facto entende que o Governo Mota Pinto era um governo que dava garantias de isenção, isto para que nos apercebamos de qual é o barômetro do CDS em matéria de isenção política.

Também o Sr. Deputado se manifestou preocupado quanto ao facto de o actual Governo extravasar aquilo que deveria ser a estrita competência gestio-

nária deste Governo. Creio que de facto há governos de gestão e governos que não são de gestão, embora todos eles o sejam necessariamente de gestão. Mas pode haver governos que são e devem ser antes de gestão. Mas aqui também, reivindicando o CDS em determinada altura a manutenção do Governo Mota Pinto até às eleições e tendo nós visto o que foi o comportamento desse mesmo Governo depois de demitido, quando, sem margem para dúvidas, a sua actividade se devia limitar estritamente a uma actividade gestoriária, gostaríamos de saber como é que o Sr. Deputado concilia estes dois pontos de vista, para mim antagónicos.

Terceira e última questão: talvez eu tenha entendido mal as suas palavras e talvez a questão que lhe coloco agora careça de sentido — e nesse momento peço-lhe antecipadamente desculpa —, mas creio ter ouvido o Sr. Deputado dizer que só os governos democráticos se poderiam opor aos *Pinochets*. Devo daqui concluir que o Governo de Salvador Allende, empossado no respeito estrito das regras constitucionais que governavam o Chile na altura, empossado no respeito de todos os princípios democráticos, ao ponto de ter visto o seu apoio popular aumentado, em termos de votação, durante o período em que exerceu o seu mandato, não era um Governo democrático, no entendimento do Sr. Deputado?

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Sr. Deputado Lopes Cardoso, quanto à primeira questão, sobre se, do ponto de vista do CDS, o Governo Mota Pinto ofereceria garantias de isenção para se manter como governo até ao momento das eleições, é evidente que, no estrito ponto de vista do CDS, poderia ser assim...

**Vozes do PS e do PCP:** — Ah!

**O Orador:** — ..., mas isso decerto não seria ponto de vista partilhado pelo menos pelo Partido Socialista e pelo Partido Comunista e, nessa medida, o CDS não insistiria jamais na manutenção em funções do Governo Mota Pinto, caso esses dois partidos, em particular o primeiro, considerassem que ele não lhes merecia confiança quanto a isenção.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**Vozes do PCP:** — Que remédio!

**O Orador:** — Em segundo lugar, quanto às atitudes do governo de gestão e quanto ao problema de o Governo Mota Pinto, depois de demitido, ter assumido determinadas funções ou ter tido determinadas atitudes particularmente polémicas, sabe o Sr. Deputado que nós não subscrevemos o ponto de vista segundo o qual governos demitidos possam tomar atitudes especialmente controversas ou de implicações de fundo. Não damos portanto o nosso acordo às medidas que nessa conjuntura foram tomadas.

Em terceiro lugar, quanto a Allende e à questão que me colocou, devo dizer-lhe que de facto não disse — entendeu mal — aquilo que o Sr. Deputado

referiu. Aquilo que eu disse é que só eram possíveis os fantasmas ou as realidades de Pinochet com os fantasmas e as realidades de Allende, por omissão ou demissão dos democratas. Não caracterizei o Governo de Allende, mas subscrevo a análise que o Sr. Deputado fez no plano formal.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Sr. Deputado Amaro da Costa, uma das vantagens do 25 de Abril foi a de permitir o conhecimento dos vários intervenientes na vida política portuguesa e felicito-me que o 25 de Abril me tenha permitido conhecer o Sr. Deputado Amaro da Costa nesta Assembleia.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Realmente, desde 1976 habituei-me a apreciar e a admirar os talentos de parlamentar do Sr. Deputado Amaro da Costa. No entanto, desde há alguns meses, o Sr. Deputado caiu num sono semicrepúscular, deixámos de ter o gosto de o ouvir nesta Assembleia e emergiu, pela primeira vez, desse sono nesta intervenção feita hoje nesta Assembleia...

**O Sr. Carvalho Cardoso (CDS):** — Não é verdade!

**O Orador:** — ... e que me desiludiu profundamente. E queria dizer quais os motivos por que me desiludiu. Creio que foi de mau gosto, e, para utilizar uma expressão britânica que é muito do agrado dos Deputados do CDS, que se reclamam de ser os representantes do parlamentarismo de tipo britânico aqui nesta Assembleia, achei que houve pouco *fair-play* parlamentar nesses ataques sucessivos ao Presidente da República, que não tem a possibilidade aqui de lhe responder. Aliás, digo isto com tanta mais simplicidade quanto é certo que, no último debate que aqui houve com maior repercussão política, foi o PS que impugnou uma decisão do Chefe do Estado, ou seja, o veto sobre a Lei da Amnistia, que foi apoiado entusiasticamente pela minoria de direita desta Assembleia, ou seja, pelo CDS e pelo PSD.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Portanto, não tenho qualquer dificuldade em dizer que realmente a sua atitude não primou pela elegância, visto que o Presidente da República não lhe pode responder.

No entanto, houve um ponto em que se me afigura que houve alguma contradição da sua parte e era sobre ele que queria pedir-lhe um esclarecimento.

O CDS, conjuntamente com o PSD, apresentou uma moção de rejeição do Programa do actual Governo — está no seu pleno direito — e essa moção de rejeição é um direito parlamentar que só pode ser exercido porque o Presidente da República tomou uma atitude conforme à Constituição. Tendo o anterior Governo apresentado a sua demissão depois de terem sido apresentadas duas moções de censura nesta Assembleia da República, é evidente que a

única atitude democrática e conforme à Constituição seria a de que o Presidente da República consultasse a Assembleia da República sobre qual o Governo que a Assembleia, como Parlamento democraticamente eleito por um período que, em princípio, só termina em 1980, entendia que devia presidir às próximas eleições. Foi isso que o Sr. Presidente da República fez. Nós discordámos da decisão do Sr. Presidente da República de dissolver esta Assembleia. Conforme já o dissemos, entendemos que ela nada resolve; entendemos que as suas motivações políticas são erradas; entendemos que a atitude política do Sr. Presidente da República, desde há uns tempos, ou seja, desde o momento em que se solidarizou com o CDS, no momento em que este traiu o seu compromisso assumido para com o Partido Socialista e rompeu o pacto relativamente ao II Governo Constitucional, se orientou por directrizes políticas que não estão, em nosso entender, conformes com uma praxe democrática rigorosa, visto que os governos devem expressar os Parlamentos e não as congeaminações políticas do Chefe do Estado, pois ele é o Presidente da República e não o Chefe do Governo. Seja como for, foram respeitadas, pelo menos formalmente, as normas constitucionais.

O Governo Mota Pinto foi uma verdadeira desgraça, conforme é de todos conhecido, e, em determinado momento, o Parlamento disse: basta, vocês não podem continuar, têm que se ir embora. O Governo foi-se embora, apresentou o seu pedido de demissão e o Presidente da República só tinha duas alternativas: ou fazia presidir as eleições por um governo contra o Parlamento, sem a vontade e sem dar ao Parlamento a possibilidade de sobre ele se manifestar, e, em nosso entender, essa atitude era manifestamente anticonstitucional, ou então, depois de feita a sua escolha, fazia submeter esse Governo à apreciação desta Assembleia. Foi isso que o Sr. Presidente da República fez e, portanto, a sua atitude é, neste aspecto, rigorosamente conforme à Constituição.

Onde se me afigura que há uma contradição interna do CDS é que o CDS é contra a Constituição — votou contra —, é o único partido aqui representado que manifestou claramente uma atitude anticonstitucional, e tanto o CDS como o PSD queriam que o Presidente da República traísse a Constituição a que tinha jurado fidelidade. Portanto, onde há a traição é, por assim dizer, numa certa hipocrisia do CDS, que afirma respeitar a Constituição, mas que no fundo quer violá-la, e, no fundo, a sua desilusão resulta de que o Centro Democrático Social não está tão rigorosamente ao centro como pretende, mas está muito mais à direita do que supõe, é que o Presidente da República não o acompanhou nesse apelo à traição feita pelo Centro Democrático Social.

Era essa a pergunta que queria fazer.

**Aplausos do PS.**

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Sr. Deputado Salgado Zenha, o Sr. Deputado, nesta Casa, é indesmentivelmente o Deputado que maiores citações bíblicas costuma fazer.

**Risos.**

Lembro-me de uma que vem a propósito: aquela que fala de «ver a trave no olho alheio esquecendo o argueiro no próprio».

O Sr. Deputado fez um apelo no sentido de eu ter *fair-play*.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — De facto, de Bíblia conhece pouco!

*Risos.*

**O Orador:** — É o contrário. O Sr. Deputado Vital Moreira, como é muito atento a essas coisas — e não só —, ajudou-me e eu agradeço-lhe.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Não me diga que já está convertido, Sr. Deputado Vital Moreira!

*Risos.*

**O Orador:** — Como ia dizendo, o Sr. Deputado Salgado Zenha apelou para eu ter *fair-play* em relação ao Sr. Presidente da República, e devo dizer-lhe que tive ocasião de manifestar explicitamente o meu respeito pela chefia do Estado. Mas depois o Sr. Deputado envolveu-se também numa série de considerações críticas acerca dos procedimentos do Sr. Presidente da República.

**Vozes do PSD e do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não deixa de ser notável que, a propósito da crítica que me faz, a utilize para fazer o mesmo que me reprova.

**Vozes do PSD e do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — De facto, não diria que o Sr. Deputado Salgado Zenha está saindo de um sono letárgico, como me atribuiu, porque normalmente o Sr. Deputado costuma estar muito acordado. Mas pedir-lhe-ei também um pouco mais de humildade democrática, já que se fala tanto disto agora, para não me atribuir os defeitos que a si próprio lhe podem ser atribuídos.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Os ataques, portanto, que fazemos ao Presidente da República cirounscrevem-se àquilo que devemos dizer relativamente aos procedimentos políticos que adopta, não vamos além disso. Para evitar qualquer mal-entendido, insistindo que não procurávamos fazer processos de intenção nem atribuir intenções veladas ou não ao Presidente da República, procurávamos circunscrever-nos apenas aos factos, factos esses patentes perante o País e a nossa consciência de cidadãos.

O Sr. Deputado Salgado Zenha diz que o Sr. Presidente da República não se pode defender aqui. É verdade, mas também ele, quando faz discursos públicos na televisão, não nos dá ensejo para nos defendermos daquilo que diz contra nós.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — E se há *fair-play* de um lado, tem de haver *fair-play* dos dois. E se se fazem comentários sobre partidos políticos sendo-se Presidente da

República, os partidos políticos, com todo o respeito que devem à mais alta magistratura da Nação, têm também o direito de fazer os comunicados e tomar as atitudes que entendam sobre o Sr. Presidente da República.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A moralidade é para os dois lados, a regra tem que ser respeitada pelos dois, não pode ser respeitada só por um. Nós estamos aqui pelo voto do povo, o Sr. Presidente da República ocupa a chefia do Estado pelo voto do povo, o voto do povo é igual, é só um: não é qualificável nem é susceptível de atribuição de coeficientes políticos.

**A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP):** — Imita mal o Acácio!

*Risos.*

**O Orador:** — De facto, nós não gostamos desta Constituição, está a provar-se que ela é má. Tanta embrulhada, tanta confusão, em que nos encontramos sempre ...

*Risos.*

... por causa da Constituição ...

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — ..., com a obrigação de ir ao cardápio, como se fosse o livrinho do Código da Estrada, para ver como é ou como não é.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A Constituição não é clara, não é transparente, não entra no coração do povo, não entra claramente no nosso coração, porque sobremaneira é complexa, fora daquilo que pode ser uma democracia transparente, porque nem sequer quer tutelar uma democracia transparente; antes quer tutelar um processo revolucionário que ocorreu numa certa época. Para isto há explicações históricas e certo não vou entrar nelas, pois o Sr. Deputado conhece-as tão bem como eu. Assim, não vamos aqui fazer agora uns e outros, de sacrossantos cavaleiros na defesa da Constituição. Também o Sr. Deputado decreto terá relativamente à Constituição muitos motivos de crítica. O seu próprio partido muitas vezes tem dito que ela terá de ser revista oportunamente, no seu devido tempo. De modo que a questão é de grau. O Sr. Deputado quer rever menos, nós queremos rever mais. O Sr. Deputado quer rever mais tarde, e quanto mais tarde melhor — talvez na esperança de uma correlação de forças que privilegie mais os seus pontos de vista, nós defendemos a tese contrária. É legítimo, é democrático que assim seja. Não vejo que por isso tenha que se levantar a espada ao alto, como se fôssemos terríveis sandeus a procurar destruir essa bíblia portuguesa que se chama Constituição.

**O Sr. Abolim Inglês (PCP):** — Não pense tanto, senão fica com alguma dor de cabeça!

**O Orador:** — De qualquer modo, respeitamo-la. É um texto que a maioria da Câmara aprovou, sem-

pre dissemos que a respeitávamos, sempre a temos respeitado.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Vê-se, vê-se!

**O Orador:** — Naturalmente que consideramos que a própria Constituição tem limites, consideramos que a soberania do povo é superior à Constituição e pensamos que é um valor mais alto que o valor constitucional, que o valor da própria realidade democrática, que é o valor da democracia, que é o valor da soberania popular. Esse valor é superior à Constituição, e é nesta diferença de hierarquia de valores que nós porventura estribaremos algumas análises mais subtils acerca da nossa atitude perante a Constituição e a sua realidade global.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Nós, de facto, consideramos que o povo está acima da Constituição e que a Constituição tem que servir o povo e não o povo que tem que servir a Constituição.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Nós defendemos que a democracia deve ser servida pela Constituição e que a Constituição não deve ser um espartilho, nem uma dificuldade, nem um obstáculo para a democracia.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Esta nossa diferença de pontos de vista é naturalmente legítima, é defensável. Eu não sou jurista, como o Sr. Deputado sabe ...

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Bem precisa!

**O Orador:** — ..., mas todos os tratadistas destas matérias fazem a chamada hierarquia das normas jurídicas e têm uns critérios para justificar teoricamente, com abundante argumentação, tudo o que estou a dizer.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Bem precisa!

**O Orador:** — O Sr. Deputado Vital Moreira fá-lo-ia muito melhor nas suas aulas e fá-lo-á um dia quando tiver oportunidade de ensinar esta matéria.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Com gosto o teria como aluno.

**O Orador:** — Portanto, Sr. Deputado Salgado Zenha, em relação a isso, a minha resposta é muito simples: nós não recomendámos ao Sr. Presidente da República que desrespeitasse a Constituição quando optou por um desterminado critério para a formação do actual Governo. Nós continuamos a considerar, e supomos que essa interpretação é partilhada por muito boa gente — não vou mais além disto neste momento, também por respeito pela Presidência da República —, de que haveria de facto duas soluções possíveis. É constitucionalmente possível a nomeação de um governo de gestão sem prévia investidura

parlamentar, isto é, sem a tentativa de atrelar ou corresponsabilizar juridicamente os partidos políticos nessa decisão. Isso é constitucionalmente possível. E dou-lhe um exemplo: imagine que, por desgraça — e digo isto agora com sinceridade e sem ironia —, o actual Governo era investido parlamentarmente, a Assembleia era dissolvida e, de repente; o Governo era raptado e aparecia num país qualquer do Terceiro Mundo.

*Risos.*

Pergunto: o Sr. Presidente da República, para nomear o novo governo de gestão, precisava de convocar o Parlamento dissolvido? Penso que não. Seria portanto constitucional a nomeação de um novo governo.

*Risos.*

*Aplausos do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Sr. Presidente, pedi a palavra para um protesto. É que o Sr. Deputado Amaro da Costa, conforme é costume, com a sua inteligência volúvel ou com a sua volubilidade inteligente, não respondeu à pergunta que lhe fiz.

O Sr. Deputado Amaro da Costa acusou o Sr. Presidente da República de ter traído o voto do seu eleitorado. Ora, eu digo que não traiu, sem querer discutir essa possibilidade de haver um governo de gestão que não passasse por prévia investidura desta Assembleia — não discuto isso para não entrar numa dialéctica inútil. Em meu entender, essa hipótese imaginária saída da fantasia do Sr. Deputado Amaro da Costa não tem qualquer razoabilidade e, como o Sr. Deputado não contestou que o caminho seguido pelo Presidente da República é constitucionalmente legítimo, não vejo em que medida é que houve essa traição. A não ser que realmente a recriminação do Sr. Deputado Amaro da Costa fosse a de que o Sr. Presidente da República se recusou a seguir naquela traição que foi preconizada pelo seu próprio partido.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Ainda bem que o Sr. Deputado insiste protestando.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Fale, fale! Já tínhamos saudades suas.

**O Orador:** — Vou replicar contraprotestando. Sendo figuras regimentais hipócritas por natureza ...

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Pelo seu lado é possível!

**O Orador:** — ..., prevaleço-me do facto de o Sr. Deputado as usar com tanto à-vontade que

imputa ao CDS esse mesmo à-vontade e essa mesma hipocrisia.

O que é certo, Sr. Deputado, é que eu não disse que o Sr. Presidente da República deu motivos para que eu, como seu eleitor, me sentisse traído pelo facto de ter optado por nomear este Governo pela forma como o fez.

**O Sr. Ferreira Lima (PS):** — Então em que é que ficamos?

**O Orador:** — O que eu afirmei foi que, na sequência de um conjunto de argumentos apresentados que tinham a ver com as opções políticas concretas que o Sr. Presidente da República tomou, nessa altura me sentia defraudado.

E vou de novo explicar muito claramente, embora esteja escrito naquilo que eu há pouco afirmei, que é inequívoco que pela primeira vez o Sr. Presidente da República designou um Primeiro-Ministro perante a opinião negativa de dois partidos desta Assembleia, que representam, em nossa opinião, a maioria daqueles ...

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — A minoria!

**O Orador:** — ... que fizeram eleger o Sr. Presidente da República.

*Risos.*

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — São menos de um terço desta Câmara!

**O Orador:** — Sr. Deputado, se me dá licença, estou a falar do Presidente da República. Ninguém discute a aritmética desta Câmara, somos todos muito inteligentes, sabemos todos as estatísticas e ninguém tem dúvidas sobre o que é a maioria desta Câmara.

VV. Ex.<sup>a</sup> têm, por enquanto, a maioria. Gostosa e democraticamente reconheço que a têm, não ponho isso em causa. Mas digo também «por enquanto».

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quero no entanto afirmar que o ponto em que a questão de facto é politicamente grave — e suponho que para si isso também é evidente, embora não partilhe o meu ponto de vista — é que o Sr. Presidente da República foi eleito contra um candidato do Partido Comunista. O Partido Comunista tinha o seu próprio candidato, contra o candidato que foi apoiado pelo PS, pelo PSD e pelo CDS, além de outras forças. É evidente que nós defendemos o ponto de vista segundo o qual um presidente, para ser presidente de todos os seus compatriotas, não precisa de prescindir de determinados critérios políticos objectivos que vão ao encontro da maioria daqueles que o elegeram. Se não o fizer será fonte permanente, não de chefia e de estabilidade do Estado, mas de conflito e de instabilidade na sociedade.

É precisamente o que o Sr. Presidente da República, neste caso, fez ao fazer uma opção que objectivamente merece a simpatia do Partido Socialista — o que, com certeza, não levo a mal — e do Par-

tido Comunista — o que também não tenho de levar a mal —, recusando, por consequência, o ponto de vista de dois partidos que, insisto, traduziram, à luz dos resultados eleitorais — pura aritmética —, a maioria daqueles que votaram nele. Isso significa — pelo menos pessoalmente, eu considero assim — uma traição.

Ora isso nunca tinha acontecido. O Sr. Dr. Mário Soares foi por duas vezes designado Primeiro-Ministro e o Sr. Presidente da República sabe, como sabe esta Câmara e sabe o País, que quer na primeira, quer na segunda designação o Partido Social-Democrata e o CDS estiveram de acordo que essa era a solução constitucional e democraticamente mais razoável na altura.

O Sr. Presidente da República nomeou os Srs. Primeiros-Ministros Nobre da Costa e Mota Pinto, e relativamente às personalidades em causa, independentemente dos processos e dos contenciosos — nomeadamente quanto ao primeiro caso que existiu entre o Partido Socialista e o Presidente da República —, é evidente que o Sr. Presidente da República nomeou alguém que mereceu o consenso destes três partidos. Isto não aconteceu agora, pelo que o assunto, pela gravidade que encerra, merece reflexão e merece aprofundamento. Daí o comentário que eu fiz.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Sr. Deputado Amaro da Costa, depois da — se me permite a expressão — fraca *performance* até agora por si evidenciada, eu temo não ser mais feliz quanto a obter respostas menos equívocas às perguntas que vou fazer. Em todo o caso vou fazê-las.

A primeira é a seguinte: o Sr. Deputado acusou este Governo, entre outras coisas, de, incluindo dissidentes do PSD, isso significar, subjectivamente ou objectivamente, ou as duas coisas, uma hostilização do PSD.

Recordo bem que quando, tempos atrás, o CDS propôs a constituição da Frente Democrática Eleitoral a propôs ao PSD como parceiro principal, mas também aos dissidentes, então recentes, do PSD, surgindo portanto esta dúvida: será que esse acto do CDS, ao abranger no mesmo abraço os dissidentes do PSD, significava, subjectiva ou objectivamente, uma hostilização do PSD? Será que, enquanto estendia a mão por cima da mesa para o abraço faguelo, o CDS por baixo da mesa espetaava uma biqueira cavilosa nos artelhos do Dr. Sá Carneiro?

*Risos.*

A segunda pergunta, Sr. Deputado Amaro da Costa, a meu ver, tem um bocado mais de sumo e é a seguinte: foi anunciado há pouco tempo que o CDS e o PSD — falta o adorno do satélite monárquico — apresentaram ou subscreveram já uma moção de rejeição do Programa deste Governo. Quer dizer que o PSD e o CDS — neste caso concretamente o CDS, porque está em causa o Sr. Deputado Amaro da Costa — não se limitaram a definir

a sua posição política de oposição ao Governo, mas desencadearam também os mecanismos constitucionais que, por hipótese, a serem levados a cabo, implicariam a demissão deste Governo.

Ora acontece que, nos termos constitucionais, a demissão do Governo nestas circunstâncias implicaria que a Assembleia da República não poderia ser dissolvida a curto prazo, donde surge este problema muito simples: o CDS e o PSD, constituída a Aliança Democrática, inscreveram as eleições, em certos termos, como o seu objectivo principal. Agora desencaideiam um mecanismo constitucional que, se porventura essa moção obtivesse aprovação, impediria a dissolução da Assembleia. Daí a questão: afinal o CDS queria as eleições ou, afinal, só queria as eleições em certos termos, designadamente com o Governo Mota Pinto e com o referendo?

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa para responder.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sempre que o Sr. Deputado Vital Moreira diz que eu fiz uma fraca *perfomance* fico muito contente porque ele só diz isso quando sente necessidade de explicitar exteriormente esse tipo de apreciações negativas, porque sentiu claramente que eu, neste caso, ganhei e marquei pontos.

*Risos do PCP.*

Quando, naturalmente, as minhas *perfomances* são más, isso é de tal forma evidente para toda a gente que o Sr. Deputado não tem necessidade de interpretar a consciência pública, confiando nela. Mas quando não é assim julga-se na obrigação ...

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Presunção e águia benta...

**O Orador:** — A presunção neste caso é proporcional, Sr. Deputado Vital Moreira. Assumo-a como uma máscara.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**Uma voz do PCP:** — A máscara da avozinha!

**O Orador:** — Eu sou avozinha, mas prefiro mais ser avozinha do que lobo mau.

*Risos.*

Máscara por máscara, há quem tenha as suas preferências.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Essa vai-lhe a preceito.

**O Orador:** — Quanto à questão que o Sr. Deputado me pôs, de facto, a questão pretendia, essa sim, ser uma biqueira cavilosa nos artelhos da Aliança, mas é apenas, se me permite uma expressão um pouco mais grosseira, um bocadinho de saliva atirada para o ar.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — É perspicaz!

**O Orador:** — Não explico mais, porque é um pouco inconveniente. Mas eu quero dizer-lhe simplesmente o seguinte, Sr. Deputado: não tem qualquer comparação o facto de propor a vários grupos políticos, abertamente e em igualdade de circunstâncias, como foi o caso em 11 de Abril, um diálogo político para a construção de uma determinada realidade com outra coisa muito diferente que é formar-se um Governo concreto que se afirma isento e imparcial e que, naturalmente, privilegia um lado em detrimento do outro. Essa é a diferença substancial. A pergunta não tinha necessidade de ser explicada, mas como o Sr. Deputado gosta muitas vezes de fazer dessas brincadeiras, eu explico-lhe, que é para as pessoas não pensarem que eu não quis explicar.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Não explicou nada que eu percebesse.

**O Orador:** — Isso é natural. Eu nunca tenho a pretensão, em primeiro lugar, de convencê-lo, em segundo lugar, de esclarecê-lo e, em terceiro lugar, de elucidá-lo. O Sr. Deputado nasceu convencido, sabido e industriado ...

*Aplausos do PSD e do CDS.*

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Ainda bem!

**O Orador:** — ... e o seu partido colmata as eventuais deficiências que possa ter e com certeza, como qualquer ser humano, tem.

*Risos do CDS.*

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — O que não se nota desse lado!

**O Orador:** — Finalmente, quanto à outra questão que o Sr. Deputado me pôs, é verdade que a interpretação política que apresentou tem algum fundamento. Pode ser considerado estranho que um partido que deseja a dissolução do Parlamento, não pela dissolução em si — sentimo-nos aqui muito bem, sobretudo com este calor e nesta época do ano! —, mas porque, no fundo, desejamos as eleições intercalares, desejamos a consulta ao eleitorado, acabe esse partido por apresentar, como apresentámos, uma moção de rejeição, na qual poderá haver uma margem de contradição, pelo menos formal. Vou procurar esclarecer sobre isto os nossos colegas, porque a si não preciso de o esclarecer — não vale a pena, não é verdade?

*Risos do CDS.*

O CDS, naturalmente, deseja as eleições, mas não as deseja a qualquer preço.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**Vozes do PCP:** — Ah!!!

**O Orador:** — Não deseja as eleições pelas eleições.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Já não as quer!

**O Orador:** — Para o CDS as eleições são o acto constitucional e democrático fundamental para se dar ao País uma nova perspectiva de estabilidade e de

mudança, mas as eleições não podem ser vistas isoladamente da vida política do País e aquilo que nele se passa entretanto. E é evidente que nós consideramos negativa, não só quanto à natureza do acto eleitoral em si, que desejamos, como quanto ao processo que se irá desenvolver no País daqui até lá, a investidura deste Governo.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Agora está a explicar muito claramente!

**O Orador:** — Ainda bem!

O País é mais importante do que os partidos. Portugal é mais importante do que os objectivos, e mesmo do que os objectivos razoáveis, dos partidos.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O nosso comportamento é pautado pela nossa leitura do interesse nacional e, nessa medida, aquilo que é naturalmente o interesse do País. Mas quero acrescentar-lhe mais dois pontos a este propósito.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Já está tudo clarinho!

**O Orador:** — Querem censurar-me? Querem que eu me cale?

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Só estou a dizer que já está tudo clarinho!

**O Orador:** — Mas eu não quero calar-me agora. A censura ainda não chegou, mas pelo que se vê...

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — De censura o senhor é que sabe!

**O Orador:** — Eu quero só esclarecer, finalmente — o Sr. Deputado sabe-o, porque é constitucionalista —, que aquilo que se deveria fazer no caso de este Governo não ser investido é objecto de duas teorias diferentes: há quem defenda que, apesar de o Governo não ser investido, a Assembleia seria dissolvida em qualquer caso, mantendo-se o Governo como governo demissionário de gestão — esta é uma teoria que muitos constitucionalistas defendem — e outra solução seria a de obrigar a três recusas consecutivas do Programa, no caso de o Presidente da República insistir neste Governo.

O problema não é nosso, Sr. Deputado. O problema é do Sr. Presidente da República.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — O problema é do País.

**O Orador:** — Do nosso lado não há contradição. O problema é saber onde é que cada força política e cada órgão de soberania, em Portugal, se quer colocar, para que o País possa julgar com conhecimento de causa. Por isso apresentámos a moção de rejeição.

**O Sr. Nuno Abecasis (CDS):** — Já percebeu?

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Desta vez foi claríssimo.

*Aplausos do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

**O Sr. Magalhães Mota (Indep.):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começaria por fazer uma citação, porque eu ainda sou do tempo em que entre a máscara da «avozinha» e a máscara do «lobo mau» o Sr. Deputado Amaro da Costa preferia a do «capuchinho vermelho».

*Risos.*

Dizia o Sr. Deputado Amaro da Costa, precisamente na sessão da Assembleia da República do dia 10 de Fevereiro de 1978: «Não podendo ou não tendo querido basear os seus motivos de queixa em documentos programáticos, os adversários do Governo foram à procura de questões laterais, irrelevantes ou formais para fundamentar o seu zelo oposicionista.»

A fulanização do Governo e a caracterização ou descaracterização apriorística das pessoas que o compõem tem sido, deste modo, um dos motivos políticos invocados. Em Portugal sempre foi assim: quando não há razões de fundo ou capacidade para as descobrir, vai-se para os ataques pessoais.

**O Sr. Nuno Abecasis (CDS):** — Não percebeu!

**O Orador:** — Estou bastante de acordo com as afirmações do Sr. Deputado Amaro da Costa, e daí a minha primeira pergunta: o Sr. Deputado Amaro da Costa e o seu partido iniciaram a oposição a este Governo logo que conhecido o nome do Primeiro-Ministro, isto é, antes da composição do Governo, antes da apresentação do seu Programa. Mas a apresentação da moção de rejeição tardou até há cerca de uma hora. Ponho, pois, a questão: se isto traduz algum arrependimento por uma precipitação que traduziria o tal ataque pessoal ou, Sr. Deputado — e é a pergunta —, se, pelo contrário, afinal foi útil conhecer o Programa, afinal é útil participar deste debate, afinal tudo quanto disseram antes foi apenas um «capuchinho».

Segunda questão: gostaria de o situar num campo em que o Sr. Deputado se situou há pouco dizendo que o *fair-play* funcionava para os dois lados. Esta é uma afirmação curiosa, porque significa que quando alguém é totalitário se lhe responde com totalitarismo, quando alguém é não democrático se lhe responde com não democracia. Estranha afirmação a sua! E não gostaria que também ela passasse sem comentário neste debate, porque não me parece que, quaisquer que sejam os limites ultrapassados por um adversário, seja permitido àqueles que se reclamam de outro tipo de comportamento seguir afinal o mesmo e manifestarem-se iguais.

Terceira e última questão — retomo a questão do meu colega Furtado Fernandes, à qual o Sr. Deputado não respondeu: afinal, sim ou não o Sr. Deputado é contra o socialismo? Afinal, sim ou não o Sr. Deputado não quer parceiros socialistas? E, já agora, explique-nos só mais uma vez a sua participação no II Governo.

*Risos.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em tempos posso, de facto, ter tido a máscara do «Capuchinho Vermelho», mas o Sr. Deputado Magalhães Mota já me roubou.

*Risos.*

**Sr. Deputado Magalhães Mota,** a consciência não me acusa, nem acusa colectivamente o meu partido, de ter procurado fulanizar este debate. Devo dizer-lhe, para que não fiquem dúvidas, que tenho o maior respeito pessoal e humano pela personalidade do Primeiro-Ministro e que tenho, em relação à totalidade dos membros do Governo, uma atitude de respeito humano, como é próprio das regras da urbanidade. Portanto, não se trata de fulanizar nada em torno de espantalhos, trata-se, isso sim, de discutir posições políticas. E não faria eu a injustiça de considerar que as posições políticas que a Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro tem assumido neste debate são totalmente desconhecidas do País, porque em múltiplas ocasiões antes dele teve ocasião de se pronunciar com sinceridade e com abertura relativamente àquilo que pensa.

É relativamente àquilo que ela em múltiplas ocasiões afirmou, disse pensar e defender, que surgiu a nossa convicção de que o seu perfil político não se ajustava às necessidades do País para presidir a um Governo, com isenção e neutralidade, para efeitos de preparação das eleições. Foi isto que dissemos em privado, em primeiro lugar, ao Sr. Presidente da República, como é do conhecimento público, e voltámos depois disso a repetir, uma e outra vez, e continuaremos a fazê-lo.

O Sr. Deputado Magalhães Mota perguntou também se este debate não é útil, pelo menos para discutirmos aqui as ideias e o Programa do Governo. Eu, de facto, sou um apaixonado de conversas de café, mas não quereria fazer a injustiça a mim próprio e à Câmara onde estou de pensar que as coisas aqui dentro se fazem apenas pelo mero prazer do debate das ideias.

**O Sr. Carvalho Cardoso (ODS):** — Muito bem!

**O Orador:** — As coisas aqui dentro discutem-se, apreciam-se e votam-se em função dos resultados que queremos alcançar e de um povo que espera de nós determinadas atitudes, e não, como digo e insisto, apenas pelo prazer de debater ideias.

Até estou de acordo consigo em que este seria um programa interessante para discutir em mesa redonda ou em seminário, porque está eivado de tanta teoria, vulgar em certo tipo de compêndios, que penso mereceria ser estudada antes de ser debatida aqui.

O que nós contrariamos e contestamos é que este tipo de compêndio seja, por este Governo, neste local e nesta circunstância histórica, utilizado para o nosso debate.

O Sr. Deputado Magalhães Mota pôs ainda uma questão sobre o *fair-play*. Naturalmente que penso que ele deve existir nos dois sentidos. Um *fair-play* é um *fair-play*. Um ditador nunca tem *fair-play*, pelo que não percebo como é que o Sr. Deputado Magalhães Mota me põe essa pergunta. Uma mentalidade totalitária é o oposto do *fair-play*, logo não pode haver *fair-play* nos dois sentidos. Penso que fez uma pergunta absurda, porque não tem sentido, Sr. Deputado. Eu falo de *fair-play* entre duas pessoas civiliza-

das e democráticas. Naturalmente que há um problema que se chama o punitivo social ou correção, que consiste, pura e simplesmente, em que as pessoas procurem demonstrar aos outros, quando eles excedem os seus limites, que também são capazes de os magoar, de os ferir e de os tocar. E o Sr. Deputado acabou de fazer isso comigo. Não se sente mal?

*Risos.*

**O Sr. Magalhães Mota (Indep.):** — Do seu ponto de vista, não!

**O Orador:** — Do meu ponto de vista não, porque eu tenho *fair-play* para aceitar esses excessos de *fair-play*.

Finalmente, quanto à história do socialismo, o Sr. Deputado Magalhães Mota sabe perfeitamente que nós não andamos, em cruzada de Idade Média, em torno dos fantasmas do socialismo. Nunca andámos nem andaremos.

No mundo democrático há duas grandes famílias políticas que são o socialismo democrático e as correntes democratas-cristãs, centristas e conservadoras.

Não tem sentido que, para quem esteja tão comumente empenhado em defender a democracia nos países onde ela existe e em alargá-la para as zonas onde ela ainda não existe, haja uma posição radical ou um confronto brutal de vida ou de morte. Há uma grande margem de consenso entre o socialismo democrático e os democratas-cristãos no que diz respeito à democracia ou à natureza das instituições.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Ai se o Lucas Pires ouve!

**O Orador:** — Naturalmente que isto se aplica a todos aqueles que comungam do socialismo democrático de uma forma ou de outra. É claro que depois há oposições concretas, há oposições de Governo, oposições programáticas e há a leitura e a análise da realidade.

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD):** — Ele sabe isso muito bem!

**O Orador:** — Tudo isso que o Sr. Deputado Magalhães Mota sabe e o Sr. Deputado Bento Gonçalves acaba de me ajudar. Muito obrigado.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — É bem preciso!

**O Orador:** — E portanto é nessa medida que dizemos estar convencidos de que os socialistas, que em Portugal têm constituído a classe política dominante e que constituem o centro dominante da vida política em termos de poder político, não dão nem têm resposta para os problemas portugueses. Nós próprios fizemos essa experiência. Se quer que fale dela! Não creio, no entanto, que este seja o momento mais adequado nem penso que seria a manifestação mais correcta de convivência democrática se se fosse desenvolver um tema dessa natureza nesta circunstância.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Falta cá o Deputado Lucas Pires.

**O Orador:** — Por esse lado não me levará, embora toda a gente saiba qual é a nossa atitude perante a questão.

Quero, por fim, dizer-lhe que temos o maior gosto, a maior alegria e uma grande esperança de vitória ao termos como companheiro de aliança democrática um partido que se proclama da social-democracia e do socialismo democrático, humanista e personalista...

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... e não colectivista nem estatista.

**Aplausos do CDS.**

**O Sr. Ferreira Lima (PS):** — As listas únicas é que é o diabo!

**O Sr. Teodoro da Silva (PSD):** — Isso das listas únicas é connosco!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, está interrompida a sessão por trinta minutos para o nosso intervalo habitual.

*Eram 18 horas e 30 minutos.*

*A seguir ao intervalo assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente António Arnaut.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, está reaberta a sessão.

*Eram 19 horas e 15 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — O primeiro orador inscrito é o Sr. Deputado António Guterres, e a seguir falará o Sr. Deputado Pedro Roseta.

Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, Sr. Deputado António Guterres.

**O Sr. António Guterres (PS):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro, ao apresentar o seu Programa, classificou o V Governo Constitucional como um Executivo de transição, esclarecendo que tal não significava outra coisa que não fosse o simples assegurar da continuidade governativa entre dois tempos, correspondendo à vigência de duas composições sucessivas desta Assembleia.

Transição cujo primeiro objectivo foi afirmado ser o da preparação do caminho de quem vier depois, legitimado pelo voto popular das eleições de Novembro próximo.

Faz, pois, sentido que as diversas forças políticas representadas nesta Assembleia aproveitem este período menos para agudizar conflitos ou enraizar ódios e mais para reflectir com serenidade sobre o que passou, para que o tempo que está para vir seja melhor para os Portugueses e para que, da experiência passada e até dos erros ou das hesitações entretanto cometidos, se possa tirar o necessário partido para rever estratégias e preparar as melhores soluções para os problemas que afligem os Portugueses, no seu dia-a-dia. Problemas que têm a ver com o emprego ou, por outras palavras, com a garantia do exercício do direito ao trabalho, com a carestia da vida e com

as grandes reformas sociais que importa concretizar para que todos tenham, sem falsas promessas, nem demagogias vãs, e no mais curto espaço de tempo possível, o acesso à saúde, à educação, à segurança social, à habitação condigna e a um quadro de vida humanizado.

É nesta perspectiva, mais do que na da apreciação do Programa de um Governo que a si próprio se qualifica de transitório, que gostaria de expor os pontos de vista do Partido Socialista sobre alguns dos aspectos da realidade económica do País e sobre as perspectivas que, em nossa opinião, se nos abrem para o futuro.

A primeira condição para enfrentar com êxito uma crise económica é conhecer com profundidade as suas causas. Aqueles que consideram que na origem das dificuldades presentes está o 25 de Abril, a democracia ou o sistema económico e social consagrado na Constituição nunca poderão ter êxito como governantes porque, em vez de encarar os problemas que, de facto, existem, mais não fazem que combater fantasmas sem existência real.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — É bom que fique claro, ao menos ao nível de compreensão que se exige desta Assembleia, que a crise económica que nos afecta tem outras raízes, se insere, aliás, numa crise internacional de duração prolongada e que se não compadece com o simples agitar de slogans ou com demagogias eleitorais milagreiras.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O País sofreu desde 1973 (momento em que se deu a primeira subida significativa do preço do petróleo), um empobrecimento relativo face ao exterior, pelo aumento rápido dos preços dos bens importados, sem equivalente contrapartida nas exportações. É aquilo que os economistas chamam de deterioração nos termos de troca com o exterior, e que se mediu em cerca de 30% num prazo de cinco anos. Este elemento só por si é responsável pela quase totalidade da dívida externa entretanto acumulada e importa ter a objectividade suficiente para reconhecer que, na sua origem, estão factos que inteiramente nos transcendem e que nada têm a ver com as vicissitudes do processo político interno ou com a definição do nosso sistema económico.

Por outro lado, Portugal viveu durante os anos 60 e o princípio dos anos 70 à custa de um processo emigratório que chegou a atingir 150 000 cidadãos por ano, processo que constituiu a grande válvula de escape equilibradora do mercado de emprego e das tensões sociais, permitindo a sobrevivência de um regime e de uma política económica incapazes de criar postos de trabalho. De facto, e são os números que o dizem, nos últimos quinze anos de ditadura os novos empregos criados na indústria mal compensavam os que se iam extinguindo pela modernização ou pelo desfinhamento de diversos ramos do sector industrial, canalizando-se o êxodo rural quase por inteiro para a emigração.

Se ao estancar do processo emigratório, devido à crise nos países de acolhimento, somarmos o regresso dos repatriados das antigas colónias e a desmobili-

zação do contingente militar expedicionário encontraremos um volume de desemprego potencial muito superior ao que efectivamente existe hoje em Portugal.

Quem acenar assim com o regresso à ortodoxia económica do capitalismo como forma de resolver o problema do desemprego não só faz pura demagogia política como comete, do ponto de vista da análise económica elementar, um erro grosseiro de avaliação.

#### *Aplausos do PS.*

Esta a natureza estrutural das nossas dificuldades. Somos hoje muitos mais do que éramos em 1973 e os bens que produzimos viram, entretanto, o seu valor reduzido ao nível das trocas internacionais. Daí que haja desempregados, daí o *deficit* da balança de pagamentos. Isto não quer dizer que as perturbações internas, sobretudo as vividas em 1975, não tenham contribuído para agravar a dimensão de alguns problemas. Não é impunemente que se faz uma Revolução, embora os respectivos custos não devam ser atribuídos aos seus autores, mas àqueles que, pelo imobilismo de décadas, na obstinação totalitária e colonialista, tornaram inevitável uma ruptura institucional.

#### *Vozes do PS: — Muito bem!*

**O Orador:** — As regras de funcionamento do sistema económico vigente na ditadura foram, de facto, quebradas, a produção e sobretudo o investimento sofreram uma nítida redução em 1975, os rendimentos foram redistribuídos de forma que, embora respondendo a situações de indiscutível injustiça que importava corrigir, não eram comportáveis pelo nível de criação de riqueza de uma economia mergulhada, ainda para mais, numa grave crise internacional.

A primeira tarefa a que urgia meter ombros quando, como Deputados eleitos, aqui iniciámos os nossos trabalhos, consistia, pois, na definição de um novo sistema económico, dando corpo às normas constitucionais e na correção das distorções mais graves do respectivo funcionamento, distorções essas que em grande parte decorriam da forma muitas vezes descontrolada como as transformações se processaram no período pós-revolucionário.

Para o êxito dessa tarefa contribuiu não só o fecundo trabalho legislativo desta Assembleia como a acção apaziguadora do I Governo Constitucional.

Assim se definiram novas regras de comportamento dos agentes económicos, nem sempre, como é inevitável, a contento de todos. Assim se retomou o crescimento da produção e se normalizou, em grande parte, o investimento e a estrutura da massa monetária, se logrou com indiscutível sucesso a integração dos refugiados das antigas colónias, se criou um clima social propício à negociação entre as partes, em contraste com o confronto violento do passado recente.

Concluída esta fase, sem a qual nada teria sido possível, importava reduzir rapidamente o nível de dependência face ao exterior. Até porque a política de recuperação económica até aí empreendida conduzia ao inevitável agravamento do *deficit* externo, traduzido em 1500 milhões de dólares de saldo negativo, em 1977, na chamada balança de transacções correntes.

Foi este o objectivo central da política de estabilização do II Governo Constitucional, sob a orientação do então Ministro das Finanças Vítor Constâncio.

#### *Vozes do PS: — Muito bem!*

**O Orador:** — Sobre o êxito dessa política os números falam por si. O *deficit* externo reduziu-se em mais de um terço em 1978 e para um nível que é quase desprezível em relação aos valores anteriores no 1.º semestre deste ano; o turismo e as remessas dos emigrantes atingiram valor *record*; as exportações cresceram espectacularmente e as importações foram contidas, passando a taxa de cobertura das segundas pelas primeiras de 42 % no 1.º trimestre de 1978 para 55 % em igual período este ano.

Deste facto se procurou, aliás, gloriar o Governo Mota Pinto, sem o mínimo respeito pela verdade, ao atribuir a si próprio os resultados positivos de tal política, omitindo o facto elementar em qualquer compêndio de economia de que as diversas medidas de estabilização têm tempos de maturação relativamente longos, que podem ir até dois anos, para atingirem no fundamental os seus efeitos.

A semente que é lançada à terra não cresce no dia seguinte mas isso não deve servir para que os que trabalham na ceifa procurem esconder a verdade elementar de que nada haveria para ceifar se nada tivesse sido semeado.

#### *Vozes do PS: — Muito bem!*

**O Orador:** — Não há, porém, bela sem senão, em política económica como em tudo na vida.

Para alcançar estes objectivos houve que sacrificar com realismo outros, muitos deles de carácter profundamente estimável. Felizmente que os trabalhadores portugueses souberam aceitar, e com notável patriotismo, os sacrifícios indispensáveis à recuperação económica do País, orientada no sentido de consolidar o sistema constitucional e não, como alguns pretendem, para refazer privilégios ilegítimos.

Simplesmente o sucesso das medidas tomadas teria permitido, caso o II Governo tivesse permanecido em funções e de acordo com o seu próprio programa, atenuar muitos dos efeitos negativos da política de estabilização e acelerar a retoma do crescimento económico. Dificilmente, aliás, se pode julgar um Governo de legislatura apenas pela acção dos seus primeiros meses de actuação.

Em vez de assim proceder, o Governo Mota Pinto lançou-se numa intensa campanha de desenvolvimento verbal mas de total incapacidade prática, quer para fomentar o aumento da produção e do investimento, quer para minorar os sacrifícios da população.

Assim se prosseguiu, numa 1.ª fase, uma política ultra-restritiva, erigindo o equilíbrio do Orçamento em dogma ao qual tudo se deveria sacrificar, impedindo a descentralização financeira em benefício das autarquias locais e impondo limitações drásticas ao crescimento dos salários.

Da mesma forma como, numa 2.ª fase, e mal vislumbrou no horizonte a sua dimensão, o IV Governo passou à delapidação demagógica dos

recursos, normalmente em favor dos sectores marginais do patronato e sobretudo dos grupos económicos que até ao 25 de Abril mais se caracterizaram pela especulação quando não pela ilegalidade.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Chegou-se ao cúmulo de se fazerem decretos-leis com o objectivo específico de beneficiar um único individuo. Nunca tão poucos e em tão pouco tempo esbanjaram tanto de todos nós.

*Aplausos do PS.*

E isto ao mesmo tempo que, com implacável determinação, se prosseguia na destruição sistemática do sector público, impedindo as inevitáveis actualizações dos preços das suas empresas, enquanto pela tolerância à especulação de muitos agentes privados se relançava a subida do custo de vida, não deixando que ao menos os Portugueses tirassem dessa destruição o benefício temporário da contenção dos preços.

Quando o Prof. Mota Pinto, autor da lei dos 18 % e do imposto sobre o 13.º mês, nos órgãos de comunicação social e chegando ao ponto de desmentir afirmações de ministros seus, tentou convencer-nos de que os preços de algumas empresas públicas não foram actualizados para defender o poder de compra dos trabalhadores e permitir o estudo de outras soluções, que ele próprio bem sabia não existirem, pode dizer-se que se atingiu em Portugal o ponto culminante da irresponsabilidade e da demagogia, deixando ao Executivo seguinte que hoje aqui se apresenta um terrível presente envenenado.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Pode bem dizer-se que a única coisa que ficámos a dever ao Prof. Mota Pinto e ao seu Governo foi o ilíbar dos Governos anteriores de orientação socialista da culpa de muitos factos cuja responsabilidade a eles em grande parte não cabia. O País ficou assim a saber como governam os conservadores e a direita em Portugal...

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — ...o que, em termos comparativos, muito ajudará os Portugueses a definir o sentido do seu voto nas próximas eleições legislativas.

*Aplausos do PS*

**O Orador:** — Vem isto em grande parte a propósito da intensa campanha que os partidos da Aliança Democrática, e sobretudo o CDS, tem desencadeado contra o Partido Socialista, acusando-nos basicamente de coligirmos com o PCP, no quadro de uma pretensa mancha de esquerda e de convicções colectivistas e burocratizantes no plano da política económica.

Faz como vimos ouvindo a muitos dos membros dos partidos da Aliança estão frente a frente dois únicos modelos de organização económica e social

O modelo dito aberto, liberal e europeizante, defendido pelos partidos da Aliança, e o modelo dito burocrático, centralista, e antieuropeu da chamada maioria de esquerda.

Nada mais falso em nossa opinião, embora repetido vezes sem conta, talvez na convicção um tanto ingénua face ao discernimento do nosso povo, de que basta insistir sem descanso, facto que não é verdadeiro para que esta seja aceite como verdade pela opinião pública.

É hoje claro para todos os portugueses que são perfeita e profundamente distintos os projectos políticos do PCP e do PS. Basta, por outro lado, analisar as estatísticas de voto no seio desta Câmara para constatar o carácter mistificador da tão falada quanto inexistente maioria de esquerda.

Simplesmente, o facto do PS ter um projecto autónomo de recusar a bipolarização e de se não identificar com o PCP, tal como se não confunde com os partidos à sua direita, não nos obriga a dizer face a todos os problemas e em todas as circunstâncias por obrigação exactamente o contrário do que possam afirmar os comunistas portugueses.

O facto de rejeitarmos o colectivismo não nos força a defender políticas que conduzam ao capitalismo selvagem.

**O Sr. Igrejas Caeiro (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — O facto de recusarmos a burocratização estatizante não nos obriga a aderir ao princípio, confessado ou apenas aplicado na prática, de que é preciso reconstituir um poder económico privado, assente em meia dúzia de cidadãos e que nas sociedades modernas e pela própria força das coisas tende a impor-se ao poder político democrático, subvertendo os resultados do voto popular.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O facto de não aceitarmos o controle administrativo dos preços como solução global dos problemas inflacionistas não obriga a estimular a especulação que inevitavelmente resultaria da aplicação das regras do liberalismo económico, traduzindo-se, entre muitos outros aspectos negativos, na aceleração do aumento do custo de vida. Isto, aliás, se vem verificando praticamente em todos os países onde os conservadores subiram ao Poder após alguns anos de Governo socialista ou social-democrata. A tal ponto que a própria Sra. Margaret Thatcher já perdeu, ...

**O Sr. Carvalho Cardoso (CDS):** — Já?...

**O Orador:** — ...conforme revelam as sondagens de opinião pública, o avanço conseguido em recentes eleições graças ao clima de agitação social então vigente em Inglaterra, tão desastrada se vem revelando no plano económico a acção do Governo conservador britânico.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Mas ganhou as eleições!

**O Orador:** — Com certeza, Sr. Deputado!

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — É que se calhar também já não as tinha ganho!

**O Orador:** — Ganharam as eleições graças ao clima de agitação social então existente em Inglaterra, como lhe disse.

Quando nos combatem tentando identificar-nos com o PCP em vez de reconhecerem o nosso próprio projecto autónomo e de o criticarem em clima de tão confronto de ideias, os partidos à nossa direita parecem confirmar uma incapacidade própria para analisar e resolver os problemas do País.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Seria preferível gastar mais tempo explicando aos Portugueses o seu próprio projecto e menos tempo procurando confundi-los acerca dos projectos dos seus adversários.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD):** — Ainda não começou a campanha eleitoral.

**O Orador:** — Para que as coisas fiquem claras, o PS reafirma a sua adesão ao modelo económico social definido na Constituição e concretizado nas leis estruturais aprovadas nesta Assembleia.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O PS assume o projecto de integração de Portugal nas comunidades europeias e a necessidade da progressiva modernização da sociedade e das estruturas produtivas em particular.

O PS confia no desenvolvimento de um sistema económico misto, onde concorrem os sectores cooperativo, público e privado, no respeito do plano democrático, evitando um confronto estéril e aproveitando as complementariedades que resultam da vocação específica de cada sector.

O PS entende que o objectivo económico fundamental da acção governativa nos próximos anos é a criação de postos de trabalho, por forma a atingir a prazo o pleno emprego com particular atenção para os problemas dos jovens à procura de primeiro emprego, não esquecendo que o principal condicionante a ter em conta é a necessidade de conter o déficit externo em níveis comportáveis com a capacidade de endividamento.

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD):** — Que ele nunca atenuou quando foi Governo.

**O Orador:** — O PS não se conforma com a actual taxa de aumento do custo de vida, considerando que, e sem demagogias fáceis, importa combater com firmeza as distorções que se verificam no sistema de preços, quer as que decorrem da especulação e do açambarcamento, quer as que provêm de vícios estruturais da nossa economia ou do elevado grau de dependência em relação ao exterior.

O PS entende que é possível alcançar estes objectivos económicos fundamentais, no quadro de uma política ousada de reformas sociais, pondo o acento tónico mais nas transformações qualitativas suscepti-

veis de melhorar a qualidade de vida dos Portugueses e menos num aumento quantitativo de benefícios dificilmente compatível com a escassez presente dos nossos recursos financeiros. Política a prosseguir com determinação na saúde, na cultura e na educação, na segurança social, na habitação, na melhoria do ambiente.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** No domínio das políticas económicas tem sido particularmente vivo o debate em torno dos problemas agrícolas e, em particular, da reforma agrária.

O PS entende que, sem menosprezo da gravidade da questão, a Reforma Agrária tem de deixar de constituir o fulcro da discussão política referente à agricultura em Portugal.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A Reforma Agrária não pode ser um abcesso de fixação para o qual se concentram todas as atenções.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — De quem é a culpa?...

**O Orador:** — Os problemas a que importa dar prioridade e que têm de mobilizar as preocupações e os esforços das forças políticas e da Administração são os que dizem respeito ao rendimento e às condições de vida dos agricultores, que hoje constituem cerca de 27% da população activa, à orientação das estruturas produtivas por forma a reduzir rapidamente a nossa dependência em produtos alimentares e à criação de condições que permitam um melhor equilíbrio ecológico, garantindo a preservação ou a reprodução dos nossos recursos, para que se não liquidem hoje as perspectivas de vida e de bem-estar dos nossos filhos.

O País não pode dar-se ao luxo de ver o seu Ministério da Agricultura permanentemente orientado de forma quase exclusiva para o Alentejo e a Reforma Agrária, nem comprehende que, por causa dos problemas ligados à definição e entrega de algumas centenas de reservas a outros tantos antigos proprietários, sejam derrubados sucessivos Governos como se nisso residisse o essencial da vida dos Portugueses.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — É preciso que, de uma vez por todas, se comprehenda que aos agricultores das Beiras, do Algarve, da Estremadura, do Minho, do Douro, de Trás-os-Montes e das ilhas é hoje completamente indiferente a determinação do número de pontos a que corresponde a reserva ideal na zona de intervenção. Querem é ver resolvidos, com seriedade e na medida do possível, os problemas que se prendem com o próprio dia-a-dia e que têm a ver com a segurança social, o acesso ao crédito com a garantia de preço e escoamento dos seus produtos, com o custo dos adubos, dos pesticidas ou dos equipamentos, com os contratos de arrendamento e suas normas, com o nível dos salários rurais, etc.

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD):** — E o que é que o Partido Socialista fez? Nada!

**O Orador:** — Reduzindo o problema da Reforma Agrária à sua verdadeira dimensão, não quero, no entanto, deixar de sobre ele referir quatro princípios de actuação.

O primeiro é o do cumprimento integral da legislação aprovada nesta Assembleia, com uma política de bom senso, no respeito dos interesses legítimos das partes e num clima de apaziguamento das tensões sociais.

O segundo é que mais relevante do que a delimitação e entrega das reservas é a definição clara do estatuto das diversas formas de propriedade e gestão, nascidas da Reforma Agrária; explorações familiares privadas, cooperativas e unidades colectivas e o apoio técnico e financeiro indispensável para que todas elas tirem o maior partido dos recursos que foram postos à sua disposição.

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD):** — E que prestem contas!

**O Orador:** — O terceiro é que o problema mais importante a resolver no Alentejo, e cuja solução deve condicionar fortemente, quer a aplicação da lei da Reforma Agrária quer a das diversas medidas de política agrícola, é o do emprego, do emprego com base na convicção de que o direito ao trabalho é condição indispensável da dignidade humana.

O quarto é que não é possível encontrar uma solução socialmente aceitável para a questão da Reforma Agrária, se a aplicação da respectiva lei não for integrada num plano de desenvolvimento de toda a zona de intervenção, ultrapassando a simples dimensão agrícola.

Se estes quatro princípios de actuação continuarem a não ser aplicados, não hesito a vaticinar o agravamento das tensões sociais no Alentejo e das condições de vida dos Alentejanos, trabalhadores rurais e não só, numa crescente radicalização de posições e no cavar fundo de ódios cuja origem é, aliás, muito anterior ao 25 de Abril.

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD):** — Quem são os responsáveis?

**O Orador:** — Mas mais importante do que tudo isto, como já referi, é concretizar uma viragem decisiva em toda a nossa política agrícola. Continuar como estamos é aceitar como irreversível uma situação de grave dependência face ao exterior no domínio alimentar, associada a níveis de rendimento da população rural, em alguns casos abaixo do mínimo vital, em resultados de um excessivo peso demográfico sobre a terra e de índices muito reduzidos de produtividade.

Não me compete, nem seria possível, definir aqui todos os contornos dessa viragem. No seu último congresso, em conclusão de um fecundo debate interno e no âmbito do seu programa para os anos 80, definiu o PS uma nova estratégia de desenvolvimento da agricultura, tirando partido da nossa experiência passada, tanto nos seus aspectos mais positivos como até num ou outro ponto em que podemos ser menos felizes.

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD):** — Viragem à esquerda!

**O Orador:** — Desejámos, com sinceridade, confrontar os nossos pontos de vista, quer com o Governo, quer com associações de agricultores, quer com os restantes partidos políticos, para que, no mais curto espaço de tempo, seja possível definir-se com o mínimo de solidez um consenso indispensável à aplicação prática desta viragem.

Srs. Presidente, Srs. Deputados: É em torno destes temas, e a propósito da sua concretização em medidas viáveis e eficazes que urge adoptar para benefício de todos, que gostaríamos de discutir com os nossos adversários políticos, no respeito das posições mútuas e na tolerância recíproca, tanto aqui agora como nos próximos períodos eleitorais.

Cabe a todos nós evitar o agitar permanente de fantasmas que apenas servem para confundir os Portugueses. Procuremos, sim, falar claro sobre as coisas concretas que o povo entende e na base das quais nos virá a julgar.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

**O Sr. Lopes Cardoso (Indep.):** — Sr. Deputado António Guterres, ao ouvir a crítica feroz que fez ao Governo Mota Pinto, e que, diga-se entre parêntesis, subscrevo, assaltou-me uma dúvida: será verdade que tivemos o Governo Mota Pinto porque o Partido Socialista o permitiu com a sua abstenção, lavando daí as mãos, ou de facto eu já me esqueci e estou enganado?

Uma outra dúvida me assaltou em seguida: é que se a única coisa que se ganhou com o Governo Mota Pinto — e eu acho que não se ganhou nada — foi dar aos Portugueses a imagem de como governa a direita, será que o Partido Socialista, deixando passar o Governo Mota Pinto e aguardando vários meses para intervir de forma consciente, o terá feito por razões puramente partidárias e eleitorais, tornando-se subitamente adepto do quanto pior melhor, melhor pelo menos para o Partido Socialista? E quem pagou, ao fim e ao cabo, os custos dessa contra-prova de como governa a direita?

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado António Guterres, o Sr. Deputado Amaro da Costa também se inscreveu para pedir esclarecimentos. Deseja responder imediatamente ou no fim de todos os pedidos de esclarecimento?

**O Sr. António Guterres (PS):** — No final, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Tem então a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Prescindo, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Então tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres para responder.

**O Sr. António Guterres (PS):** — Sr. Deputado Lopes Cardoso, cada atitude é tomada no seu devido tempo e de acordo com as circunstâncias próprias desse tempo.

Quando o Governo Mota Pinto se apresentou perante esta Assembleia fê-lo na sequência de uma crise política extremamente grave que trazia naturalmente preocupados os Portugueses. Entendeu o Partido Socialista nesse momento que era preferível ter algum Governo a não ter Governo nenhum e que era ainda preferível dar o benefício da dúvida e procurar verificar se as intenções de apaziguamento reveladas pelo Prof. Mota Pinto se vinham ou não a concretizar na prática.

Como essas intenções não se concretizaram, com a mesma clareza de posições com que nos abstivemos para viabilizar esse governo, quando entendemos que ele não apaziguava as tensões sociais como, pelo contrário, contribuía para agudizar os conflitos, anunciamos a nossa clara intenção de o derrubar e procedemos em conformidade.

Penso que tudo na vida tem o seu tempo e ninguém pode pensar que tudo fica na mesma ao longo desse mesmo tempo. Embora os políticos sejam as únicas pessoas que, no dizer de Tierno Galvan, tropeçam duas vezes na mesma pedra, pela nossa parte não o faremos. Podemos ter feito um erro de avaliação acerca das verdadeiras intenções do Governo Mota Pinto, mas, logo que verificámos que elas eram contrárias a um clima de paz e de estabilidade social e à recuperação económica do País, tomámos a atitude de oposição que devíamos tomar.

E se referi o benefício que referi não foi porque alguma vez tivéssemos apostado nesse benefício, mas sim porque, de facto, com a análise daquilo que foi a actuação do Governo Mota Pinto, comparando-a com aquilo que foram as actuações do I e do II Governo Constitucionais, já que o III durou apenas escassas semanas, os Portugueses puderam, em grande parte, compreender que muitos factos que com sinceridade atribuíam, por serem negativos, à acção do Governo, decorrem, afinal, de outras circunstâncias em relação às quais os Governos não têm a capacidade de actuação devida, e que outros decorriam da adopção de políticas que, quando se tentaram provar as alternativas, se vieram a verificar que eram, afinal, as políticas mais adequadas à resolução dos nossos problemas.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr. Presidente, Sr.º Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Graves e ponderosas razões fundamentaram a apresentação pelo Grupo Parlamentar do PSD de uma moção de rejeição do Programa do Governo a que preside a Eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo.

A forma como decorreu a sessão de apresentação do Programa e o conteúdo deste vieram confirmar, e de que maneira, as apreensões e as críticas que este Governo vinha merecendo aos sociais-democratas.

A Sr.º Primeiro-Ministro, depois de um primeiro e curto discurso abstracto, não respondeu às questões que lhe foram claramente formuladas da bancada do PSD.

Nada disse sobre a necessária substituição dos governadores civis e sobre a campanha contra a abstenção, de apelo ao voto, que estava preparada no

MAI. Não referiu as medidas concretas que tomará na comunicação social estatizada para assegurar a sua isenção e imparcialidade, mas ameaçou os jornalistas com a imposição de um código deontológico — esquecendo talvez que, bem ou mal, esta Assembleia da República já aprovou o estatuto dos jornalistas.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não esclareceu o que pensa o seu Governo fazer para acelerar a integração de Portugal na OEE, nem que acções vai desenvolver para conseguir a libertação de todos os Portugueses presos em Angola e Moçambique ou para resolver o contencioso financeiro com estes países.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, a Sr.º Primeiro-Ministro revelou-se incapaz de esclarecer como vai o seu Governo governar perante a existências de grandes áreas de competência reservada da Assembleia da República, sem autorização desta, cujo exercício, mesmo se concedido, não poderia, aliás, ser possível, nos termos do artigo 168.º da Constituição. Limitou-se a remeter para uma solução a encontrar com o Presidente da República. Ora os ambiciosos, embora vagos, objectivos do Programa contêm numerosas sobreposições àquela competência.

Tal facto leva-nos a concluir, desde já, que o Governo quer legislar em matérias da competência da Assembleia.

Finalmente, não se comprometeu, para lá de considerações subjectivas sobre o termo do seu mandato, a pedir objectivamente a exoneração logo que estejam apurados os resultados das eleições.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Programa do Governo, embora ambicioso nos objectivos, é singularmente falho nas medidas concretas que permitem a sua concretização.

De nada serviu a divisão entre objectivos por áreas de problemas e respectivas medidas sectoriais. Verifica-se, com efeito, que no capítulo dedicado às medidas a tomar quase sempre se repetem ou desenvolvem objectivos visados sem concretizar as acções a desenvolver.

«Fomentar-se-ão e apoiar-se-ão acções que visem...», diz várias vezes o Programa. E segue-se uma enumeração de novos objectivos! Então as acções a desenvolver? Isso é que estava em causa!

Por outro lado, não há no Programa nem hierarquização dos objectivos nem definição clara de prioridades nas medidas a tomar em cada sector, nem sequer uma marcação mínima dos prazos em que serão tomadas ou pelo menos iniciada a sua execução.

No entanto, o mais grave defeito deste Programa é, a nosso ver, a inaceitável ambição de introduzir modificações na sociedade portuguesa, nomeadamente legislando ou preparando legislação em inúmeras matérias.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Muito bem!

**O Orador:** — Julga o PSD que tal ambição é ilegítima. Não tem qualquer sentido fazê-lo a poucas semanas de eleições gerais, quando o povo se vai pronunciar sobre programas eleitorais completos que lhes serão apresentados por partidos ou alianças de partidos. Revela uma certa vontade de antecipação à expressão da vontade soberana do povo e de pôr perante factos consumados os governantes a quem ele venha a conceder a sua confiança.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Consideramos mesmo que se trata de um evidente entorse aos princípios democráticos.

O PSD entende que este deveria ser um Governo para preparar eleições, que não pode ser, ao contrário do que afirmou a Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Pintasilgo, um Governo normal e igual aos outros, que são investidos sem prazo de vigência e com a Assembleia da República não dissolvida, pronta a fiscalizá-los, a legislar sobre as suas propostas e até mesmo a conceder-lhes autorizações legislativas.

A nosso ver, tal Governo deveria ter como preocupação dominante assegurar a isenção e imparcialidade do acto eleitoral; como actividades fundamentais, dar cumprimento às leis vigentes e atacar com medidas administrativas adequadas os problemas imediatos e concretos que afligem o dia-a-dia dos portugueses e que se continuam a agravar.

Por isso defendemos que devia ter sido outra a metodologia seguida pelo Presidente da República para resolver a crise política, dissolvendo a Assembleia da República — poupano ao País o espetáculo de uma pré-dissolução que se arrasta há longas semanas — e nomeando, então sim, um Governo de gestão dos assuntos correntes para desempenhar exclusivamente as tarefas apontadas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A metodologia que veio a ser seguida pelo Presidente da República deu origem, além de demoras inúteis, a este equívoco com que agora nos debatemos: um Governo que tem noventa dias de vida à sua frente, nas vésperas de eleições, que vai governar sem controlo parlamentar, desenvolve uma filosofia própria e apresenta grandes objectivos para a sociedade portuguesa e propõe viragens na política interna e externa!

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas é ao povo que compete a determinação e a escolha desses grandes objectivos! Caso contrário, para que servem então as próximas eleições?

**O Sr. Tito de Moraes (PS):** — Nada!

**O Orador:** — Se os membros do Governo têm um projecto político, económico, social e cultural, apresentem-no ao eleitorado, para sabermos qual o apoio popular que terá. O que não podem é fazê-lo antes, tirando o sentido útil ao sufrágio popular.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não sei se estaremos perante a ameaça de um neodespotismo auto-iluminado. O que estamos, certamente, é perante uma forma de elitismo político, com alguns laivos de tecnocracia.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Ora nós não acreditamos nem em vanguardas nem em intelectuais que julgam ter o monopólio do bom, do moderno, do que é ou não progressista, capaz ou incapaz.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Julgamos, aliás, que os seus intentos de arrastar a comunidade para projectos que lhes podem, ainda que com a melhor das intenções, parecer os melhores do Mundo, estarão condenados, em democracia, ao fracasso e serão rejeitados como um enxerto exterior.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — O povo é que sabe quais os seus interesses. A ele só compete escolher um projecto de vida, determinar modificações profundas na política interna ou externa.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PSD apresentou a sua moção de rejeição do Programa deste Governo por considerar que ele não oferece garantias de isenção e imparcialidade, o que é extraordinariamente grave num período pré-eleitoral.

Mais: logo à nascença este Governo foi ferido de parcialidade quando o Presidente da República escolheu um Primeiro-Ministro que, para além de desenvolver um projecto político-ideológico próprio, tinha a oposição expressa de dois dos três maiores partidos portugueses: o PSD e o CDS.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Essa escolha poderia dar azo a bem estranhas interrogações sobre a colocação actual do Presidente da República perante o seu eleitorado, representado também, aliás, na sua maior parte, pelos partidos que o apoiaram para a sua eleição. Deve ser única na história a inqualificável situação a que se chegou: o partido que mais apoia hoje o general Eanes é o PCP, que foi adversário da sua eleição e do seu projecto político e que no seu passado conta uma tentativa golpista de tomada de Poder em Portugal pela força, pelo terror e pela subversão das forças armadas, em 1975.

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Também a composição deste Governo é indício seguro da sua não isenção. Antigos membros do Governos do PS nele figuram em lugares de relevo, tal como, em gratuita e intolerável provocação ao PSD, vários dissidentes seus, que hoje têm um projecto político próprio mas que — pasme-se! — admitem que a organização, de que alguns são dirigentes, possa concorrer ao acto eleitoral de Novembro!

A Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro não deu garantias de que um ou mais membros do seu gabinete não apadrinharia tal operação. Limitou-se a desviar a questão — que é ética, que é política — para o Supremo Tribunal de Justiça.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Se se verificar que um ou mais Ministros se utiliza do seu cargo para promover qualquer novo partido político, o Governo, além de parcial, terá de ser considerado mesmo imoral.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O próprio Programa mostra que o Governo não quer ser isento. Se o pretendesse ser, teria colocado o acento tónico na preparação das eleições, no respeito absoluto pela escolha popular. Ora o que se verifica é que, pelo contrário, ao acen-tuar os seus projectos de sociedade, desvaloriza as eleições. Por outro lado, se houvesse preocupação de isenção, haveria compromisso claro de realização, em prazos razoáveis, de medidas concretas.

Finalmente, foi desde início claro o apoio caloroso que o PS e o PCP, partidos que constituíram a maioria marxista até agora existente nesta Câmara, davam ao Governo da Eng.<sup>a</sup> Pintasilgo: PCP/PS/ASDI.

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Que tristeza!

**O Orador:** — Na passada segunda-feira, aquando da apresentação do Programa, tal apoio chegou a pontos tão extremos que revestiu aspectos de um lirismo pretensioso e ridículo, mas foi revelando esperanças que alguns, sempre derrotados nas eleições, esperam agora ver preenchidas.

A questão está em que este é um Governo de conciliação com o PCP, de capitulação perante a arrogância grosseira e arruaceira que vinha assumindo. O que é espantoso é que este partido tenha conseguido obter muito mais do que reivindicava — ele, que já se contentava com um Governo em que estivessem representados os quatro maiores partidos presentes nesta Assembleia, teve um que provoca a oposição dos dois partidos que são os seus inimigos principais!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Cumpre referir o impudor com que essa organização, que repete sempre os mesmos insultos, veio aqui proclamar-se defensora da imparcialidade dos órgãos de comunicação social. Ele, que nas vésperas das eleições de 1975 assaltou e controlou todos os órgãos de comunicação social e que tentou a lavagem ao cérebro do povo português, a que este com pureza e dignidade soube pôr cobro.

*Aplausos do PSD e protestos do PCP.*

Ele, que outra coisa não pretende que repetir a experiência! Ele, que nesse mesmo ano violou em Portugal, sistemática e friamente, todos e cada um dos direitos do homem! Basta de desafeto!

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Nós não recebemos lições de tais senhores, nem, aliás, daqueles que, nos anos em que

detiveram o Poder, se revelaram incompetentes, mas muito abertos ao nepotismo no preenchimento de lugares na comunicação social ou fora dela.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por outro lado fazem-nos sorrir as pretensas lições de «coerência» dos que estão sempre, sempre, ao lado do Poder, que só estão desiludidos e só têm nojo da política quando não estão no Governo, que conseguem o verdadeiro milagre de apoiar sucessivamente Governos tão diferentes como este e o anterior, revelando assim que o seu único objectivo não é o bem do povo, mas o Poder a qualquer preço.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Finalmente, apresentámos esta moção de rejeição porque queremos saber quem espera beneficiar da actuação do Governo, quem, com o Presidente da República, se responsabiliza pela sua actuação, quem lhe passa um «cheque em branco» para desenvolver sem controlo os seus projectos ambiciosos.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os Portugueses debatem-se com temíveis problemas no seu dia-a-dia. A subida dos preços, o desemprego, a falta de casas, o caos no ensino, a grave situação dos reformados, o desamparo dos pequenos agricultores ...

*Risos do PS e do PCP.*

..., as crescentes dificuldades nos transportes, etc., ai estão, em grande parte resultado da catastrófica gestão dos dois partidos da maioria marxista e também dos Governos da responsabilidade do Presidente da República. Eles terão em breve nas urnas a merecida sanção, que evitará que Portugal continue num caminho de ruína e de miséria que vem trilhando.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — É evidente que a resolução de fundo destes problemas só pode encontrar-se no âmbito de uma Assembleia em que haja uma nova maioria que não seja só para votar leis como a tal maioria agora estrechante mas sobretudo para sustentar governos estáveis de que o País precisa.

No entanto, o Governo devia ter-se preocupado predominantemente em explicitar medidas pontuais que, ao menos, pudessem minorar um ou outro desses problemas.

Não é isso que este Governo se propõe fazer. Não dá mostras de isenção. Por isso, naturalmente, votaremos a rejeição do seu Programa, única atitude compatível, quer com a seriedade total das próximas eleições, quer com o aumento do bem-estar e da qualidade de vida dos Portugueses.

*Aplausos do PSD e de alguns Deputados do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Inscreveram-se para pedir esclarecimento ao Sr. Deputado Pedro Roseta os nossos colegas Lopes Cardoso, Carlos Brito e Sousa Marques.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Lopes Cardoso, com muito gosto, aliás, mas quero prevenir-lhe de que

na reunião de hoje apenas dispõe de dois minutos. Se o Sr. Deputado exceder os dois minutos, o tempo será levado em conta na sessão de amanhã.

Tenha a bondade, Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (Indep.): — Sr. Presidente, antes de começar pretendia dar um esclarecimento, na medida em que V. Ex. não tinha obrigação de saber. Eu não pedi a palavra para pedir esclarecimentos, mas para formular um protesto, o que, nos termos regimentais, suponho que não conta para o tempo disponível.

O Sr. Presidente: — Esclareço o Sr. Deputado Lopes Cardoso de que o protesto conta também para o tempo

O Sr. Lopes Cardoso (Indep.): — Então vou procurar não ultrapassar os dois minutos, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — V. Ex. vai ser sintético, como é habitual, e não exceder os dois minutos.

O Sr. Lopes Cardoso (Indep.): — Vou tentar, Sr. Presidente.

...retendo formular um protesto porque houve nas afirmações do Sr. Deputado Pedro Roseta uma passagem que eu entendo que os Deputados presentes na Assembleia não podem deixar passar em claro. Refiro-me à interpretação que ele dá quanto ao sentido do voto daqueles que se encontram neste hemicílio.

O Sr. Deputado Pedro Roseta disse que aguardava o voto da moção de rejeição para concluir quem entendia beneficiar com a passagem deste Governo. Talvez o PSD quando votou a favor de outros Governos o fizesse porque esperava beneficiar desses Governos. Mas eu penso que a maioria dos Deputados desta Assembleia votam a favor ou contra um Governo porque entendem que estão a beneficiar aqueles que aqui representam, isto é, o povo português, e não estão, de maneira nenhuma, a procurar benefícios para si próprio, nem para o partido que representam. Um entendimento destes não significa os partidos, não significa a Assembleia e não pode ser passado sob silêncio.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Também eu pedi a palavra, não para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Pedro Roseta, mas para formular um protesto em nome do meu grupo parlamentar.

Em nome do Grupo Parlamentar do PCP protesto contra os insultos e as calúnias que o Sr. Deputado Pedro Roseta dirigiu contra o meu partido, que, aliás, levantou a voz da nervosismo em que se encontram o Sr. Deputado Pedro Roseta e o PSD/PPD.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Estrebuchante!

O Orador: — Eu verdade tem boas razões para

... Ainda na segunda-feira eu me dei conta desta situação na tribuna dos oradores falava o Sr. Deputado Malaquias Mota; na tribuna do Governo encontrava-

vam-se o ex-Deputado Sousa Franco, o Dr. Sá Borges, um dirigente muito destacado do PSD, como é conhecimento geral, e o engenheiro Joaquim Lourenço; na bancada da imprensa estrangeira, assistindo ao debate e, evidentemente, não solidário com as posições do PSD, encontrava-se o Dr. Emídio Guerreiro, ex-secretário-geral desse partido, e na bancada do PSD encontrava-se o Dr. Sá Carneiro, ladeado do Deputado Pedro Roseta e do Deputado Bento Gonçalves. Olhando para este quadro, não se comprehende que o PSD tenha razões para estar nervoso e desesperado?

Risos do PS.

O PSD apostou na revisão antecipada da Constituição. Perdeu. O PSD apostou num referendo e tudo indica que perdeu. O PSD apostou em levar o Governo Mota Pinto até às eleições intercalares e conseguir por essa forma não haver realmente eleições, mas sim realizar um plano concreto e directo de assalto ao Poder. Perdeu. O PSD está hoje consciente de que em relação a consulta popular vai perder também.

Aplausos do PCP.

Por tudo isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tomamos os insultos e as calúnias como o grito desesperado dos derrotados.

Aplausos do PCP

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O estilo e a forma do Deputado Pedro Roseta são bem conhecidos e não merecem comentários. No entanto, gostava de lhe pedir algum conteúdo para as respostas, que pedia claras, às perguntas que lhe vou fazer.

Já a Sr." Deputada Helena Roseta referiu aqui no último dia que estava preparada pelo anterior Governo uma campanha no sentido de combater a abstenção para as eleições.

Também hoje o Deputado Pedro Roseta garantiu que essa campanha estava preparada pelo defunto e enterrado Governo Mota Pinto.

É compreensível que seja preocupante para a família do PSD que um Governo que estava a preparar uma campanha — e nós imaginamos que campanha seria — tenha sido demitido e substituído por um Governo que pelos vistos o PSD quer a viva força que continue essa campanha.

A primeira questão que se põe é a de saber que campanha é essa. O PSD ainda não desistiu de levar pela arreata o povo português ao voto, até porque sabe que ele está cada vez mais consciente.

Protestos do PSD.

O Orador: — Eu agradecia que me deixassem continuar.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, peço a vossa atenção para o orador.

Queira continuar, Sr. Deputado Sousa Marques.

O Orador: — Sr. Presidente, eu gostaria de continuar, mas com todo este burburinho é difícil

A segunda questão era esta: o Sr. Deputado Pedro Roseta fala, com ar convencido, de uma nova maioria. Claro que isso é uma coisa em que ninguém acredita e até pensamos que os inventores desta nova maioria também não acreditam nela. Mas não estarão por essa via a tentar, já à partida, retirar o sentido útil às eleições que se irão realizar?

As duas últimas questões que gostaria de colocar referem-se a afirmações já aqui produzidas hoje nesta Câmara. Para o Deputado Amaro da Costa o Governo Mota Pinto era um bom Governo de gestão e até era um bom Governo para preparar as eleições intercalares. Para o Deputado Pedro Roseta passa-se o mesmo? Pensa o Sr. Deputado que o Governo Mota Pinto poderia ser de facto um bom Governo de gestão e um bom Governo para preparar as eleições intercalares?

Por último, também foi aqui dito pelo Sr. Deputado Amaro da Costa que o CDS não é pelas eleições a todo o preço. Isto é, o CDS até já nem é pelas eleições.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — O Sr. Deputado!

O Orador: — O Deputado Amaro da Costa lá sabe porquê!

*Protestos do CDS.*

O Orador: — Eu pergunto ao Sr. Deputado Pedro Roseta...

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Isso é de uma cobardia incrível, Sr. Deputado!

O Orador: — Sr. Deputado Carlos Robalo!

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Deputado, faça as perguntas e não utilize...

O Orador: — Sr. Deputado Carlos Robalo, se não se importa, não meta tanta água!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — O Sr. Deputado e que está a afundar-se.

O Orador: — Quanto ao Sr. Deputado Pedro Roseta, gostava de lhe perguntar se o PSD também não é pelas eleições a todo o preço. Isto é, o PSD também tem medo das eleições?

O Sr. Presidente: — Queira responder, Sr. Deputado Pedro Roseta, se assim o entender.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Se alguém tivesse dúvidas sobre quem está a estrebuchar desesperada e desvairadamente, teve agora a prova

*Risos do PS e do PCP.*

O Partido Comunista Português, como todos aqueles que se arrogam detentores de uma verdade que só deles, julga-se no direito de impor e de qualificar objectivamente as posições dos outros.

O Partido Comunista Português, que foi de todos os partidos políticos que têm existido em Portugal, desde que os partidos apareceram no século passado,

aquele que mais grosseiros insultos, mais sordidos processos utilizou nestes últimos cinco anos, vem agora, qual virgem, com a virgindade milagrosamente recuperada...

*Risos.*

..., ousar-se sentir-se ofendido quando se repete aquilo que eu aqui disse, que foram apenas verdades, e foi apenas uma parte ínfima da verdade.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Muito bem!

*Risos do PS e do PCP.*

O Orador: — Mas a vossa arrogância e o vosso desespero deixam-nos indiferentes.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Faz o mal e a carabinha!

O Orador: — Sr. Deputado Carlos Brito, o Partido Comunista Português, partido que faz o mal e a carabinha, como eu costumo dizer — fazem bem em recordar-me essa, de que já me ia esquecendo...

*Risos.*

— não tem qualquer autoridade moral ou política, ou qualquer outra, para fazer protestos desses. Volto a repetir aquilo que já lhes disse: desprezo-os e rio-me deles.

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

*Protestos do PCP.*

O Orador: — Já agora peço-lhes para me deixarem continuar. Estrebuchem, sim, mas com menos barulho. Não nos massacrem com esse estertor.

*Risos do PS e do PCP.*

O Sr. Deputado tirou conclusões do facto de há dias, em diferentes locais deste hemicílio, se encontrarem dissidentes do PSD que, ao que parece, entram em Governos de todo o caráiz. Mas a conclusão que eu tirei, Sr. Deputado Carlos Brito, é que é grande o Partido Social-Democrata que dá para estes Governos todos.

*Aplausos do PSD e risos do PS e do PCP.*

Aquilo que para nós são meras sobras, que desprezamos, os outros apanham-nas avidamente. Se calhar o Partido Comunista também as queria!

*Aplausos do PSD.*

O PCP está com inveja de ainda não ter apanhado nenhuma sobra!

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

*Protestos do PCP.*

O Orador: — Ao contrário daquilo que o Sr. Deputado afirmou, nós não apostámos em aguentar o Governo Mota Pinto até às eleições intercalares — e aí respondo aos dois Srs. Deputados que me interpelaram. É evidente que nunca quereríamos que houvesse um Governo de gestão que, tal como acontece

com este, tivesse oposição de dois ou eventualmente de três dos grandes partidos que receberam o sufrágio popular, embora sem se esquecer que esses partidos foram ordenados: há um primeiro, há um segundo, há um terceiro e há um quarto, que é o vosso.

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Portanto, estariamos abertos, como, aliás, foi sugerido por órgãos dirigentes do nosso partido, a que o anterior Primeiro-Ministro fosse para férias, pois havia um Vice-Primeiro-Ministro. Estávamos abertos a que fosse nomeado um Governo de gestão isento e imparcial, que não é o caso deste, como largamente demonstrei.

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas pergunto aos Srs. Deputados do PCP, que afirmaram que nós queríamos coisas que não conseguímos, o que é que consegue o PCP. O PCP quis impor em Portugal uma democracia do tipo do Leste da Europa, mas perdeu; quis aquecer-nos ao «Sol da Terra», mas perdeu...

*Risos do PCP*

...: quis a democracia que não era parlamentar, como disse o seu secretário-geral — ou se não o disse, pelo menos praticou-o, o que ainda foi pior —, mas perdeu.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quis subverter as forças armadas e tomá-las, mas perdeu.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Ai o Sá Carneiro tem mais êxito!

**O Orador:** — Quis ter a maioria em sucessivas eleições, mas sucessivamente perdeu, e foram quatro vezes: perdeu nas primeiras, perdeu nas segundas, perdeu nas terceiras e perdeu nas quartas. Isto é que é um partido que perde!

**Vozes do PSD:** — E nas próximas também vai perder!

*Protestos do PCP*

**O Orador:** — Agora o PCP quer ganhar as quintas eleições, mas é evidente que perderá, e por isso que está todo desesperado.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — O seu partido ganhou-as todas!

**O Orador:** — Até porque, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a História não mostra nenhum caso — eu nunca vi — em que jamais um partido comunista tenha ganho e tenha subido ao Poder por eleições livres.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Ignorância!

**O Orador:** — O vosso desespero e a vossa arrogância não nos preocupam. Um dos Srs. Deputados comunis-

tas falou em nome do povo português, esquecendo-se que até ver só pode falar em nome de 14% ...

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — 14,6%.

**O Orador:** — ..., e tudo o mais é um abuso. Nós não lhe damos autorização para falar em nome de 25% do povo português que nós representamos. Isso é um mero abuso que levamos à conta da megalomania e da avidez do PCP que, como quis o Poder todo, agora quer o povo todo, mas o povo é muito grande e não o conseguem comer.

*Risos.*

A propósito da campanha contra a abstenção, o Sr. Deputado Sousa Marques veio revelar aquilo que todos nos sabíamos — e que o povo português também já vai sabendo —, que ao PCP não interessa que haja da parte deste ou de qualquer outro Governo um apelo ao voto e contra a abstenção. O PCP quer certamente repetir as campanhas feitas pelo aparelho do Estado para o voto em branco. Não sei se o seu partido teve alguma coisa a ver com isso. Se não teve, foi por pouco. Das campanhas para o voto em branco — que o Sr. Deputado gostava, mas o povo português sabe que o PCP não quer as campanhas contra a abstenção por um motivo único: e que assim poderá subir as suas percentagens e ter uma visão falsificada do corpo eleitoral. O povo não se deixará subverter por esses vossos *mots d'esprit* e dar-vos-á a resposta que merecem.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — O que era a campanha?

**O Orador:** — Qual campanha? O que se sabe é que todo e qualquer Governo deve apelar a que se vota.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Da-me licença que o interrompa, Sr. Deputado

**O Orador:** — Agora não, deixe-me acabar. Portanto, essas campanhas de apelo ao voto têm lugar em todos os países. Certamente viram fotografias, se e que não gostam de passar por Espanha,

*Risos do PCP*

Eu disse fotografias porque não sei se os Srs. Deputados gostam de ir a Espanha, a França. Vão para saltam logo para o outro lado. Mas com certeza viram fotografias do que se passou em Espanha, em França e outros países, onde todos os Governos — e nem só o seu partido se insurge contra isso — se sentem na obrigação de apelar pura e simplesmente ao voto, o que é essencial para a democracia.

Todos sabem que em 1926 um dos factos que querímos, quer não, a História o diz — houve muitos outros, mas este foi uma das gotas de água que, a partir a taça —, levou ao descrédito da democracia da 1.ª República em Portugal, foi efectivamente o aumento da abstenção nas últimas eleições.

Quanto ao Sr. Deputado Lopes Cardoso, digo-lhe que um Governo destinado essencialmente a preparar e a assegurar as eleições e, a nosso ver, um Governo de gestão — mantenho em absoluto a minha opinião. Só a mentalidade censória das pessoas que têm uma

concepção do mundo que julgam a verdade absoluta e que pode protestar contra uma simples opinião

o Sr. Deputado terá a sua opinião e eu terei a minha. Entendo que no caso deste Governo aquilo que afirmei é inteiramente verdade. Se o Sr. Deputado não está de acordo, afirme-o nas suas intervenções, mas não queira impor aos outros as suas opiniões. E aqui, louvando-me do Deputado socialista que me antecedeu, dir-lhe-ei que a situações diferentes têm de corresponder atitudes diferentes. Mas o que os senhores não querem é perceber aquilo que é evidente: este Governo é um caso especial. É, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um Governo que vai governar com a Assembleia fechada. É um Governo que não pode ser controlado pelos mecanismos democráticos. E quem não quer ver isto efectivamente tem, não uma trave, mas uma casa nos olhos. E não há maior cego do que aquele que não quer ver.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Vital Moreira (PCP): -- O Amaro da Costa ficou deslumbrado!

O Sr. Lopes Cardoso (Indep.): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Lopes Cardoso pediu a palavra e informo-o de que ainda dispõe de um minuto do tempo que lhe estava destinado para hoje.

O Sr. Lopes Cardoso (Indep.): — Espero gastar apenas trinta segundos para dizer ao Sr. Deputado Pedro Roseta que não pretendo impor-lhe coisa nenhuma. Nunca o pretendi e muito menos depois de ter percebido que o PSD é grande e que o Sr. Deputado Pedro Roseta é o seu profeta.

*Risos gerais.*

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não desejo formular nenhum contraprotesto nem nenhum pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Pedro Roseta, apenas pretendo dar um muito breve esclarecimento à Câmara relativamente a uma pergunta que há pouco dirigimos à bancada do PSD.

Na verdade, na segunda-feira, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta havia feito alusão a uma campanha contra a abstenção que estaria preparada pelo Governo Mota Pinto e hoje o Sr. Deputado Pedro Roseta também fez alusão a essa campanha. Interrogámos a bancada do PSD a esse respeito, porque a questão é extremamente relevante. Em nosso entender, essa campanha não é da competência do Governo, muito embora entendamos que o Governo deve fazer tudo para criar um clima propício a que as eleições se realizem com total respeito pelas regras democráticas e pelas regras constitucionais. As campanhas que devem incentivar o voto dos portugueses, as campanhas que devem contrariar tendências eventuais para

a abstenção, devem partir da Comissão Nacional de Eleições.

Era este o esclarecimento que queria dar.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — E é isso que está na lei.

A Sr.<sup>a</sup> Helena Roseta ((PSD)): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade.

A Sr.<sup>a</sup> Helena Roseta (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É para dar um esclarecimento acerca da campanha contra a abstenção, a qual, pelos vistos, levantou muita confusão na cabeça dos Deputados do Partido Comunista Português.

Creio que toda a gente está recordada de uma campanha promovida nas últimas eleições pelo STADE na Radiotelevisão, convidando as pessoas a votar, explicando como é que se votava, portanto uma campanha cívica. Seria uma do mesmo tipo, promovida pelo mesmo departamento ..

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Também foi alterado!

A Oradora: — ..., que estaria preparada neste momento para arrancar com as novas eleições. O que perguntámos ao Governo foi se, efectivamente, ia andar para a frente com esta iniciativa e ainda não temos resposta. Se o PCP tem dúvidas acerca do tipo de campanha que é, o Sr. Ministro da Administração Interna é que pode responder-lhe, porque é quem está no Governo e pode dizer o que se passa no seu departamento.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, creio que a grande maioria dos Deputados desta Assembleia está ciente de que actualmente a competência para promover uma campanha como a que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta acaba de referir não pertence ao Governo nem a qualquer serviço governamental, mas sim à Comissão Nacional de Eleições. É isso que consta da lei que nós aprovámos já, no decorrer da presente sessão legislativa.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não vou perguntar ao Sr. Deputado Carlos Brito se era da competência do MFA organizar campanhas preconizando o voto em branco. Julgo que, para apelar ao voto, todos os órgãos do Estado, todos os partidos e todas as associações cívicas são poucos, porque sem voto maciço não há democracia.

Digo ao Sr. Deputado Lopes Cardoso que acolhi com simpatia a sua última intervenção. Ainda bem que afinal agora já aceita as opiniões diversas e não protesta contra elas. Talvez o seu protesto tenha sido excessivamente apressado.

Eu não sou nem quero ser profeta de nada, mas ainda bem que reconhece que o PSD é grande — e só lhe desejo que o Sr. Deputado não seja profeta de uma organização ou de um partido que não tenha ninguém e que, como Santo António, tenha de ir pregar aos peixes.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Adjunto para a Administração Interna

O Sr. Ministro Adjunto para a Administração Interna (Costa Bras): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Considero como adequado e oportuno lembrar aqui duas frases do Programa do Governo, que neste momento já foi objecto de leitura calma e atenta por parte de VV. Ex.º: «A acção do Governo será marcada por uma preocupação de evitar condicionamentos negativos à acção dos governos «futuros», e mais adiante, (...) está em causa não só a continuidade no tempo que a gestão minimamente responsável do Estado democrático exige, mas também a solidariedade para além das divergências políticas no quadro das responsabilidades governativas». E acrescentaria que nessas preocupações, e também consta do programa, se inclui um clima de serenidade que já hoje aqui vi algumas vezes um tanto perturbado.

Fazer tais afirmações neste momento poderá parecer fácil e ineconsequente. Mas elas não só porque constituem um compromisso sobre a essência ético-política de um projecto de acção do Governo, necessariamente orientador da actividade sectorial a minha responsabilidade, como porque, devendo ser sempre princípio a seguir, talvez tenha sido anteriormente tão esquecido por alguns — se alguma vez foi lembrado — que estará na base de alguns comentários que entendo dever fazer nesta tarefa de aditar, responder e esclarecer de que me sinto incumbido e a que gostamente correspondo.

Pelo rigor da limitação em tempo e pela relevância actual das matérias, cingir-me-ei a apenas duas das áreas de acção por que sou institucionalmente responsável e com um conjunto de problemas que considero com a dignidade para trazer a esta tribuna: a administração local e o acto eleitoral. E por esta ordem o farei.

A valorização das formas de vivência colectiva e democrática tem no poder local a sua expressão porventura maior. Este Governo atribui especial relevância às questões com ele relacionadas. E fá-lo na convicção de que essa forma integrar uma concepção moderna de estrutura do Estado democrático, de que o poder local é componente essencial enquanto meio fácil e eficaz de proporcionar a participação das populações na vida política. A «proximidade», a «vizinhança» entre a Administração e o cidadão conduz a uma maior «produtividade» dos poderes e dos meios que as leis conferem aos seus órgãos.

Mas fá-lo ainda porque considera o poder local como um forte obstáculo a propensões concentracionistas e a tentações totalitárias.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Orador: — Não está isento de nuvens o futuro do poder local no nosso país. É que o seu presente aparece frequentemente comprometido pela ineficácia, pelo emaranhado de problemas por resolver ou cujas soluções se não enquadram em nenhum edifício coerente.

Indiferente à valorização da participação das populações na vida local, a administração tem permanecido atavicamente impotente para proceder à desconcentração de funções que atenuam os desequilíbrios regionais e ao estabelecimento de mecanismos e instrumentos de coordenação entre os sectores que integram a Administração.

**Vozes dos Deputados independentes social-democratas:** — Muito bem!

O Orador: — Também sem cuidar da necessária instituição de órgãos coordenadores e, o que é mais grave, sem previsão definida das zonas de acção dos diferentes serviços, assim criando sobreposições ou total ausência de bases geográficas de referência idênticas para a capacidade delegada pelos diferentes serviços. Não é de estranhar, assim, que existam neste momento 43 divisões diversificadas para diversos serviços

Veja-se, entretanto, o exemplo das finanças locais. Ninguém de bom senso duvidará que a capacidade financeira a crescer (dos municípios) exige que esses mesmos municípios disponham de uma capacidade técnica robustecida. Todavia, são bem conhecidas as dificuldades dos eleitos locais em dispor de meios técnicos capazes de dar a rentabilidade adequada aos meios financeiros de que já dispõem. E a verdade, porém, é que os responsáveis pelo poder local serão sempre os responsáveis pela sua eficácia — e pela sua ineficácia — perante os eleitores.

Sucedeu que a Lei das Finanças Locais, que nos trabalhos preparatórios realizados em tempo no âmbito do Ministério da Administração Interna sempre fora entendida como um meio e não um fim, como detonador de um conjunto de medidas, conheceu uma solução insatisfatória por falta de adequado acompanhamento, por parte do Executivo, de que resultou não terem sido devidamente pesados e analisados os efeitos e programadas as acções a desencadear no seu quadro e âmbito.

Estiveram ausentes, entre outros, os necessários mecanismos de transição, da mesma forma que não se soube ou não se possuiu a vontade política de resolver os problemas de adaptação dos sectores em que mais directamente se reflectia: os Ministérios da Administração Interna, da Habitação e Obras Públicas e das Finanças e do Plano.

Entendida como questão nuclear da problemática do poder local, a Lei das Finanças Locais viu-se transformada em finalidade — cujo entendimento global não terá sido claro nos diversos níveis de interesse, nomeadamente pela ausência de adequados esclarecimento e enquadramento que estavam previstos e cujo

incumprimento ou protelamento arrastou e arrasta efeitos gravosos para a economia nacional e constitui mais um previsível factor de tensão.

A superação desses vários efeitos negativos tem, assim, de ser obtida através da adopção de adequadas medidas técnicas e administrativas — essencialmente de carácter operacional — que conduzam à maximização da aplicação dos recursos disponíveis. Isto é tanto mais imperativo quanto é certo que não podemos iludir justas expectativas e nos encontramos numa conjuntura económica difícil.

Situam-se neste campo os gabinetes do apoio técnico às autarquias locais, cujo lançamento se fez já lá vão mais de quatro anos. Funcionando ao nível de agrupamentos de municípios, embriões de áreas de melhor dimensionamento para maior rentabilidade de meios e de acções coordenadores, eles são hoje talvez o principal, quando não único, apoio técnico local aos municípios, ao mesmo tempo que através deles se exerce a resolução integrada dos problemas não só de um município, mas de vários. E as experiências colhidas nesse campo são altamente compreensivas.

Também a Lei n.º 79/77, aprovada por esta Assembleia e cuja revisão não chegou a concretizar-se, embora prevista e datada no próprio texto legal, constitui uma fonte de desajustamentos e insuficiências.

O poder local fortalecido que nos é exigido como garante da perenidade de um Estado democrático não é hoje ainda uma realidade coerente e que exprima a participação dos cidadãos na vida democrática local. Corrigir as suas distorsões, tornar operacionais os seus instrumentos, adequar os meios humanos e técnicos às exigências actuais, tais são, em resumo, os fins que se propõe este Governo nessa área na proporção que o tempo lhe permitir.

Quanto aos objectivos, dimensionamento das áreas geográficas e progressividade de acção, temos o apoio e o conselho prudente que resultou da conferência dos Ministros responsáveis pelas autarquias locais que, honrosamente para Portugal, teve lugar em Lisboa, em Outubro de 1977, e tão esquecidos têm sido.

Temos consciência de que se trata de uma reformulação da estrutura do Estado que sob vários riscos impõe uma exactidão de quadro geral de actuação, rigorosamente planificado e coordenado na sua execução no tempo e em que não pode haver dispersão de acções e malbaratamento de recursos, exigindo futura plena convergência e reciproco esclarecimento do Governo e desta Assembleia.

Ao entender assim o problema, o Governo está consciente de que, por um lado, tem o dever de prosseguir tarefas iniciadas há muito e preparar uma actividade normal sem sobressaltos para o Executivo que lhe suceder. Por outro lado, e de imediato, não esquece a importância legalmente reconhecida aos municípios na preparação e execução do acto eleitoral, cuja liberdade e autenticidade são elementos essenciais.

Contrariamente a algumas ideias que têm vindo a ser criadas, induzidas e desenvolvidas, as eleições livres num país democrático devem constituir um acto rotineiro e a preparação do acto eleitoral rodeada de normalidade. De facto, não parece ser esse o caminho que as coisas têm tomado, gerando-se prejudiciais confusões em espíritos já perturbados e menos

esclarecidos, alguns lamentáveis equívocos sobre pessoas, ou o desenvolvimento elaborado e especulativo de processos de intenção sem se cuidar de qualquer fundamento que minimamente os justifique.

Temos que as normas reguladoras das próximas eleições intercalares estão definidas em diplomas aprovados por esta Assembleia no uso da sua competência reservada. Mas, para além disso, a actualização recente do recenseamento segue e reforça a determinação constitucional da universalidade do sufrágio, agora sobre cadernos actuais e permanentes.

As candidaturas que surgirem têm de obedecer aos condicionamentos expressos nessa lei; as organizações partidárias que as subscreveram ou já foram ou hão-de ser objecto de aceitação expressa pelo Supremo Tribunal de Justiça.

O que falta então para assegurar a completa tranquilidade de alguns espíritos supostamente inquietos? A isenção do Governo em geral e do Ministro da Administração Interna em particular? Os mecanismos de controlo da veracidade do acto eleitoral? O incentivo ao voto e as acções redutoras da abstenção?

Não sera, afinal, demasiado repetir que o Ministério da Administração Interna tem o encargo exclusivo e singelo, mas sem dúvida complexo, de assegurar os aspectos técnicos e administrativos dos actos eleitorais.

Mesmo que ao Governo e ao Ministro faltasse a vontade do exacto cumprimento do compromisso de isenção aceite e assumido, sabe bem esta Câmara, acrescentaria tem a estrita obrigação de o saber, com tão numerosos e ilustres juristas, como e quanto são intervenientes directos e inteiramente responsáveis no processo as autarquias, com representação pluripartidária, os próprios partidos políticos, como tais, os tribunais e a Comissão Nacional de Eleições — esta também com composição pluripartidária. Para melhor clarificação, às autarquias cabe a organização do acto eleitoral na sua área restrita: aos tribunais o julgamento dos contenciosos, a apreciação do ilícito eleitoral, incluindo a regularidade das candidaturas e o sorteio das listas e à Comissão Nacional de Eleições, que se rege por um diploma aprovado nesta Casa, cabe o esclarecimento objectivo dos cidadãos, assegurar a igualdade de tratamento das candidaturas e outras funções essenciais expressas na lei.

É ponto de confiança do Ministro da Administração Interna que os representantes dos partidos nas instâncias referidas virão a pôr, nas tarefas que lhes estão cometidas, a isenção de juízos e acções que, dignificando o acto eleitoral, os dignificara a eles próprios.

Resta, neste campo das pretensas interrogações, a questão das eventuais abstenções. Todos nós entendemos o acto de votar como um direito político e um dever cívico. A estreita colaboração que sempre tem existido entre o Ministério da Administração Interna e a Comissão Nacional de Eleições tem conduzido à completa disponibilidade dos recursos do Ministério para a prossecução dos fins cometidos a ambos. Também agora não faltará esta colaboração e se alguma dúvida restasse, ai está a afirmação que aqui foi feita de se conhecer a existência de um programa de acção tendente ao esclarecimento e incentivo ao cumprimento daquele dever. Se outras conclusões se não tirassem dessa afirmação, surgiria, pelo menos, a da

transparéncia, se não das paredes, das acções que desde o seu inicio caracteriza o Secretariado Técnico para o Processo Eleitoral.

Mas também aqui, seja-me permitida alguma perplexidade: Quem melhor de que os partidos pode estimular o voto pela convicção, pelo entusiasmo que transmitam, pelos objectivos que possuam, pela confiança que conquistarem, pela lógica da argumentação, pelas alicientes do futuro que ofereçam e se propõham cumprir, pelo civismo, correção e feição instrutiva e construtiva da campanha eleitoral que conduzam em reuniões, em comícios ou nos órgãos de informação?

A resposta está assim, na grande maior parte, nas vossas mãos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como hei-de eu, como há-de o Governo, como há-de o povo português entender as suspeções gravíssimas e ofensivas da dignidade de cada um e que ultrapassam largamente o que se entende ser carialmente associável a uma posição política?

**Vozes do PS:** Muito bem!

**O Orador:** Com que surpresa, lamentável surpresa e até mágoa, sabemos essas afirmações produzidas por pessoas de elevada relevância na vida política do País e aos quais se associa ou deve associar uma ideia de absoluta responsabilidade pelas suas afirmações? Qual o grau de respeitabilidade em que devo ter essas personalidades?

**Vozes do PS e dos Deputados independentes sociais-democratas:** Muito bem!

**O Orador:** Cabe-me a mim demonstrar pelos actos, como tenho feito até aqui, o que afirmo como meu propósito.

Não deixa de ser estranho que só agora se levante a questão nos termos em que isso é feito. Permito-me admitir como retardado e serôdio o esboço de calúnia, face à participação que tive nas eleições de 1975 e municipais de 1976, das quais não conheço qualquer impugnação.

**Vozes do PS:** Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com a frontalidade com que sempre considerei dever processar-se a ligação e cooperação entre o Governo e a Assembleia da República, não posso deixar de levantar duas questões sobre as quais tem de haver entendimento e resolução a curtíssimo prazo: Uma é a que se prende com a cobertura da lacuna legislativa acerca da execução financeira eleitoral, em complemento da Lei n.º 14/79, outra é a apreciação da problemática legislativa inerente às eleições para as autarquias locais.

Tanto a primeira como a segunda poderiam ter sido tratadas em devido tempo, quer pelos Governos que nos antecederam, quer pela Assembleia da República. Não o foram. Teremos de o fazer agora se, como espero, o diálogo for um dos exemplos que possamos e queirarmos dar aos descrentes da vivência democrática que tanto tem custado a cimentar.

**Vozes do PS:** Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Abreu Lima.

**O Sr. Abreu Lima (CDS):** — Sr. Ministro Adjunto para a Administração Interna: Se bem entendi, a sua intervenção, na parte que se refere ao poder local, pareceu-me que V. Ex.<sup>a</sup> teria afirmado que discordava da aplicação da Lei das Finanças Locais tal qual como ela foi aprovada nesta Assembleia, não se deixando um prazo transitório para que houvesse uma adequação dos municípios à actualização das receitas municipais. E pareceu-me que V. Ex.<sup>a</sup> discordava tanto desta situação que considerava a Lei das Finanças Locais, pelo menos neste ano, não um meio, mas um fim.

Não sei se interpretei bem a opinião de V. Ex.<sup>a</sup> quando se referiu ao poder local. Mas, se assim é, e se não estou errado no entendimento da opinião de V. Ex.<sup>a</sup>, gostava de lhe perguntar como é que se pode coadunar o seu ponto de vista com o que se passou nesta Casa em relação à Lei das Finanças Locais. Depois de várias vicissitudes, depois de vários meses de discussão dos projectos e das propostas relativas à Lei das Finanças Locais, ela foi aprovada nesta Câmara por unanimidade. E ainda este ano, aquando da discussão da proposta de lei sobre o Orçamento Geral do Estado, contra a opinião e a proposta do Governo, a aplicação da Lei das Finanças Locais foi decidida também por unanimidade, pelo menos nos termos em que ela está aprovada, o que significa que esta Câmara deliberou que as receitas municipais provenientes da aplicação da lei serão para ser aplicadas por deliberação deste Órgão de Soberania.

Julgo que, se não entendi mal o que V. Ex.<sup>a</sup> afirmou, há discordância entre a sua opinião e a deliberação desta Câmara e gostaria que me esclarecesse sobre este assunto.

**O Sr. Presidente:** Sr. Ministro Adjunto para a Administração Interna, ainda se inscreveram para lhe solicitar esclarecimentos os Srs. Deputados Rui Pena e Vital Moreira. V. Ex.<sup>a</sup>, como sabe, pode responder separada ou conjuntamente. Deseja responder agora ou no final?

**O Sr. Ministro Adjunto para a Administração Interna:** Respondo no final, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Então tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

**O Sr. Rui Pena (CDS):** — Sr. Ministro, o seu discurso e o discurso que esperávamo de Ministro Costa Brás, mas, devo declarar, no que respeita ao poder local não nos trouxe nenhuma novidade. V. Ex.<sup>a</sup> limitou-se a referir aquilo que na normalidade do conjunto dos países democráticos se deve entender por um poder local livre, democrático, forte. Mas no seu discurso V. Ex.<sup>a</sup> não aludiu às dificuldades reais do poder local em Portugal.

É de resto esta uma das pechas de todo o Programa do Governo: é um programa de Governo feito para um país ideal, não é um programa de governo feito à medida do Portugal de hoje.

Concretamente, relativamente à Lei das Finanças Locais, Lei n.º 79/77, todos os partidos democráticos que a votaram por unanimidade têm a consciência de que a lei não é de forma nenhuma a lei ideal para governar um poder local, mas é a lei que foi possível, num determinado momento, votar e fazer aprovar nesta Câmara.

Todos sabemos que o nosso poder local sofre de toda uma série de estrangulamentos. Todos sabemos que, efectivamente, havia e há muito que fazer pelo poder local, mas aquilo que ouvi do Sr. Ministro foi que isso incumbia ao Governo, que incumbia aos Governos anteriores e, naturalmente, ao Governo que agora se apresenta, que vai ajustar o poder local, que vai tentar suprir todas as deficiências, que vai tentar, por assim dizer, ditar regras a esse poder local.

Concretamente, referiu-se V. Ex.º às experiências dos GATS, à necessidade de coordenar e desenvolver a política de distribuição de competências entre o poder central e o poder local. Todos estamos de acordo. Simplesmente, da parte do Sr. Ministro, houve nitidamente a ideia de que isso deveria partir do Governo, como benesse relativamente ao poder local, não devia partir de uma definição desse mesmo poder local e dos mecanismos próprios, que ao Governo incumbia desenvolver para dar a e se poder local a própria capacidade de ser ele mesmo a auto-definir-se, a auto-regulamentar-se e exigir do Governo Central aquilo que lhe permita poder desenvolver-se harmonicamente e produzir aquela maximização de recursos a que V. Ex.º aludiu.

Tudo isto vem a propósito da pregunta que lhe queria fazer. É realmente a política do Ministério da Administração Interna, que V. Ex.º aqui nos definiu sumariamente, compatível com aquela descentralização a que a Sr.º Primeiro-Ministro aludiu no seu discurso? Descentralização que, como muito bem disse a Sr.º Primeiro-Ministro, visava e devia partir da própria organização de base das autarquias locais, desse poder local verdadeiro que se opõe ao Poder Central e que, esse sim, é defesa da própria democracia e vacina contra todas as experiências totalitárias.

Uma outra pergunta, Sr. Ministro. Aludiu V. Ex.º, no que respeita ao processo eleitoral, às suspeções que havíamos feito a propósito do seu Ministério. Não foi de forma nenhuma, pelo menos no que respeita a esta bancada, uma suspeição pessoal. Quero referir que pessoalmente a acção do Sr. Ministro Costa Brás foi uma acção que pelo menos, quer nos Governos provisórios, quer no I Governo Constitucional — devo declará-lo e fazer-lhe justiça —, lançou as bases de um verdadeiro poder local no nosso país. Também devo dizer que a experiência de V. Ex.º à frente do ministério que por natureza estava encarregado de processar todos os aspectos eleitorais nas outras eleições foi de molde a não suscitar da parte do nosso partido qualquer suspeição:

De qualquer modo, Sr. Primeiro-Ministro ...

Risos.

Bom, era um desejo nosso, mas não foi possível concretizá-lo.

Risos.

Sr. Ministro, de facto nós não fazemos suspeções pessoais, nem acreditamos que V. Ex.º nem o próprio Governo, como aqui tem sido dito e os jornalistas nos têm perguntado basta vezes, venham fazer batota ou venham a usar de processos menos correctos quer na atribuição dos votos, quer nas contagens. De forma nenhuma. Aquilo que entendemos por suspeição resulta da própria filosofia, da própria personalidade, naturalmente engagée que V. Ex.º e cada um dos membros deste Governo naturalmente têm face à situação concreta do Portugal que hoje vivemos. Concretamente, relativamente a V. Ex.º, não podemos esquecer que foi o ilustre Ministro da Administração Interna do I Governo Constitucional, totalmente socialista. É realmente nesse aspecto que vem a nossa suspeição.

Nós não nos esquecemos que foi precisamente no âmbito e no exercício desse mandato, como Ministro do I Governo Constitucional, que foram nomeados os principais governadores civis do nosso país. Sabemos que os governadores civis, concretamente em face das funções de tutela que lhes são atribuídas pela lei, em face da própria auréola que rodeia os governadores civis dentro dos círculos eleitorais, são, sem dúvida nenhuma a *longa manus* do seu Ministério e, por consequência, os elementos que podem definir concretamente, na prática, localmente, essa isenção que nós desejamos.

A pergunta que fiz inicialmente, logo após o discurso da Sr.º Primeiro-Ministro, e à qual ainda não obtivemos resposta, foi esta: que pensa V. Ex.º fazer aos governadores civis? Mantê-los? E se não forem todos, quais pretende V. Ex.º substituir?

O Sr. Borges Carneiro (PS): — O de Bragança!

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — O de Lisboa, que é superpartidário.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Ministro, no último período suplementar de trabalho legislativo, a Assembleia da República aprovou uma lei sobre delimitação de áreas de investimento entre a Administração Central e local. Ora, da parte do Sr. Ministro, relativamente à problemática da administração local não foi referida esta lei, e designadamente os problemas que ela põe desde logo à Administração Central e que vai implicar certamente alguma actividade aturada por parte do Ministério da Administração Interna. Queria perguntar, pois, ao Sr. Ministro se tem algum significado particular a omisão em relação a esta lei, aprovada por unanimidade da Assembleia da República e que, pela nossa parte, e possivelmente outros poderão subscrever esta apreciação, consideramos importante e uma peça a juntar à Lei das Finanças Locais para a concretização de uma autêntica autonomia local.

A segunda pergunta que lhe queria fazer respeita a uma referência final do seu discurso. Citou, creio que foram estes os termos, a problemática da legislação eleitoral para as autarquias locais tendo em conta designadamente — creio mesmo que citou especificadamente — o Decreto-Lei n.º 701-B/76,

que contém a lei eleitoral para as autarquias locais. Em todo o caso, não concretizou que problemática é que essa legislação coloca. Gostaríamos, pois, de ouvir, se é possível, da parte do Governo, através do Sr. Ministro da Administração Interna, concretizar exactamente que tipo de problemática é que coloca essa legislação, quais são os problemas que se levantam a propósito dela, e no caso de haver esses problemas, se o Governo tem, e está disposto a apresentá-las, propostas ou sugestões para resolver esses eventuais problemas.

**O Sr. Presidente:** -- Peña a bondade de responder, Sr. Ministro.

**O Sr. Ministro Adjunto para a Administração Interna:** -- Sr. Presidente, Srs. Deputados, em especial aqueles que me formularam perguntas: Em primeiro lugar, Sr. Deputado Rui Pena, quero manifestar-lhe o meu reconhecimento pelas palavras que teve a amabilidade de me dirigir e anoto também que, apesar de ter sido Ministro de um Governo do PS, o CDS não se importava de me ter como Primeiro-Ministro, que era coisa que eu não gostava.

**O Sr. António da Costa (CDS):** Não exagere!

**O Orador:** -- A afirmação não é minha, Sr. Deputado.

Focando, em primeiro lugar, o aspecto da Lei das Finanças Locais, que tem, como sabe, uma gênese bastante antiga, quando eu disse que a considerava como um meio "não como um fim", isso resulta do facto de ela constituir em si mesma, digamos, uma lei-quadro para toda uma gestão da administração local, à qual estariam intimamente ligados não só determinado tipo de procedimento, como determinado tipo de estruturas, como determinado tipo de regulamentações. Quer dizer, muito dependeria da aprovação de uma lei de finanças locais que atribuisse os meios financeiros às autarquias, que, com uma adequada adaptação de estruturas, com uma organização local integrada, poderia fazer o aproveitamento completo desses meios financeiros que então eram postos à sua disposição. E o meu problema, ao considerar isso nessa altura, ao acompanhar a evolução que esse processo tinha, era de que estava a ver que a Lei das Finanças Locais era tida muito como resultado, sem que para a sua aplicação estivesse na realidade preparados os mecanismos que permitissem, efectivamente, aproveitar dela todas as suas potencialidades. Em síntese, a Lei das Finanças Locais só será exequível, na minha opinião, se forem dados aos municípios meios de pessoal técnico e também meios administrativos que permitam o seu aproveitamento integral, senão e o descredito da administração local, e, digamos, a corrupção dos resultados que com ela se pretenderia obter.

Como está de acordo com a Lei das Finanças Locais, respondo a uma segunda pergunta, em complemento destas afirmações, dizendo que de modo nenhum longe de mim pôr em causa a aprovação unânime da Lei das Finanças Locais que aqui foi feita. O que eu disse foi que seria extremamente útil -- e o Sr. Deputado Rui Pena até pode lembrar-se do exemplo do passado -- que a aprovação pela entidade

legislativa fosse acompanhada de perto e até de certo modo, permitam-me dizer-l-o, esclarecida pelo Executivo, porque de facto legislar é atribuição de um órgão, a Assembleia da República, competindo ao Governo executar. E todos entendemos, Governo e Assembleia, que não vale a pena estar a legislar em vão sobre aquilo que antecipadamente se saiba -- e particularmente nos casos mais graves -- que se torna em absoluto inexequível. A ligação que referi como indispensável, como necessária, entre o Governo e a Assembleia da República é tida, para mim, com este sentido.

Agora passo à questão dos governadores civis. O artigo 263.º da Constituição -- e peço desculpa de uma vez mais fazer referência a este assunto e desta maneira, porque é a única --, no seu n.º 3, diz que compete ao governador civil «representar o Governo e exercer os poderes de tutela na área do distrito».

Esta foi a lógica da nomeação dos governadores civis no I Governo Constitucional. Esta a razão por que o PS me apresentou uma lista de pessoas que entendia como designáveis para governadores civis, lista que dentro da qual foram escolhidos aqueles que ocuparam essas funções durante o I Governo Constitucional. Mas todos nós nos recordamos que posteriormente houve alterações algumas nomeações. Quer dizer que posteriormente também houve conveniência em fazer substituições. A situação neste momento é que a quase totalidade dos governadores civis me escreveram, pondo curialmente os lugares à minha disposição -- minha e do Governo, porque a nomeação é da competência do Governo sob proposta minha.

Curiosamente, de alguns, pelo menos até hoje à tarde, não tinha recebido uma carta análoga e por isso reforcei há pouco o curialmente. Devo dizer que para mim o problema não reside -- pode residir algumas dos Srs. Deputados -- na substituição dos governadores civis. O problema reside nas consequências dessa substituição, mais do que nos eventuais prejuízos que alguém pode entender na sua permanência. É que ao governador civil, também por lei aprovada nesta Assembleia, cabem determinadas funções administrativas na execução do processo eleitoral. A saída de governadores civis tem de ser ponderada face à natural dificuldade em encontrar alguém que se disponha a assumir essas funções durante pouco tempo e que durante esse pouco tempo tenha possibilidade de conhecer o mecanismo de funcionamento do governo civil, nomeadamente essa atribuição específica que está no meu primeiro plano de preocupações, que são as eleições. Isso será efectivamente difícil. Em todo o caso, neste momento, devo dizer que não tenho qualquer ideia sobre o modo como a questão virá a ser resolvida, como também não sei quem são aqueles que, efectivamente, para além de porem o lugar à minha disposição, apresentarão o seu pedido de demissão para vir a concorrer às próximas eleições legislativas.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** Dá-me licença que o interrompa, Sr. Ministro?

**O Orador:** -- Faça favor.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** Obrigado pela interrupção, Sr. Ministro.

Apenas lhe queria fazer uma breve pergunta: mantém V. Ex.<sup>a</sup> a posição, já manifestada, de que, se os governadores civis não actuarem dentro das funções que lhes cabem no processo eleitoral, se eles desempenharem funções partidárias, fazendo arregimentação de pessoas, não lhes pode pedir um voto de castidade política? Isto é, se de facto esses governadores civis desempenharem, para além das suas funções de representantes do Governo, funções de representação particular, V. Ex.<sup>a</sup> chamará ou não a atenção desses governadores civis?

**O Orador:** — Posso responder-lhe afirmativamente relativamente àquilo em que eu posso chamar a atenção de um governador civil, independentemente da relação funcional que exista entre o Ministro da Administração Interna e um governador civil. Mas espero bem que o exemplo possa vir exactamente de governadores civis que têm ligação directa com o CDS para esse mesmo efeito.

Risos.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Quanto à resposta do Sr. Ministro, começo por dizer que nem é feliz nem representativa.

Como V. Ex.<sup>a</sup> sabe melhor do que eu — até porque é Ministro da Administração Interna pela segunda vez, o que quer dizer que deve estar preocupado com problemas de administração interna —, existem dezoito distritos e existe um governador civil directamente ligado ao CDS. Seria razoável que V. Ex.<sup>a</sup> se preocupasse mais com a regra geral do que com a excepção.

**O Orador:** — Eu estou preocupado com a regra geral, Sr. Deputado.

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD):** — Não parece!

**O Orador:** — Quanto às perguntas feitas pelo Sr. Deputado Vital Moreira, no que respeita à definição das áreas de investimento, pergunta se se refere ao que foi o projecto de lei n.º 297/I?

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sim.

**O Orador:** — O Ministério, como essa lei ainda não foi publicada, não pode ter dela conhecimento como lei.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Mas foi aprovada por unanimidade.

**O Orador:** — O Governo ainda não a recebeu como publicada.

No que se refere às eleições para as autarquias, a questão põe-se na validade ou não dos decretos-leis que regulam a execução, por um lado, mas é o essencial porque através dele — e este é um problema de análise profunda que penso que nós não estaremos em condições de conduzir aqui — o problema põe-se quanto à data da sua realização, já que isso é uma disposição expressa no decreto-lei, se ele for tido ainda como válido.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Monteiro.

**O Sr. Manuel Monteiro (UDP):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: É intenção declarada do Programa deste Governo contribuir «para um futuro de paz e de progresso para todos os Portugueses, sem excepção».

Mas aos trabalhadores e ao povo importa mais que se efectuem as intenções anunciadas do que a fiel devoção a princípios que não se cumprem, por muito solene que seja feito o anúncio de tal devoção.

Na verdade, é pela sua acção e pela sua prática, sobretudo durante a campanha eleitoral, que as massas populares julgarão este Governo, pois é especialmente durante o período eleitoral que o efectivo exercício das liberdades pelos trabalhadores e pelos antifascistas é mais duramente posto à prova.

São numerosas e frequentes as perseguições aos antifascistas por tentarem exercer os seus direitos, quer no domínio da liberdade de associação, quer no domínio da liberdade de expressão, sendo inúmeras vezes detidos e canceladas as reuniões pelas autoridades administrativas e policiais.

Não se diga que exageramos. Encontram-se neste momento presos algumas dezenas de antifascistas a aguardar julgamento há longos meses, ao passo que conhecidas figuras do fascismo se passeiam impunemente pelas ruas, se libertam e louvam os bombistas, se autorizam as manifestações fascistas e se proíbem as promovidas pelos democratas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. A liberdade do povo e a realização de eleições livres implica a rigorosa aplicação da lei contra as organizações fascistas, como o MIRN, e o desmantelamento das organizações separatistas como a FLA e a FLAMA.

**O Sr. Monteiro de Freitas (PSD):** — Isso já acabou!

**O Orador:** — Nos Açores e na Madeira toda uma campanha de violência e de perseguições foi montada contra os antifascistas e contra as massas populares com a escandalosa convivência dos Governos Regionais e da aliança reaccionária.

Ainda recentemente um grupo de antifascistas que comemoravam o 25 de Abril e o 1.º de Maio foram duramente perseguidos, ao mesmo tempo que o Governo Regional, através do partido que o apoia, o PPD, fazia publicar listas, no bom estilo legionário, de todos aqueles que de qualquer forma tinham manifestado o seu apoio a essas populares e patrióticas manifestações.

Não basta, pois, as declarações de intenção de defesa das liberdades; é necessário garantir o seu efectivo exercício, quer nas ilhas, quer nos outros locais do território nacional, onde as forças reaccionárias oprimem o movimento popular e esmagam os direitos e a liberdade do povo.

No domínio da comunicação social assiste-se a um verdadeiro escândalo.

Efectivamente, a minoria reaccionária domina a maior parte da comunicação social, incluindo a estatizada.

Na RDP existe um autêntico estado de siólo, onde a prepotência, a incompetência e o carreirismo campeiam, ao mesmo tempo que são sancionados profissionais honestos e competentes.

No sector da imprensa, o panorama não é melhor. Os directores e administradores dos jornais estatizados

desprezam e afrontam as recomendações do conselho de informação e as leis aprovadas por esta Assembleia.

E inadmissível que o dinheiro do povo e o suor dos trabalhadores desses órgãos de comunicação alimentem as ambições de parasitas que discriminam a UDP, a Assembleia da República e o regime democrático.

Manter a actual situação significa para este Governo assumir a continuação da política de Mota Pinto e de Proença de Carvalho. Tal como anunciou, o Governo tem de mudar radicalmente esta situação e não somente fazer pequenos arranjos para que tudo continue na mesma.

A UDP exige, igualmente, que durante a campanha eleitoral sejam proibidas todas as manobras militares, quer das forças militares e militarizadas, quer ainda das forças da NATO, que tem constituído uma constante ameaça às liberdades do povo português e uma intolerável ingerência nacional.

AUDP entende que devem ser assegurados e garantidos, não só os direitos e as liberdades individuais, mas também as liberdades das diversas associações, constitucionalmente consagradas, que têm vindo a ser esvaziadas e paralisadas pelas exigências burocráticas e policiais.

Na sequência dessa actividade deve ser garantido e incentivado o controlo popular sobre as actividades fundamentais do País, nomeadamente nos sectores do trabalho, da habitação e da saúde.

Assim, deve ser garantido o exercício da actividade dos delegados sindicais e dos membros das comissões de trabalhadores, no cumprimento dos seus direitos sindicais. Tal facto implica a imediata proibição das milícias de marginais, constituídas na sua maioria por ex-pides e ex-legionários, ao serviço do patronato terrorista e reaccionário, e o desmantelamento das organizações que promovem o seu recrutamento.

Sr. Presidente, Sra. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Sendo a Reforma Agrária uma das principais conquistas de Abril, naturalmente se torna que se concentre em si os ataques mais serrados das forças reaccionárias e do imperialismo.

Era já patente para todo o povo português que a política definida para a Reforma Agrária é uma política orientada pelo imperialismo e docilmente aplicada pelos diversos Governos. A reaccionária e inconstitucional Lei Barreto condensa em si esta política criminosa.

Mas para mais claramente provar que esta política, que tem sido aplicada nos campos do Alentejo, foi ditada e imposta pelo imperialismo, tenho em meu poder um documento, não divulgado publicamente pelos governantes deste país, assinado em Setembro de 78 entre o Governo Português e o Banco Mundial, agência bancária do FMI.

Tenho aqui este acordo e ponho-o à disposição dos Srs. Deputados e do Governo se ainda não tiverem conhecimento dele, para que se pronunciem muito claramente sobre esta questão.

Neste acordo, autêntica ordem de serviço, se preconiza a completa destruição da Reforma Agrária e a reconversão capitalista do Alentejo.

Através da destruição das 490 UCPs, através do financiamento de 100 cooperativas capitalistas, através da entrega das terras que aos trabalhadores pertencem aos grandes reservatários capitalistas, e aos

latifundiários, através do desemprego de 33 mil trabalhadores, através deste criminoso plano procurando destruir esta importante conquista do 25 de Abril.

Pretende-se ainda a ruína dos camponeses do Norte para, à sua custa, impor um plano capitalista para a agricultura do Norte. Sobre esta questão diz o acordo:

É opinião da missão que o desenvolvimento da agricultura do Norte pode ser considerado numa 2.ª fase, tendo em vista as sérias desvantagens do parcelamento, dos problemas do minifúndio e o arreigado conservadorismo da sua comunidade rural.

Este vergonhoso acordo, expresso em grande parte na Lei Barreto, não passará nas terras da Reforma Agrária. Os Governos da responsabilidade política de Eanes, os latifundiários, as forças repressivas, não conseguiram concretizar este Plano porque a determinação dos assalariados rurais tem sido inquebrantável.

E já agora permito-me abordar aqui um protesto que já foi hoje focado por um Sr. Deputado. Falou-se aqui que já caíram Governos a mais devido à questão da Reforma Agrária. Pois eu digo, expressando aqui a vontade dos trabalhadores da Reforma Agrária, que todos os Governos que de facto se puserem contra a Reforma Agrária cairão mais uma vez e só permanecerá no seu posto o Governo que expressou de facto, ali, os interesses do trabalhadores, os interesses da Reforma Agrária revolucionária e não de uma Reforma Agrária capitalista.

A vergonhosa ofensiva contra a Reforma Agrária tem assumido foros de escândalo, pois que até a própria lei Barreto foi largamente ultrapassada.

Um dos casos mais flagrantes foi o processo recente da entrega da Cooperativa da Fonte Boa da Vinha em Évora ao agrário Cabral. Uma cooperativa exemplar, quer do ponto de vista democrático, quer do ponto de vista económico, foi desmantelada e entregue aos agrários à revelia da própria Lei Barreto.

Mas esta ofensiva tem encontrado pela frente a firme resistência dos trabalhadores, que, mesmo lutando contra a falta de crédito e a criminosa retenção da cortiça, têm sabido corajosamente defender a Reforma Agrária e o Portugal de Abril.

Sr. Presidente, Sr.º Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Os trabalhadores rurais do Alentejo e do Ribatejo, através das greves já numerosas, através da resistência activa à bárbara violência policial, têm demonstrado que estão firmemente decididos a impedir a aplicação da inconstitucional Lei Barreto que o PS aprovou com o apoio do PPD-CDS.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Está mal informado!

O Orador: — E que o PC espera ver suavizada, propõndo a sua aplicação razoável.

A realidade que os últimos meses claramente demonstraram é esta: enquanto não for suspensa a ofensiva contra a Reforma Agrária, enquanto não for revogada a Lei Barreto, não haverá paz no Alentejo, mas luta encarniçada dos assalariados rurais

contra contra todas as forças repressivas, contra os latifundiários e contra o Governo.

Ao exigirmos o rigoroso respeito pelas liberdades, ao exigirmos a remodelação dos órgãos de comunicação social, ao exigirmos a suspensão das entregas de reservas e a revogação da Lei Barreto, temos por nós a esmagadora maioria do povo português, temos por nós a Constituição da República, temos por nós o 25 de Abril.

Sem o cumprimento destas exigências da UDP e de todo o povo português, a promessa de eleições livres e democráticas ficará, como tantas outras, como uma promessa vazia.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Zita Seabra, para uma intervenção.

**A Sr.ª Zita Seabra (PCP):** — Sr. Presidente, Sr.ª Primeira-Ministra, Srs. Deputados: A reivindicação de uma política social que venha por um lado compensar as grandes condições de vida com que se debate a imensa maioria dos portugueses, e mais do que isso, que se possa traduzir numa maior justiça social, é hoje um imperativo nacional. Não indo já, porque o tempo é curto, às raízes profundas das degradantes condições de vida do povo, diria apenas que a esperança real nascida com a chegada de Abril, e em alguns domínios concretizada em realidade, se seguiu, e particularmente no passado recente, toda uma acção governativa visando única e exclusivamente o benefício de meia dúzia de privilegiados em detrimento de todo um povo trabalhador.

Hoje os Portugueses já conhecem a dura experiência da direita no Governo.

Basta verificar a situação em que ficaram o milhão e meio de reformados e pensionistas com a política do Governo Mota Pinto/PPD/CDS. As suas reformas, se é que este nome merece aquilo que a maioria imensa dos reformados recebe no fim de uma vida de trabalho, não foram aumentadas e tal verificou-se pela primeira vez depois do 25 de Abril. Também era a primeira vez depois do 25 de Abril que o PPD e o CDS tinham um Governo exclusivamente ao seu serviço!

O PCP não pode, pois, deixar de se congratular com o facto de o Programa do Governo da Eng.ª Lurdes Pintasilgo anunciar o propósito de perspectivar a sua acção numa clara intenção social.

E se estamos certos que o interesse, a actividade conhecida e reconhecida e as declarações da Sr.ª Primeira-Ministra neste domínio nos levam a acreditar sinceramente que mesmo nos 100 dias algo será concretizado e realizado, vemos com apreensão os espartilhos severos nos quais este Governo se irá mover por força da herança que parece aceitar e que se traduz, nomeadamente, nas imposições do FMI e num Orçamento Geral de Estado feito por essa medida.

Tais espartilhos são à evidência contrários a toda uma acção governativa visando uma maior justiça social e concretizada no acudir, desde já, a situações que embora não se resolvendo em dias não podem continuar como estão.

Se a realidade nua e crua dos números ajudam a conhecer a situação, não é demais lembrar que

cerca de 900 000 pensionistas recebem pensões que não ultrapassa 1 600\$00 por mês e os 520 000 restantes recebem em média 3 100\$, os reformados portugueses mereciam da sociedade um calmo e sereno outono da vida.

**Que vai o Governo fazer?**

Quanto a nós, comunistas, e como vimos dizendo há longo tempo, impõe-se uma acção urgente, pois a miséria das reformas nem dá em tantos casos para comprar os remédios que os reformados necessitam que fará para comer! No entanto, as reivindicações das suas organizações representativas, como o MUARPI, o MAPRU ou o Movimento Sindical são bem realistas e justas. Reivindicam transportes, medicamentos, pretendem aumento das pensões que lhes permitam fazer minimamente frente à degradação das suas condições de vida. O que os reformados não pretendem, isso sim, é a única coisa que o Governo Mota Pinto/PPD/CDS lhes deu: palavras, promessas e demagogia ...

No que diz respeito à saúde, o Programa do Governo contém o essencial ao colocar como objectivo prioritário a regulamentação da Lei do Serviço Nacional de Saúde.

Quanto ao PCP, essa é, na verdade, a questão central: cumprir e dar execução à lei que foi aprovada e que corresponde no seu fundamental às aspirações e vontade expressa da imensa maioria do povo.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Mas o que hoje muitos portugueses desejariam perguntar ao Governo é quais são as medidas que vai tomar em relação à greve decretada pela direcção da Ordem dos Médicos. Perante uma greve que atinge tão profundamente os cidadãos, uma greve irresponsável, ilegal, que se arrasta há já tantos dias e que está a criar o pânico e a insegurança nos hospitais, nos doentes, nas pessoas, perante uma greve que não é de papéis mas sim de doentes — greve de tratar os doentes perante uma greve que é contra o povo — as pessoas interrogam-se que vai fazer o Governo?

A direcção da Ordem dos Médicos associou algumas poucas reivindicações justas para tentar levar a classe para uma greve iminentemente política que outros objectivos não tem que desestabilizar a situação e criar dificuldades à democracia, ao actual Governo, greve que se insere única e exclusivamente na estratégia dos partidos que lhe são afectos, o PPD e o CDS.

Quando se analisa as reivindicações da Ordem dos Médicos as conclusões do carácter político desta greve são evidentes: há reivindicações salariais, como as dos médicos dos Serviços Médico-Sociais, que são justas e cuja responsabilidade de não resolução cabe única e exclusivamente ao Governo Mota Pinto/PPD/CDS, que aqui mesmo, na Assembleia da República, se comprometeu, há meses a resolver o problema e não o fez. Há reivindicações do estatuto que outro objectivo não têm do que procurar subverter uma lei desta Assembleia — o Serviço Nacional de Saúde. Mas há

**sobretudo uma manobra política de desestabilização e cuja vítima é o utente e o utente é o povo português.**

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Alguém já disse que «É da ética dos enfermeiros sacrificar os seus direitos, por mais legítimos que sejam repito, por mais legítimos que sejam, a um total e inequívoco respeito pelos doentes.»

São palavras da direcção da Ordem dos Médicos em 1976, aquando de uma greve dos enfermeiros. Mas dizia mais a direcção da Ordem dos Médicos: «Repu-diam a evolução que esta greve vem assumindo, por profundamente lesiva dos interesses da comunidade. Ainda, esperam que a consciência profissional dos enfermeiros seja suficientemente forte para que, com lucidez, revejam uma posição que se torna indigna deles, pois quem não respeita a ética da sua profissão não se respeita a si próprio.»

O povo diz e bem: «Pela boca morre o peixe...»

Se alguém, confundido com a propaganda que a rádio e outros órgãos de comunicação têm feito a esta greve, tivesse ainda dúvidas de quais são as suas intenções, talvez se dissipasse com estas palavras dos mesmos dirigentes da Ordem.

O Governo tem de tomar medidas urgentes, pois o direito sagrado à saúde dos Portugueses não pode continuar a servir baixos designios políticos dos partidos reaccionários.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Regressando, porém, ao conteúdo do Programa do Governo em questão, não podemos deixar de estranhar o facto de não haver qualquer referência à realização dos objectivos contidos numa lei recentemente aprovada pela Assembleia da República, da delimitação das áreas de investimento da Administração Central e Local.

Na verdade, esta lei, que no seu fundamental entrará em vigor em 1980, coloca a este Governo obrigações claras no sentido de viabilizar a sua execução adaptando as estruturas da Administração Central de modo que à função de execução directa dos investimentos passem a ter uma função de planeamento global, coordenação, normalização e tipificação dos projectos, apoio técnico aos municípios que o solicitem.

Com este diploma a participação directa das populações na resolução dos seus problemas será consideravelmente alargada, pois passarão a caber aos municípios as responsabilidades de equipamentos sociais para a infância e terceira idade, algumas estruturas de saúde, equipamento e acção social escolar.

Mas caberá também aos municípios a responsabilidade dos investimentos em matéria de habitação social, de recuperação de imóveis degradados, de apoio à autoconstrução e à construção cooperativa, no que toca a terrenos, projectos e infra-estruturas.

Trata-se de medidas de descentralização do maior alcance e sobre este Governo recai a pesada responsabilidade de contribuir decisivamente para a execução de um conjunto de medidas que poderão permitir alterações profundas na Administração portuguesa, única forma de possibilitar a rápida resposta às dramáticas carências da população.

**A política descentralizadora afirmada no Programa do Governo e em múltiplas declarações da Sr.ª Primeira-Ministra não terá só, quanto a nós, de passar por novas ações legislativas, mas sim pela adaptação das estruturas centrais da Administração, tendo em conta, por um lado, as funções que perde a Administração Central, mas também as novas funções que lhe são cometidas.**

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Muito bem!

**A Oradora:** — Em matéria de política habitacional, com os limites inerentes a cem dias, vemos positivamente a inclusão no Programa da intenção de revisão da política de crédito.

Pensa o PCP que tal terá de traduzir-se na elevada bonificação das taxas de juro a praticar e nos montantes globais de crédito a conceder aos municípios, às cooperativas de habitação económica, às associações de moradores e à aquisição de casa própria.

A desastrosa acção do Governo Mota Pinto/PPD/CDS, ao acentuar a política de Governos anteriores, só agravou os problemas de habitação. Não é restabelecendo os mecanismos da especulação imobiliária, não é restabelecendo aumentos incompatíveis das rendas de casa, não é boicotando programas como o SIAL, ou a acção das cooperativas, ou os contratos de desenvolvimento, não é permitindo e pactuando com a desenfreadada especulação que se resolve o que quer que seja.

Hoje o problema habitacional é de tal forma grave que se espera deste Governo uma alteração profunda da situação, alteração só possível se o Governo tiver a consciência aguda da importância do papel das populações e do poder social na encaminhar dos caminhos para a sua resolução.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

**O Sr. Rui Pena (CDS):** — Foi a palavra para um simples protesto.

Protesto mais uma vez pelo ato que o PCP neste discurso acabou de fazer, o ato em que condena sempre as greves dos enfermeiros, por organizações sindicais representadas por trabalhadores que não estejam na esfera da sua competência e, pelo contrário, levava, mesmo quando estes greves sejam contra o povo português, os enfermeiros da efecto pelos sindicatos que controla.

Fico mesmo sem saber qual é a relação entre esta greve dos médicos, que é uma greve do povo português, e outras greves de enfermeiros e profissionais, que igualmente atentam contra a dignidade dos cidadãos portugueses, greves estas que o PCP apoia, fomenta, aprova e aplaude.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**Uma voz do PCP:** — Enfiou o barro!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a deputada Zita Seabra.

**A Sr.º Zita Seabra (PCP):** — Eu não pedi a palavra para um contraprotesto, mas só para um esclarecimento ao Sr. Deputado Rui Pena.

Fico realmente espantada, pois é a primeira vez que ouço o CDS apoiar claramente aqui, nesta Assembleia, uma greve.

*Risos.*

Até aqui, Sr. Deputado, nunca tinha ouvido. Foi preciso que se tratasse de uma greve que atinge tão profundamente um direito fundamental da população, como é o direito à saúde, uma greve em que se joga com algo que atinge todos os Portugueses e que está a provocar situações dramáticas nos hospitais, nos postos da Caixa, em doentes que têm terapêutica e que não está a ser renovada, para o CDS vir apoiar essa greve.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

**O Sr. Rui Pena (CDS):** — Queria esclarecer a Sr.º Deputada de que eu me limitei a protestar contra a conhecidíssima ambiguidade do PCP — de resto já conhecida, mas, mesmo por si muito conhecida, não deixa de haver conveniência em repeti-la.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — O CDS não é ambíguo!

**O Sr. Lino Lima (PCP):** — Mas o CDS apoia ou não apoia a greve?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.º Deputada Zita Seabra.

**A Sr.º Zita Seabra (PCP):** — Eu creio que posição ambígua foi agora a do Sr. Deputado Rui Pena, pois não esclareceu se apoia ou não esta greve. Esta greve está a ser conduzida por pessoas que toda a gente reconhece como próximas e afectas ao partido do Sr. Deputado. Aqui é que não teve, agora, pelo que me pareceu, a coragem de assumir as responsabilidades do que o seu partido ou pessoas próximas do seu partido estão a provocar neste País ao jogarem com a vida e com a saúde dos cidadãos portugueses.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

**O Sr. Rui Pena (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O contra-esclarecimento da Sr.º Deputada Zita Seabra implica que diga mais algumas verdades.

**A Sr.º Ercília Talhadas (PCP):** — Verdades do CDS!

**O Orador:** — São de condenar, e nos termos da lei são condenáveis todas e quaisquer greves políticas. Simplesmente, nós não entendemos que a greve actualmente desenvolvida pela classe médica, apoiada pela respectiva Ordem seja uma greve política, como pretendem o PCP.

Nós não podemos admitir que realmente haja ambiguidade na análise das greves que num caso são justas e noutras casos, por não serem de sindicatos ou de

organismos representativos de trabalhadores afectos às vossas organizações políticas, são injustas. Mais, não concordamos de forma nenhuma que haja da parte de quaisquer partidos políticos a manipulação dos sindicatos, de modo que as manifestações, manifestações naturalmente na defesa dos respectivos interesses profissionais — como é o caso — sejam desajustadas e objecto de análise políticas ou politizeiras, como é o caso.

**O Sr. Presidente:** — Sr.º Deputada Zita Seabra, vou conceder-lhe a palavra, visto que a Mesa não pode intervir, pois VV. Ex.º estão a usar do vosso tempo, mas peço-vos que poupem a saúde.

**A Sr.º Zita Seabra (PCP):** — Certo, Sr. Presidente, eu serei muito breve.

A posição do CDS em relação às greves é nova neste momento: se é uma greve política não apoiam, se é uma greve que não é política, apoiam-na.

Bom, em relação a esta greve dos médicos, digo-lhe com toda a sinceridade o que tem dito o meu partido: há reivindicações na greve dos médicos que são justas, nomeadamente em relação aos salários dos serviços médico-sociais. Disse-o na minha intervenção. Mas, Sr. Deputado, isso pode justificar alguma vez uma greve que é, no fundo, contra o povo português? Quem são as vítimas desta greve, Sr. Deputado?

As vítimas desta greve são os utentes. Sr. Deputado, aqui quero tornar claro o seguinte: o PCP nunca poderia, fosse quem fosse que declarasse esta greve, estar de acordo com uma greve que lesa, desta maneira, os interesses da larga maioria dos portugueses. É muito clara a nossa posição: nós nunca poderíamos apoiar uma greve destas mesmo tendo alguma reivindicação justa, que neste caso nós consideramos apenas um pretexto para desestabilizar a situação política. Mas, mesmo que essa reivindicação fosse inteiramente justa nada justificava que se fizesse o que se está a fazer criando um clima de caos, de medo, de pânico nos hospitais, que só não é maior e mais grave porque, na verdade, os serviços de saúde funcionam muito mal neste país e, como hoje dizia alguém, em Trás-os-Montes, por exemplo, os médicos estão em greve há cem anos, pois quase não existem. Mas, Sr. Deputado, nada justifica que se faça uma greve, com reivindicações justas, que lesa desta maneira o povo português e que joga desta maneira com um direito que é o direito à saúde. Era uma posição clara que eu desejava ouvir da boca do Sr. Deputado em relação a esta greve que está a decorrer: se acha ou não que esta greve é justa, se acha ou não que, sejam quais forem as reivindicações dos médicos, é justo entrarem numa greve que lesa desta maneira os interesses e a saúde do povo português.

**Uma voz do PCP:** — É esse o humanismo do CDS!

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Os ricos vão aos consultórios!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

**O Sr. Rui Pena (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Depu-

tados: Entendo que a greve da Ordem dos Médicos é uma greve justa, que é uma greve que, naturalmente, afecta gravemente a vida e a saúde dos Portugueses, como quaisquer outras greves que têm sido decretadas no nosso país e que da mesma forma têm afectado gravemente os direitos, a tranquilidade, a própria vida dos Portugueses.

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — É falso!**

**O Orador:** — De qualquer modo, nós entendemos que o direito à greve é um direito constitucional, nós entendemos que o direito à greve é uma das garantias reais dos trabalhadores.

Nós condenamos — volto a insistir mais uma vez — a atitude ambígua, para não dizer outra coisa, do Partido Comunista, que nuns casos apoia a greve e noutrous não...

**Uma voz do PCP:** — Somos humanos, o que você não é!

**O Orador:** — ..., quando estão em causa, em ambas as hipóteses, os mesmos direitos dos trabalhadores que a Constituição consagra.

De qualquer modo, quero ainda dizer que neste caso concreto a saúde e a vida dos Portugueses estão na mão do Sr. Presidente da República, estão na mão do actual Governo.

**Protestos do PCP.**

O actual Governo e o Sr. Presidente da República poderão, querendo, resolver imediatamente esta greve, decretada legitimamente, em nosso entender, pela Ordem dos Médicos.

**Uma voz do PCP:** — É esse o vosso humanismo cristão!

**O Sr. Sousa Marques (PCP): — Acabou por dizer!**

**O Sr. Vital Moreira (PCP): — Os patrões do CDS têm o direito à greve!**

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro da Comunicação Social.

**O Sr. Ministro da Comunicação Social (João Figueiredo):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Especial preocupação de quase todas as bancadas no dia em que foi apresentado a VV. Ex.º o Programa do V Governo, incidiu sobre a isenção e (o controlo) da comunicação social, mormente nos órgãos de comunicação social estatizada. Até por essa razão não poderíamos deixar de, em breves palavras, explicitar os rumos de orientação que, nesta matéria, o Governo se propõe seguir.

Em tema tão controverso como é o dos *mass media*, são abundantes as referências, a literatura, os comités, o material doutrinário. Poderíamos trazer aqui uma longa lista de citações que, melhor esclarecendo o nosso pensamento, correriam, no entanto, o risco de parecer pretensiosas.

Não queremos, não obstante, deixar de referir, no plano internacional, as doutrinas expendidas: pela União Europeia de Radiodifusão, na qual Portugal

tem assento no respectivo conselho de administração, os relatórios do Comité para os meios de Comunicação de Massa, do Conselho da Europa, e a Declaração sobre os Princípios Fundamentais Respeitantes aos Órgãos de Comunicação Social, emitida, no ano transacto, pela UNESOO, princípios com os quais, de um modo geral, nos identificamos, dentro do conceito da máxima liberdade na máxima responsabilidade.

O problema da liberdade, da isenção do controlo dos media é, praticamente, universal.

Levanta-se, constantemente, até nos países em que as estruturas democráticas estão já perfeitamente instaladas e onde, igualmente, as estruturas financeiras de suporte, concedidas pelo erário público, nomeadamente à rádio e à televisão, são ponto considerado indiscutível para um funcionamento técnico e deontológico minimamente eficaz; a título de exemplo, bastará mencionar que, em Janeiro do ano passado, num seminário efectuado em Munique, sob a égide do Instituto Goethe, os participantes, originários dos mais destacados países europeus, editores e jornalistas, manifestaram a sua preocupação pela «influência cada vez mais ameaçadora» dos partidos e, em parte, do Estado, sobre a televisão. Um elemento britânico foi, mesmo, ao ponto, no meu entender com alguma dose de exagero, de dizer que «todos os institutos de televisão europeus, à excepção dos Países Baixos, estavam sob uma forte ameaça».

Natural será, pois, que num país como o nosso, recém-saído (em termos históricos) de uma convulsão que abalou todas as estruturas, os problemas se levantam com uma acuidade maior. Se considerarmos, ainda, que se avizinharam dias de acesa disputa eleitoral, os problemas da isenção e do apartidarismo aparecem-nos forçosamente sobredimensionados.

Com um horizonte de cem dias, obviamente que a pretensão deste Governo, em matéria de comunicação social, não poderá ser outra senão a de reforçar as estruturas e os mecanismos já existentes, tendentes à melhoria da qualidade da informação, como, sobretudo, garantir, por todos os meios ao seu alcance, uma optimização do grau de imparcialidade no período eleitoral.

Também, por outro lado, tentará a busca das soluções mais equitativas para minorar ou, nalguns casos, resolver numerosos problemas pendentes que, ao longo dos últimos anos, têm vindo a agravar-se.

No campo da gestão casuística, não poderemos prover soluções para daqui a uma semana: há problemas que se arrastam de há anos, pensamos, por exemplo, na falta de cobertura financeira para as centenas de milhares de contos a que a RDP tem de fazer face, na sua gestão normal; no estudo que vai exigir a procura da solução mais razoável (política, social e financeiramente falando) do chamado caso O Século; no redimensionamento de algumas empresas jornalísticas; no apoio a dar à actividade da RTP; enfim, um longo rosário de problemas, a que a Nação não poderá deixar de atender, a menos que adopte uma suicida «política de aveSTRUZ». Prometemos — e nisso pomos uma vontade indómita — dar toda a nossa capacidade de trabalho e toda a nossa devoção ao estudo dos respectivos problemas e à tomada, sempre que possível, das decisões pertinentes.

Evidentemente, o horizonte temporal da nossa acti-

vidade impõe-nos a definição de objectivos prioritários.

Entendemos que a missão mais importante do Ministério da Comunicação Social será, neste curto período de dias, a de apoiar e desenvolver a consciência deontológica dos órgãos de comunicação social estatizada.

Vimos assistindo, nos últimos tempos, a uma prática jornalística que, em termos morais, de modo algum se poderá admitir o recurso ao achincalhamento das pessoas e das instituições; a calúnia e a insinuação torpe; a pouca preocupação em confirmar as informações (quer por audição de todas as fontes envolvidas, quer por um estudo sério dos problemas); a opção do tratamento dos mexericos e da futilidade, em vez da análise cuidadosa dos grandes problemas do País; tudo isso se tornou «moeda corrente», não se olhando, em muitas notícias, aos meios para atingir os fins.

É extremamente grave e evidente o problema da deontologia nos nossos meios de comunicação social.

Mas esse problema não pode ser visto apenas num sentido. Também os órgãos do Poder têm uma dupla responsabilidade na matéria:

Por um lado não fizeram, ao longo de muitos anos, uma séria tentativa de dignificação da classe jornalística.

Obviamente não se poderá exigir, à partida, uma preocupação de dotar com uma permanente refinada qualidade, a quem nunca houve a preocupação de dotar com uma permanente e qualificada formação profissional, a quem os vencimentos atribuídos não se compatibilizam com a responsabilidade que lhe é exigida e com a função social desempenhada, o que tem levado inevitavelmente ao flagelo do pluriemprego, à falta de tempo para estudo e mediatação, e a tantos outros aspectos negativos;

Por outro lado, não se têm coibido certos órgãos de Poder, em algumas circunstâncias, de dar o exemplo de falta de deontologia, pressionando e tentando servir-se dos órgãos sobre que detêm tutela.

A concepção do V Governo, nesta matéria, está perfeitamente clarificada no Programa apresentado a VV. Ex.<sup>as</sup>

Respeitaremos, rigorosamente, o cumprimento da lei, com a permanente preocupação de não enviezar, distorcer ou pressionar a informação veiculada pelos órgãos de comunicação social.

É nosso ponto de honra que seja feita pública denúncia de qualquer tentativa de manipulação por parte do Poder sobre quaisquer órgãos de comunicação, mormente os estatizados.

Procuraremos que a imprensa estatizada seja, tanto quanto possível, um modelo em isenção, em honestidade, em coerência.

A rádio e a televisão, mesmo dentro de todos os condicionamentos financeiros e técnicos, que perfeitamente conhecemos, não poderão esquecer-se, sobretudo neste período eleitoral, do seu carácter específico.

Enquanto qualquer jornal (a despeito da sua qualidade intrínseca e da qualificação profissional exigida a quem o executa) tem, por sua natureza, uma audiência limitada (digamos, algumas poucas dezenas de milhares de leitores) e, por seu lado, tem de ven-

cer a inércia do preço e do analfabetismo, contando, aliás, com um mercado certo que o consome porque ele o satisfaz e o compensa, tanto a rádio como a televisão dispõem de um auditório muitíssimo mais vasto e heterogéneo, não se dirigindo a um extracto social ou político determinado, potenciando, portanto, por impossibilidade natural de agradar todos os auditores, simultaneamente, a insatisfação dos grupos a quem, isoladamente, não satisfaz em determinado momento. Essa é a fraqueza da sua tremenda força. Um cuidado especial, portanto, terá de ser tomado com a rádio e a televisão, onde, obrigatoriamente, terá de ser criado um espírito de autodisciplina que só os mal intencionados poderão confundir com qualquer tipo de censura.

Tentaremos acompanhar, no dia-a-dia, a actividade dos órgãos de comunicação social, procurando apoia-los na progressiva eliminação das suas carências, buscando um permanente diálogo no sentido de construirmos um equilíbrio tão razoável quanto possível.

Procuraremos que a nossa actividade se subordine à «tomada das medidas que permitem as condições necessárias e eficazes ao exercício da liberdade de informação», contando para isso com o precioso auxílio e apoio das administrações, dos profissionais do sector e dos Conselhos de Imprensa e de Informação.

Mas, naturalmente, que a liberdade que desejamos implantada, terá uma natural contrapartida: a da directa responsabilidade das administrações das empresas tuteladas perante o Ministério.

Não teremos qualquer complacência perante eventuais casos de manipulação ou aproveitamentos partidários.

O povo não pode ser enganado. O País não se compadecerá perante a corrupção moral nem perdoará a homens de consciência vendida.

Procuraremos que a informação, nomeadamente a vinda dos poderes públicos, prime pela sua transparência, tendo em conta o indesmentível direito dos jornalistas ao acesso às fontes de informação.

Nesse sentido tentaremos dinamizar os serviços do Ministério, de modo que a eficácia se junte à limpidez.

Esperamos ser julgados pelos nossos actos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito, para pedir esclarecimentos.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Ministro da Comunicação Social, o meu camarada Jorge Lemos vai dirigir-lhe um conjunto de perguntas em nome do meu grupo parlamentar, mas queria eu também, e por incumbência de um telegrama que me chegou aqui à bancada, dirigir-lhe uma que reporta ao caso de *O Século*. Diz o Programa do Governo, a p. 34, que procurar-se-á igualmente proceder à resolução do caso de *O Século*. Queria perguntar-lhe, Sr. Ministro, como e em que sentido pensa o V Governo acautelar os interesses dos trabalhadores e ainda se esta afirmação significa que é propósito do V Governo rever a decisão do Governo Mota Pinto de vender a empresa.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, havendo ainda vários Deputados inscritos, certamente V. Ex.<sup>a</sup> desejará responder no final. Encontram-se inscritos os

**Srs. Deputados Jorge Lemos, Igrejas Caeiro, Manuel Monteiro, Rui Pena e José Niza.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Ministro da Comunicação Social, a sua intervenção e o próprio Programa do Governo, em matéria de comunicação social, têm, no nosso entender, um pendor nitidamente positivo. Contudo, pelo seu aspecto genérico, haveria algumas questões que entenderíamos colocar.**

Relativamente à Radiodifusão Portuguesa, é sabido que a sua frente se encontra uma comissão administrativa que, de acordo com o decreto-lei em vigor — o Estatuto da RDP —, não tinha direito a lá estar. Foi mantida contra a vontade desta Assembleia, admitiu pessoas que passaram à frente de trabalhadores com muitos anos de casa, fez da RDP uma quinta da aliança reaccionário-monárquica.

**A Sra. Amélia de Azevedo (PSD): — Não apoiado! Que é isso?**

**O Orador:** — Pergunta-se tendo a RDP a importância que tem em termos de chegar a informação junto do povo português, tenciona este Governo repor a legalidade na RDP? Nomeadamente, tenciona este Governo dar cumprimento ao Estatuto da RDP, dando posse aos dois elementos já eleitos pelo Conselho de Informação e ao elemento eleito pela comissão de trabalhadores e nomeando dois representantes do Governo, não os que lá estão, que não são dignos de crédito?

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sobre a questão dos jornais estatizados, temos vindo a assistir a que vários jornais estatizados, com especial relevo para um vespertino, têm utilizado os seus editoriais para caluniar os Órgãos de Soberania, para lançar um rol de provocações contra decisões de um órgão previsto na Constituição, que são os Conselhos de Informação. Sabendo-se que os jornais do Estado devem ser independentes e assegurar o pluralismo, pergunto se o Governo tenciona ou não repor também a legalidade, assegurar a independência e o pluralismo nesses jornais do Estado.

Quanto aos Conselhos de Informação, é grato a esta bancada dizer que a referência que o Sr. Ministro fez na sua intervenção ao diálogo que tenciona manter com os Conselhos de Informação colhe junto do Grupo Parlamentar do PCP. Simplesmente, a prática do anterior Governo levanta-nos a seguinte questão: tenciona este Governo alterar o sentido útil que atribuiu aos Conselhos de Informação, ou seja, fazer deles meros órgãos de orçamento cujas decisões não são cumpridas, mas pautadas simplesmente desrespeitadas?

Quanto à Radiotelevisão Portuguesa, estudos do seu funcionamento — foram desmentidos têm demonstrado que, a nível da informação, a Radiotelevisão Portugal está praticamente na mão do PPD.

**A Sra. Amélia de Azevedo (PSD): — Mentira!**

**O Orador:** — A nível da informação, é dado parti-

cular relevo aos noticiários provindos do PPD e do CDS, da chamada «Aliança Democrática».

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Olhe que não!**

**O Orador:** — A questão que se coloca é a seguinte: tenciona o Sr. Ministro da Comunicação Social, de acordo com o Programa que apresenta a esta Casa, fazer respeitar o necessário pluralismo no tratamento da informação da RTP, nomeadamente concedendo a todos os partidos os mesmos direitos de informar o povo português sobre as suas actividades?

Finalmente, Sr. Ministro, no Programa do Governo talha-se em concentração de empresas jornalísticas. No nosso entender, já o temos dito, essa medida não é de pôr de lado. Simplesmente, gostávamos de saber como vai ser isso feito e se o Governo tem algumas ideias de como vai concentrar jornais, se é com despedimentos, sem despedimentos, se os trabalhadores serão ouvidos.

**Uma voz do PSD:** — Vão para a Reforma.

**O Orador:** — Creio que este leque de perguntas permitirá algumas respostas a questões que preocupam esta bancada.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Igrejas Caeiro.

**O Sr. Igrejas Caeiro (PS): — O Sr. Ministro da Comunicação Social aceitará por certo que todas as minhas perguntas incidam sobre a RDP, poderoso órgão da comunicação social de que tem tanta experiência e conhecimento.**

Uma das perguntas que gostaria de lhe colocar foi já um pouco formulada pela bancada do Partido Comunista, mas não faz mal que a repita: quais são os seus projectos, Sr. Ministro, quanto à legalização do conselho de administração da RDP? Vai substituir a actual comissão administrativa da RDP tendo em conta o espírito e a letra do estatuto da RDP aprovado por esta Câmara? Tenciona o Sr. Ministro da Comunicação Social mandar verificar a legalidade de numerosos actos da actual comissão administrativa da RDP, designadamente a série de nomeações políticas por compadrio ultimamente realizadas na RDP e também a extinção de regalias de há muito concedidas aos trabalhadores da RDP e que agora lhes foram retiradas? Parece-lhe viável conservar na direcção da informação da RDP o actual responsável, tendo em conta o mau serviço que algumas das redacções da RDP têm prestado nos últimos meses?

Successivos inquéritos e sindicâncias à RDP têm sido determinados pelo Ministério da Comunicação Social ou lhe foram solicitados pelo respectivo Conselho de Informação. É notório que o povo português já não acredita nos inquéritos e sindicâncias ordenados por vários governos. Está o Sr. Ministro da Comunicação Social disposto a represtigiar o seu Ministério e o seu Governo, reactivando os inquéritos e sindicâncias que estão esquecidos no seu Ministério ou a que o seu antecessor ostensivamente recusou dar andamento?

Para nós, que temos muito interesse pela comunicação social, de um modo geral, e pela Radiodifusão, em

particular, as suas respostas são muito importantes, Sr. Ministro.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Monteiro.

O Sr. Maauel Monteiro (UDP): — Sr. Ministro da Comunicação Social, estamos já, na prática, em período eleitoral. A UDP pensa que é necessário tomar medidas urgentes para que todas as forças democráticas tenham a sua oportunidade em pé de igualdade, mas a presente situação nos órgãos de comunicação social não garante essa igualdade.

Já aqui foram formuladas algumas perguntas que me dispenso fazer, entre as quais a questão do conselho de administração da RDP. Por conseguinte faria apenas duas perguntas.

Em primeiro lugar, gostaria de saber se o Sr. Ministro e o Governo estão dispostos a admitir a actual direcção do *Diário Popular*, nomeada e indicada licitamente para aquela direcção, uma vez que havia uma direcção legítima eleita pelos trabalhadores, e se está disposto a reconduzir o director do *Diário Popular*, Jacinto Baptista.

Em segundo lugar, gostaria de saber que pensam o Sr. Ministro e o Governo fazer em relação à campanha antidemocrática desencadeada por determinados órgãos da comunicação social estatizados, favoráveis ao bloco reaccionário, ao presidencialismo, ao general Eanes, tais como *A Capital*, o *Diário Popular*, o *Diário de Notícias* e *O Comércio do Porto*.

Queríamos, pois, saber a resposta a estas duas questões, inseridas também nas respostas que já foram anteriormente formuladas, porque achamos que a intervenção do Sr. Ministro da Comunicação Social foi positiva. Contudo, achamos muito mais importante que se concretizem as intenções, e achamos que a situação actual, isto é, a situação de facto de campanha eleitoral exige que se tomem medidas imediatas para que não aconteça que neste país, que é um país de Abril e de trabalhadores, a direita reaccionária possa mexer como quer nos órgãos de comunicação social e possa manipular os trabalhadores levando-os para caminhos que não são os dos seus interesses.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Ministro da Comunicação Social, gostaria de lhe formular uma pergunta muito breve em sentido telegráfico, visto que desta vez administrei muito mal o tempo do meu grupo parlamentar e restam-nos poucos minutos.

Aludi V. Ex.º, na sequência do discurso da Sr.º Primeiro-Ministro, ao magnifico problema da consciência deontológica dos trabalhadores da imprensa, dos jornalistas, e em termos tais que, sinceramente, nos fazem preocupar sobre se veladamente não estará na base uma preocupação de natureza censória.

A pergunta que gostaria de colocar é se o Governo pretende ser já o patrão de todos os jornalistas para lhes impor regras deontológicas, o seu código deontológico, a sua consciência, a consciência do Governo, ou se, pelo contrário, atende à consciência deontológica da própria profissão dos jornalistas, naturalmente

definida por eles próprios, pelos seus órgãos representativos.

O Sr. Presidente: — Finalmente, para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Niza.

O Sr. José Niza (PS): — Sr. Ministro da Comunicação Social, sem prejuízo de uma intervenção de fundo que será amanhã feita sobre comunicação social pelo meu camarada João Gomes, e posto que fui o último a fazer perguntas, e penso que todas elas se dirigiram de uma maneira mais ou menos concreta a problemas que todos temos no espírito, gostaria de afirmar também que a intervenção do Sr. Ministro nos satisfez em termos descritivos de análise da situação, fundamentalmente em termos do diagnóstico da situação actual da comunicação em Portugal. O problema que se põe é um problema mais de natureza terapêutica e específica do que propriamente de natureza diagnóstica, com o que estamos todos de acordo.

Em relação àquilo que vem no Programa e ao texto do Programa, foi com alguma tristeza, embora essa omissão não seja grave, que efectivamente notámos a ausência de referências a uma legislação muito querida desta Assembleia que foi recentemente aprovada, o chamado pacote da comunicação social. Esse pacote é fundamental, é um conjunto de leis do edifício democrático da comunicação em Portugal, foi uma primeira tentativa construtiva desta Assembleia nesse sentido, e pensamos que será um sério e importante contributo para a acção do Sr. Ministro durante o período dos cem dias.

Concretamente, as leis da televisão, a lei da rádio ou o Estatuto da RDP, ou o Estatuto dos Jornalistas, ou mesmo ainda a legislação sobre notas oficiais, seguramente que disciplinarão muito aquilo que será a tarefa do Sr. Ministro e que será bastante difícil — temos consciência disso.

Pensamos, portanto, que, no fundo, reforçando aquilo que já aqui foi dito, terá de ser tida em causa essa legislação.

Um outro aspecto que tem interesse marginal, e será, portanto, um assunto pontual, tem a ver com a televisão a cores. Era uma pergunta à qual desejaria que o Sr. Ministro respondesse concretamente, e penso que isso será possível.

Sabe-se que foi escolhido um sistema de televisão a cores, e não é isso que está em causa, pois foi uma escolha tecnicamente bem feita. Simplesmente o problema que aqui se coloca é o de emitir a cores em Portugal e não propriamente o de equipar a televisão com material de cor ou, inclusivamente, produzir a cores dentro da televisão. O problema põe-se em termos de emissão. Penso, pois, que é um problema que diz respeito ao Sr. Ministro, ao Ministro da Indústria e ao Governo em geral.

O problema é o seguinte: anunciou-se — pelo menos penso que foi essa a ideia do Governo Mota Pinto — que a partir do próximo mês de Março de 1980 começariam as emissões a cores em Portugal. Por outro lado, sabe-se que o preço de um aparelho vai oscilar entre os 50 a 60 contos, podendo ir até 120 contos. Por outro lado ainda, sabe-se que grande parte do material com que vão ser construídos esses televisores é material de importação e não será difícil prever que numa primeira vaga — se o mercado tiver aparelhos para a oferta — há em Por-

tugal 200 000, 300 000, 400 000 pessoas que terão capacidade económica para comprar aparelhos. Feitas as contas com uma aritmética muito simples, é facilmente previsível que num primeiro ano de televisão a cores em Portugal a balança de pagamentos seja sobrecarregada com bastantes milhões de contos — 10 milhões, 15 milhões, 20 milhões, depende daí que for posto à disposição do público. Não tenho dúvidas nenhuma quanto à procura, mas é um problema que nos preocupa, porque num país com uma balança de pagamentos já bastante sobrecarregada um acréscimo de 10 ou 15 milhões de contos seria bastante nocivo para a nossa economia.

Gostaria, pois, que o Sr. Ministro, se efectivamente já teve tempo para pensar nestas coisas, dissesse a esta Assembleia o que se passa, pela simples razão de que nós pensamos que exactamente em Março estaremos no Governo e não gostaríamos de ter esse problema em cima sem poder participar na decisão agora.

**Vozes do PSD:** — Querias! Querias!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro da Comunicação Social para responder, se assim o desejar.

**O Sr. Ministro da Comunicação Social (João Figueiredo):** — Se as minhas respostas não forem dadas com grande metodologia é porque será fruto de algum cansaço, que aliás manifestei, como se verificou durante a minha intervenção, já que alguns dos Srs. Deputados manifestaram interesse pelo tema lendo delicados os jornais, o que eu atribuo ao cansaço.

Nesse sentido, vou responder, tanto quanto possível, na sequência das perguntas feitas, pedindo desculpa aos Srs. Deputados que colocaram as questões se eu não conseguir ser totalmente linear. Se isso suceder, é porque não dominarei ainda totalmente os numerosos problemas que existem na comunicação social e que suscitarão este bombardeamento de perguntas. De qualquer modo, dentro do tempo disponível, tentarei realmente fazê-lo. Se algum dos Srs. Deputados não se sentir satisfeito com a resposta, terei o maior gosto em amanhã fornecer, pessoalmente, ou aqui mesmo, os elementos solicitados.

**O Sr. Deputado Carlos Brito** põe o caso do jornal *O Século*. É claro que para quem tomou conta do caso há catorze dias seria estultícia dizer que é dominado completamente. É um problema que se arrasta vai para três anos, trinta meses creio eu. Dominei-o de certa maneira aquando da minha presença no III Governo Constitucional — já então me dei conta da delicadeza do problema. Nessa alutura, foi entendido que efectivamente ele envolvia aspectos de tal maneira gravosos que, para um governo que foi derrubado ao fim de catorze dias, não faria sentido tomarmos uma decisão, até pela filosofia que a decisão poderia conter. Assim, o problema passou para o governo imediato e, ao fim de poucos dias, o titular da pasta disse que estava em condições de tomar a decisão. A verdade é que no cofre do Ministério fui encontrar o processo com um despacho muito recente, dizendo que, dada a delicadeza da decisão nos seus aspectos

financeiro e político, o assunto ficava para o governo seguinte.

#### Risos.

Seria fácil para mim, na elaboração do Programa, no ponto que me tocava, ter escamoteado o caso de *O Século*. Efectivamente entendi, como um problema de consciência, pô-lo no rol das tentativas de solução que procuraria dar a alguns dos problemas candentes da comunicação social. Esse é um problema complexo em todos os aspectos e neste momento seria desonesto dizer que já tinha uma ideia perfeitamente clarificada sobre o caminho a tomar. Como disse há pouco, penso efectivamente devotar-lhe uma prioridade muito grande e estudá-lo em profundidade, de tal maneira que possa propor, em reunião do Conselho de Ministros, a solução que, do ponto de vista humano, do ponto de vista político, nomeadamente equitativo, seja realmente mais exequível.

Portanto neste momento não posso dizer que tentarei rever a decisão de quem me antecedeu, porque efectivamente o Governo, em última instância, não tomou decisão nenhuma.

O Sr. Deputado Jorge Lemos fez múltiplas referências ao estado a que chegou a Radiodifusão, mas neste momento, como Ministro, não gostaria de tecer quaisquer juízos preconcebidos sobre essa administração ou qualquer outra. No Programa do Governo tenho lá escrito que se fará uma análise sistemática e minuciosa dos diversos órgãos da comunicação social estatizados e, muito naturalmente, que essa análise incidirá em todos os aspectos, nomeadamente no aspecto da programação.

Dando um salto na sequência das perguntas, vou responder a uma pergunta que me foi feita pelo Sr. Deputado Igrejas Caeiro e depois voltarei ao tema que estava a tratar.

Assim, em relação à RDP, perguntou-me se efectivamente este Governo estava disposto a reactivar todos os inquéritos ou sindicâncias activados pelo meu antecessor. Obviamente que a resposta terá de ser positiva e creio que dei o primeiro indício de que assim acontecerá ao determinar, praticamente ao fim de dois dias após a tomada de posse do Governo, a reactivação do pedido de sindicância ao Ministério das Finanças que, como Secretário de Estado e como presidente da RDP, pedi às actividades das comissões administrativas.

Efectivamente, veio a público nos órgãos de comunicação social um relatório emitido pela actual comissão administrativa, onde são focados aspectos que considero gravosos e, nesse sentido, juntei-o ao reiteramento do pedido de sindicância feito. Assim, todos os pedidos que lá estejam serão reactivados.

Voltando ainda às perguntas que foram feitas pelo Sr. Deputado Jorge Lemos, e que são um lote grande, em termos de reposição da legalidade na RDP, reposição da legalidade nos jornais estatizados, em termos de as direcções caluniarem através dos editoriais os Órgãos de Soberania, remeterei a primeira parte para as respostas que já dei. Será feita a análise e, em consequência do consenso a que se chegue, apresentarei as soluções que entenda convenientes ao Conselho de Ministros para reformulação ou manutenção das comissões administrativas actualmente vigentes.

Em relação às direcções, obviamente que isso é um aspecto que depende directamente das administrações. Mal seria que eu, tendo dito as palavras que correspondem às minhas intenções proferidas da tribuna, dissesse agora que ia ter a intenção de mexer em qualquer direcção porque isso é um aspecto inteiramente dependente, nos termos da lei, das respectivas administrações.

Foi aqui dito — não percebi bem se a RDP se a RTP mas trata-se da RTP — que a RTP estava nas mãos de dois partidos, tendo-me sido perguntado se eu tencionava respeitar o pluralismo na informação da RTP. Suponho que a resposta de certo modo está dada através dos esclarecimentos que prestei já.

Seguidamente, foi-me feita uma pergunta, que eu não gostava de escamotear, sobre quais os projectos de substituição de algumas comissões administrativas, nomeadamente da RDP, face às leis promulgadas no último pacote da informação. Disse há pouco e repito: obviamente, quando a lei estiver promulgada, ser-lhe-á dado cumprimento. A resposta não pode ser outra. Portanto este aspecto, do meu ponto de vista, também está realmente explicitado.

O Sr. Deputado da URD colocou-me o problema da demissão da actual direcção do *Diário Popular*. Remeto para o que disse já. Devo dizer que não me é desconhecido o problema e o dossier respeitante ao diferendo existente no *Diário Popular* quando à nomeação da sua direcção, a informação do Conselho de Imprensa e do Sr. Procurador de Justiça, pelo que será um problema a analisar pela própria direcção do jornal.

O Sr. Deputado Rui Pena perguntou-me se a preocupação na base da deontologia não estaria subjacente uma intenção de natureza censória e se o Governo não se iria substituir à consciência deontológica dos jornalistas. Parece que este problema é um falso problema. É falso, na medida em que eu tive o cuidado de dizer que gostaria que se implantasse nesses órgãos um espírito de autodisciplina. Isto vem consignado nos estatutos de empresas modelares, como a BBC, onde se diz nomeadamente que aos profissionais da BBC não é permitido fazer assunção própria em matéria de natureza política e a preocupação dessa disposição é exactamente porque se entende que os meios de comunicação social do tipo rádio e televisão têm por escopo a preocupação de serviço público, pelo que, obviamente, mal seria se o Ministro da Comunicação Social, num período pré-eleitoral, não tivesse a preocupação da deontologia.

Mas também referi que a consecução desse desiderato é um objectivo ambicioso. Obviamente a formação profissional está na base de todas as fraquezas, e não só. Isto daria, enfim, tema para longa conversa.

Quando eu disse que para conseguir esse desiderato precisaria do apoio das administrações, dos profissionais do sector e dos Conselhos de Informação e de Imprensa, obviamente que serão esses mesmos sectores que em conjunto com o Ministro, acompanhando o que se passa na comunicação social, tentarão a criação ou o reforçamento dessas normas de deontologia. Portanto o problema da censura não me parece, salvo a devida consideração, que efectivamente tenha cabimento.

O Sr. Deputado José Nisa referiu-se ao «pacote da comunicação social». Já respondi a essa pergunta há bocado. Nós temos leis na comunicação social que nos regem. Mal seria se não as tivéssemos depois de cinco anos de um processo democrático com abundante legislação emanada mesmo desta Assembleia. Quando se der a promulgação desses diplomas, nós, na lógica do nosso Programa, daremos cumprimento à lei.

Quanto à televisão a cores, creio que o Sr. Deputado José Nisa poderá talvez conhecer o processo de maneira mais profunda do que eu porque estão há longíssimos meses no Ministério da Comunicação Social a informação técnica e o respectivo processo, enviados pela administração da RTP ao Ministro da Comunicação Social, creio que quando o Sr. Deputado José Nisa exercia funções na direcção de programas da televisão. De qualquer maneira, acho que as perguntas que colocou são perfeitamente pertinentes.

Em matéria nomeadamente de reflexos na balança de pagamentos, entendo que o problema transcende o Ministro da Comunicação Social e se insere no âmbito mais vasto do Ministério da Coordenação Económica. De qualquer maneira, se o Sr. Deputado tiver interesse terei muito gosto em amanhã lhe facultar os elementos que porventura desconheça.

Parece-me que terei respondido a tudo. Creio que o meu tempo se esgotou. Se houver quaisquer dúvidas a que possa ainda eventualmente responder, se me for consentido, terei o maior prazer em fazê-lo.

O Sr. Jorge Lemos (POP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Jorge Lemos (POP): — Sr. Ministro da Comunicação Social, gostaria de lhe colocar apenas uma questão relativamente à Radiodifusão.

O Sr. Ministro referiu um «pacote da comunicação social» que foi aqui aprovado por esta Assembleia, do qual consta efectivamente o estatuto da RDP. Mas a pergunta que lhe coloquei não teve ainda em conta essa legislação. Dado que ela não foi promulgada, logicamente o Governo não está obrigado a cumpri-la. Simplesmente o Governo Mota Pinto fez aprovar por decreto-lei um estatuto de exceção, se não estou em erro o Decreto-Lei n.º 17/79, que foi revogado por esta Assembleia, com declaração expressa na maioria desta Câmara de que seria reposto em vigor o anterior estatuto da Radiodifusão. Acontece que, pelo anterior estatuto, o conselho de administração era já constituído de dois elementos eleitos pelo Conselho de Informação, um eleito pela assembleia de trabalhadores e dois nomeados pelo Governo.

A minha pergunta era pura e simplesmente esta: tencionava o Governo cumprir esse decreto-lei?

O Sr. Igrejas Caeiro (PS): — Peço também a palavra.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Igrejas Caeiro (PS): — Sr. Ministro da Comunicação Social, não sei se por esquecimento não pôde

ou não quis responder a uma pergunta que considero também fundamental: é se tenciona o Sr. Ministro da Comunicação Social mandar verificar a legalidade de numerosos actos da actual comissão administrativa da RDP, designadamente a série de nomeações políticas e de compadrio.

**O Sr. Presidente:** — Creio que mais nenhum Sr. Deputado pretende pedir esclarecimentos. Sendo assim, tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, Sr. Ministro.

**O Sr. Ministro da Comunicação Social:** — Sr. Deputado Jorge Lemos, em relação à sua pergunta, e tanto quanto me é possível ter de cor a legislação emanada — obviamente não tive ainda tempo de me debruçar sobre esse aspecto em profundidade —, devo recordar-lhe, com o pedido de que me conceda o benefício da dúvida no caso de falhar, que a lei anterior ao Estatuto da Radiodifusão dizia que «enquanto não estiverem instituídos os órgãos sociais previstos neste estatuto, nomeadamente a assembleia da Radiodifusão, o Governo poderá nomear uma comissão administrativa para a gestão da empresa».

Dedo dizer-lhe que, durante o tempo em que eu presidia à comissão administrativa, houve preocupação permanente que fossem instituídos esses órgãos sociais, nomeadamente que fosse constituída a assembleia da Radiodifusão, tendo dirigido reiterados pedidos às entidades que não nomearam os seus representantes para que o fizessem, o que tornou impossível, nos termos legais do respectivo quórum, da referida assembleia da Radiodifusão.

Se por acaso a minha resposta o não satisfizer, terei o maior prazer em me documentar e dar-lhe a resposta noutra oportunidade, nomeadamente amanhã.

**O Sr. Jorge Lemos (POP):** — Dá-me licença que o interrompa?

**O Orador:** — Sr. Deputado, se me permitisse, só por uma questão de metodologia, responderia agora ao Sr. Deputado Igrejas Caeiro que me colocou o problema da análise das anomalias.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Com certeza, Sr. Ministro.

**O Orador:** — Quanto a esse problema que me colocou, responder-lhe-ei que, se essas anomalias foram feitas, constarão com certeza de queixas das entidades competentes para o fazer, nomeadamente dos grupos parlamentares que se sentem lesados e lá estarão, pois eu mandarei verificar todas essas eventuais anomalias. De qualquer maneira a resposta estava implícita quando disse que se faria a análise sistemática e minuciosa da actividade de todos os órgãos de comunicação.

Parece-me que fui explícito.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Jorge Lemos, deseja ainda usar da palavra?

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Desejo sim, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Peço-lhe então a máxima brevidade.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Sr. Presidente, era só para dizer ao Sr. Ministro da Comunicação Social que de facto há uma lei desta Assembleia, que é a Lei dos Conselhos de Informação, que previu que, enquanto não estivessem em funcionamento as assembleias de opinião — a assembleia da Radiodifusão e a da Radiotelevisão —, seriam os Conselhos de Informação a desempenhar essas funções. E foi de acordo com essa lei que já elegeram os dois elementos para o conselho de administração da Radiodifusão.

**O Sr. Ministro da Comunicação Social:** — Peço a palavra.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Ministro.

**O Sr. Ministro da Comunicação Social:** — Sr. Deputado Jorge Lemos, muito obrigado pelo esclarecimento. De qualquer maneira a Lei dos Conselhos de Informação nunca se refere à assembleia de opinião, mas à assembleia da Radiodifusão.

Portanto, vamos admitir que não será completamente líquida a interpretação que o Sr. Deputado dá ao problema. De qualquer maneira, reitero o desejo de tentar esclarecer esse mesmo problema.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A nossa colega, Sr.<sup>a</sup> Secretária Maria José Sampaio, vai dar uma informação sobre os tempos disponíveis. Em alguns casos foi esgotado o tempo previsto para hoje, pelo que amanhã se procederá ao respectivo desconto.

Tenha a bondade, Sr.<sup>a</sup> Secretária.

**A Sr.<sup>a</sup> Secretária (Maria José Sampaio):** — O Governo terá amanhã 52 minutos, o Partido Socialista 51, o Partido Social-Democrata 60, o Centro Democrático Social 30, o Partido Comunista Português 58,5, a UDP 16, os independentes sociais-democratas 20 e os outros independentes 20 minutos.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos. Voltaremos amanhã às 10 horas.

Está encerrada a sessão.

*Eram 22 horas e 30 minutos.*

Deputados que entraram durante a sessão:

#### Partido Socialista (PS)

Albano Pereira da Cunha Pina.  
Alberto Arons Braga de Carvalho.  
Alberto Augusto M. da Silva Andrade.  
Alberto Marques Antunes.  
Alfredo Fernando de Carvalho.  
Alfredo Pinto da Silva.  
Amadeu da Silva Cruz.  
António Alberto Monteiro de Aguiar.  
António Barros dos Santos.  
António Duarte Arnaut.  
António Fernandes da Fonseca.

António Jorge Moreira Portugal.  
 António José Sanches Esteves.  
 António Magalhães da Silva.  
 António Manuel Maldonado Gonelha.  
 António Manuel de Oliveira Guterres.  
 Aquilino Ribeiro Machado.  
 Armando dos Santos Lopes.  
 Beatriz Almeida Cal Brandão.  
 Carlos Alberto Andrade Neves.  
 Carlos Manuel da Costa Moreira.  
 Carlos Manuel Natividade da C. Candal.  
 Delmiro Manuel de Sousa Carreira.  
 Etelvina Lopes de Almeida.  
 Eurico Manuel das Neves H. Mendes.  
 Fernando Tavares Loureiro.  
 Florêncio Quintas Matias.  
 Francisco António Marcos Barracosa.  
 Francisco de Assis de M. Lino Neto.  
 Francisco Manuel Marcelo Curto.  
 Gualter Viriato Nunes Basílio.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 Jerónimo da Silva Pereira.  
 João Alfredo Félix Vieira Lima.  
 João Francisco Ludovico da Costa.  
 João da Silva.  
 Joaquim Manuel Barros de Sousa.  
 Joaquim Oliveira Rodrigues.  
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.  
 Jorge Augusto Barroso Coutinho.  
 José Cândido Rodrigues Pimenta.  
 José dos Santos Francisco Vidal.  
 José Ferreira Dionísio.  
 José Luís do Amaral Nunes.  
 José Maria Parente Mendes Godinho.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Luís Alfredo Cardoso Monteiro.  
 Luís Filipe Nascimento Madeira.  
 Luís José Godinho Cid.  
 Manuel do Carmo Mendes.  
 Manuel Francisco Costa.  
 Manuel Lencastre M. de Sousa Figueiredo.  
 Manuel Pereira Dias.  
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.  
 Mário Alberto Nobre Lopes Soares.  
 Mário Manuel Cal Brandão.  
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.  
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.

#### Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.  
 Álvaro Barros Marques de Figueiredo.  
 Amândio Anes de Azevedo.  
 Amélia Cavaleiro M. de A. de Azevedo.  
 António Augusto Lacerda de Queiroz.  
 António Coutinho Monteiro de Freitas.  
 António Júlio Simões de Aguiar.  
 Armando António Correia.  
 Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.  
 Augusto Nunes de Sousa.  
 Casimiro Gomes Pereira.  
 Cristóvão Guerreiro Norte.  
 Eduardo José Vieira.  
 Fernando José da Costa.  
 Fernando José Sequeira Roriz.  
 Francisco M. L. de Sá Carneiro.  
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.

José Adriano Gago Vitorino.  
 José Bento Gonçalves.  
 José Manuel M. Sampaio Pimentel.  
 José Rui Sousa Fernandes.  
 José Theodoro de Jesus da Silva.  
 Luís Fernando C. Nandim de Carvalho.  
 Maria Helena do Rego da Costa S. Roseta.  
 Nicolau Gregório de Freitas.  
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.

#### Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.  
 Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.  
 Álvaro Manuel Brandão Estêvão.  
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.  
 António Jacinto Martins Canaverde.  
 Carlos Alberto Faria de Almeida.  
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.  
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.  
 Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.  
 Henrique José C. M. P. de Moraes.  
 João Carlos F. Malhó da Fonseca.  
 João da Silva Mendes Morgado.  
 José Duarte A. Ribeiro e Castro.  
 José Luís R. de Albuquerque Christo.  
 José Manuel Macedo Pereira.  
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.  
 Luís Esteves Ramires.  
 Manuel A. de A. de Azevedo e Vasconcelos.  
 Narana Sinai Coissôrò.  
 Nuno Krus Abecasis.  
 Ruy Garcia de Oliveira.  
 Victor Afonso Pinto da Cruz.  
 Walter Francisco Burmester Cudell.

#### Partido Comunista Português (PCP)

Carlos H. S. Aboim Inglez.  
 Custódio Jacinto Gingão.  
 Domingos Abrantes Ferreira.  
 Jaime dos Santos Serra.  
 Joaquim Gomes dos Santos.  
 Jorge do Carmo da Silva Leite.  
 José Manuel da Costa Carreira Marques.  
 José Manuel Paiva Jara.  
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.  
 Manuel do Rosário Moita.  
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.  
 Vital Martins Moreira.

#### Independentes

Amantino Marques Pereira de Lemos.  
 António Joaquim Veríssimo.  
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.  
 António Poppe Lopes Cardoso.  
 Arcanjo Nunes Luís.  
 Carlos Galvão de Melo.  
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.  
 Francisco Barbosa da Costa.  
 Francisco Braga Barroso.  
 Francisco da Costa Lopes Oliveira.  
 Gabriel Ribeiro da Frada.  
 João Lucílio Cacela Leitão.  
 José António Nunes Furtado Fernandes.  
 José Gonçalves Sapinho.  
 José Joaquim Lima Monteiro Andrade.

José Justiniano Taboada Braz Pinto.  
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.  
 Manuel Cunha Rodrigues.  
 Rúben José de Almeida Martins Raposo.  
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.

*Deputados que faltaram à sessão:*

Partido Socialista (PS)

António Fernandes Marques Ribeiro Reis.  
 António Francisco Barroso Sousa Gomes.  
 Avelino Pereira Loureiro Zenha.  
 Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.  
 Herculano Rodrigues Pires.  
 José Gomes Fernandes.  
 Luís Abílio da Conceição Cacito.  
 Manuel Alegre de Melo Duarte.  
 Sérgio Augusto Nunes Simões.  
 Telmo Ferreira Neto.  
 Victor Fernandes de Almeida.

Partido Social-Democrata (PSD)

Fernando Barata Rocha.  
 José Ângelo Ferreira Correia.  
 Mário Júlio Montalvão Machado.

Centro Democrático Social (CDS)

António Simões Costa.  
 Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca.  
 Eugénio Maria N. Anacoreta Correia.  
 Francisco António Lucas Pires.  
 João Lopes Porto.  
 Rui Fausto Fernandes Marrana.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.

Independentes

Antídio das Neves Costa.  
 António Egídio Fernandes Loja.  
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.  
 António Jorge Oliveira Aires Rodrigues.  
 Fernando Adriano Pinto.  
 João António Martelo de Oliveira.  
 José Alberto Ribeiro.

O CHEFE DA DIVISÃO DE REDAÇÃO,

*José Pinto.*

**PREÇO DESTE NÚMERO 34\$00**

**IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA**